ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EDUCAÇÃO FISCAL

CADERNO DO PROFESSOR

ENSINO MÉDIO

Florianópolis
2005

Consultoria e Organização
Francisco de Assis Maroneze Abreu
Juçara Terezinha Cabral
Maria Auxiliadora Maroneze de Abreu

Editoração Eletrônica
Francisco A. M. Abreu

Revisão
Sueli Duarte Aragão

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca da SED/DIEB/GEREF

Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.
Secretaria de Estado da Fazenda.
Educação fiscal: ensino médio – caderno do professor/ Organizadores Maria Auxiladora Maroneze de Abreu; Francisco de Assis Maroneze de Abreu; Juçara Terezinha Cabral. – Florianópolis, 2005.
96 p.

Produção de educadores da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina e técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda.

1. Educação – Justiça e equidade – Santa Catarina 2. Cidadania – Santa Catarina

CDU 37.035.1(816.4)
304(816.4)

GRUPOS DE PRODUÇÃO DOS CADERNOS DE EDUCAÇÃO FISCAL 2001 - 2004

- EQUIPE QUE PARTICIPOU DO SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO FISCAL EM TREZE TÍLIAS (SC) E CONTRIBUIU PARA A SISTEMATIZAÇÃO DE ALGUMAS ATIVIDADES:

NOME	MUNICÍPIO	GEREI	ESCOLA
Ana C. T. Canei	Pinhalzinho	Maravilha	EEB Vendelino Junges
Cinara M. Peres	Palhoça	São José	EEB Pe. Vicente F. Cordeiro
Dayse Mello P. da Silva	Palhoça	São José	EEB Pe. Vicente F. Cordeiro
Edir Pacheco Silva	Garopaba	Laguna	EEB Prof. José R. Lopes
Eliana Scremim Martins	Garopaba	Laguna	EEB Prof. José R. Lopes
Ivane Fiorini Deufel	Pinhalzinho	Maravilha	EEB José Marcelino Eckert
Jussara Eleguida	Palhoça	São José	EEB Pe. Vicente F. Cordeiro
Leocádia F. P. Scatolm	Pinhalzinho	Maravilha	EEB Vandelino Junges
Lucimar Chiamulera	Lacerdópolis	Joaçaba	EEB Mater Dorolum
Luiz O G. Ebling	Garopaba	Laguna	EEB Prof. José R. Lopes
Marcos Leandro	Witmarsum	Ibirama	EEB Prof. Semíramis Bosco
Rosilene Floriani Becker	Braço do Trombudo	Rio do Sul	EEB Adolfo Böving
Salete Savegnago	Pinhalzinho	Maravilha	EEB Vandelino Junges
Sonia M. M. Hoff	Pinhalzinho	Maravilha	EBB José Marcolino Eckert
Suzana Dall´Orsoletta	Lacerdópolis	Joaçaba	EEB Mater Dorolum
Terezinha L. Martins	Capinzal	Joaçaba	EEB Mater Dorolum
Vanderlei José Puhl	Pinhalzinho	Maravilha	EEB José Marcelino Eckert
Tarciso Kock	Rio do Sul	Rio do Sul	EEB Adolfo Böving

- ESCOLAS QUE PRODUZIRAM E DESENVOLVERAM ATIVIDADES

  - EEB José Marcelino Eckert – Pinhalzinho (SC)
  - EEB Mater Dorolum – Capinzal (SC)
  - EEB Melo e Alvin – Herval D'Oeste (SC)
  - EEB Padre Vicente Ferreira Cordeiro – Palhoça (SC)
  - EEB Prof. Semíramis Bosco – Witmarsum (SC)
  - EEB Professor José Rodrigues Lopes – Garopaba (SC)
  - EEB São Cristóvão – Capinzal (SC)
  - EEB Vendelino Junges – Pinhalzinho (SC)

- CONSULTORES E ORGANIZADORES DAS ATIVIDADES

  - Francisco de Assis Maroneze de Abreu
  - Juçara Teresinha Cabral
  - Maria Auxiliadora Maroneze de Abreu

Caro Educador,

A Secretaria de Estado da Fazenda e a Secretaria de Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia vêm desenvolvendo o Programa de Educação Fiscal, que tem como objetivos precípuos promover e institucionalizar a Educação Fiscal como instrumento para a construção e ampliação do exercício da cidadania, possibilitando a participação ativa do cidadão no processo econômico, político e social. A rigor, o cidadão se apresenta como sujeito deste processo histórico que produz mudanças significativas no País, com vistas a uma distribuição mais equânime dos bens materiais e culturais.

O Programa Educação Fiscal, fundamentado nos pressupostos filosóficos e metodológicos da Proposta Curricular de Santa Catarina, relativamente ao processo educacional, tem o compromisso de proporcionar ao educando as condições necessárias e adequadas para o exercício pleno da cidadania.

Nesta linha de pensamento, a implementação da Educação Fiscal nas escolas se constitui prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades, nos níveis pessoal e coletivo, assim como a afirmação do princípio da participação política. Desta forma, possibilita ao educando a socialização de conhecimentos acerca da Administração Pública, em especial a tributação, a alocação e o controle dos gastos públicos, conceitos estes imprescindíveis para a consciência da cidadania.

O Caderno do Professor foi elaborado a partir da produção de professores e alunos de escolas da rede estadual de ensino, com a colaboração de técnicos das respectivas Secretarias. É, assim, mais um recurso educativo para a construção da prática pedagógica do cotidiano escolar, criado com o objetivo de construir educação, cidadania, justiça e qualidade de vida para todos os catarinenses.

Max Roberto Bornholdt
Secretário de Estado da Fazenda

Jacó Anderle
Secretário de Estado da Educação,
Ciência e Tenologia

NOTA DOS CONSULTORES

Grande parte do material deste caderno é o resultado da produção de educadoras e educadores, de alunas e alunos de escolas da rede estadual de ensino, com a colaboração de técnicas e técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina, envolvidos no programa de Educação Fiscal*.

As atividades de aprendizagem desenvolvidas nas escolas e algumas elaboradas por nós, fundamentam-se nas diretrizes para a educação catarinense, estabelecidas na Proposta Curricular de Santa Catarina, ou seja, têm como referencial teórico-metodológico, o Materialismo Histórico e a Escola de Psicologia Histórico-Cultural de "Lev Semenovich Vygotsky" (1896-1934), pesquisador russo que é quem vai produzir uma nova contribuição para a ciência da Psicologia. Fundamentando-se no Materialismo Histórico Vygostky elaborou com isso, uma das explicações mais significativas do pensamento marxista, a que trata do problema e das origens e da evolução da consciência no ser humano. Tal elaboração resultou numa forma de aplicação do pensamento marxista (ABREU; CABRAL, 2003, p.23).

Embasado na obra de Vygotsky, Aléxis Leontiev (1904-1979) sistematiza a Teoria da Atividade, reforçando a necessidade de intervenção do mediador, da interação e das ações e operações realizadas pelos sujeitos no processo de apropriação do conhecimento. Apropriação esta que tem como objetivo primeiro a constituição de um ser humano consciente de sua participação na construção de uma sociedade mais justa.

> "As Atividades de Aprendizagem, planejadas a partir da Teoria da Atividade, apontam para uma série de ações e operações que precisam ser oportunizadas para que o aluno se coloque como sujeito ativo no processo ensino/aprendizagem. Apostam seguramente na transformação deste mesmo aluno no que se refere à aprendizagem dos conceitos essenciais sobre tributos vinculados a outros conceitos disciplinares e transversais (de um todo possível). Além disto, apostam na formação deste aluno como um sujeito que não só elaborou os conceitos para si mesmo, mas num sujeito que continuará engajado num processo de se unir a outros sujeitos para um dia, conseguirem viver numa sociedade na qual direitos e deveres de contribuinte sejam verdadeiramente justos" (ABREU; CABRAL, 2003, p.29).

O que nós educadores buscamos construir com os alunos é um mundo baseado na igualdade de direitos, na defesa e preservação da natureza, na cooperação, na solidariedade, no desarmamento das nações e na convivência pacífica com a diversidade. Uma sociedade em que a cultura e a informação não sejam mercantilizadas, e que o ser humano esteja acima do mercado, da produção selvagem e destruidora, do lucro ilimitado. Ou seja, buscamos um mundo construído pelo envolvimento de todos na luta por uma sociedade local, mas de pensamento global, cujas pessoas possam fazer escolhas, sem ter que para isso destruir os outros.

No que se refere à sistematização e organização dos cadernos, assumimos a responsabilidade pelas ilustrações, pelos acréscimos, pelas sugestões artísticas e bibliográficas. Fizemos isto com a intenção de contribuir com um trabalho significativo para a educação catarinense, em que a Educação Fiscal exerça papel fundamental na construção da cidadania.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FISCAL EM SANTA CATARINA

Wanderley Peres de Lima[1]

Durante a realização do seminário sobre Federalismo Fiscal em Salvador - BA, promovido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em dezembro de 1995, alguns expositores internacionais enfocaram a necessidade de ações educativas para o cumprimento das obrigações tributárias pelo cidadão.

Fig 1

A experiência de países mais avançados foi apresentada como importante solução para o problema, ou seja, a partir da escola, disseminam-se conhecimentos sobre "educação tributária", educando o cidadão para viver em sociedade e para o exercício da cidadania.

No seminário do CONFAZ, sobre Administração Tributária, realizado em Fortaleza – CE, em maio de 1996, foi apresentado um vídeo institucional intitulado **"A História dos Tributos"**, produzido em 1993 pelas Secretarias de Educação e Fazenda do Estado do Espírito Santo - ES. Das conclusões do seminário, o destaque foi para a necessidade de introdução de um programa de "consciência tributária" nas escolas, fundamental para despertar a prática da cidadania nos jovens.

Assim, em 13 de setembro de 1996 foi assinado o Convênio de Cooperação Técnica entre a União, Estados e Distrito Federal. Dentre outros objetivos foi definida a implantação de um programa nacional permanente de conscientização tributária a ser desenvolvido pelas unidades da Federação.

A partir deste encontro, um grupo de técnicos das Secretarias Estaduais da Fazenda e do Ministério da Fazenda iniciou as atividades do Grupo de Trabalho de Educação Tributária (GET), que passou a reunir-se periodicamente na Escola de Administração Fazendária (ESAF), em Brasília.

Em seguida, o Ministério da Educação enviou seu representante para participar das discussões do Programa Nacional. Gradativamente, os Estados passaram a contar com a parceria das Secretarias de Estado de Educação, inclusive, com a participação de representantes nas reuniões do grupo nacional. Inicialmente a ESAF foi utilizada como base de operação e, depois, passou a coordenar o Grupo de Trabalho.

---

[1] Auditor Fiscal da Receita Estadual. Coordenador do Programa de Educação Fiscal no período de junho de 1998 a março de 2001 e de janeiro de 2004 a fevereiro de 2005.

Em 25 de julho de 1997, o CONFAZ aprovou a criação do GET e a Portaria nº 35, de 27/02/1998, do Ministério da Fazenda, o oficializou. Os objetivos do GET ficaram então definidos como sendo: "promover e coordenar as ações necessárias à elaboração e à implementação de um programa nacional permanente de educação tributária e acompanhar as atividades do Grupo de Educação Tributária dos Estados – GETE".

Por contemplar não só as questões tributárias, mas, também, a alocação e a gestão dos recursos arrecadados, em julho de 1999, o CONFAZ decidiu alterar a denominação para Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF). O PNEF tem como objetivo geral, promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania.

A Portaria Interministerial nº 413/2002, de 31/12/2002, implementou o Programa Nacional de Educação Fiscal, oficializando a competência dos Ministérios e demais órgãos envolvidos no Programa.

São objetivos do Programa:

- desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social;
- promover harmonia nas relações entre o Estado e o cidadão;
- conscientizar os cidadãos para a função socioeconômica dos tributos;
- socializar conhecimentos sobre a Administração Pública, alocação e controle dos gastos públicos e tributação;
- incentivar o acompanhamento e fiscalização, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos;
- aumentar a responsabilidade fiscal com vistas à obtenção do equilíbrio fiscal no longo prazo;
- fortalecer o comportamento ético na Administração Pública e na iniciativa privada;
- aumentar a eficiência e transparência do Estado;
- promover a reflexão sobre as práticas sociais.

Em Santa Catarina, a Educação Fiscal passou a ser discutida em 1998. Em julho foi criado o Grupo de Trabalho de Educação Fiscal Estadual (GEFE), formado por técnicos das Secretarias de Estado da Educação e da Fazenda, com o objetivo de coordenar, elaborar, implantar e acompanhar o Programa de Educação Fiscal no Estado.

No mês de setembro de 1998 foi realizado em Fraiburgo - SC, o "Seminário de Capacitação e Elaboração do Material Didático sobre Educação Fiscal", que contou com a participação de cento e cinqüenta educadores e técnicos fazendários.

A partir daquela data desencadeou-se uma aproximação entre órgãos públicos, com finalidades e objetivos distintos, com vistas a encontrar pontos de convergência que pudessem sustentar a implantação de um Programa de Educação Fiscal em forma de parceria duradoura, bem como, socializar experiências e conhecimentos, e definir a forma de encaminhamento da Educação Fiscal em nosso Estado.

Em razão da novidade que a temática abordada pelo Programa representou, optou-se pela produção de atividades de aprendizagem, embasadas na Teoria da Atividade, de *Aléxis Leontiev* da Escola de Psicologia Histórico-cultural, explicitada na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. Estas atividades produzidas foram sistematizadas em cadernos pedagógicos, elaborados por técnicos da Secretaria de Fazenda, contando ainda com materiais de apoio que versam, especificamente, sobre temas relacionados às finanças públicas.

Fig 2

A partir do ano 2000, a Educação Fiscal em Santa Catarina foi objeto de diversas ações. De acordo com o planejamento e diretrizes definidas, ainda em 1998, realizaram-se cursos com a participação de educadores e técnicos fazendários, visando à produção deste material pedagógico. Da mesma forma, decidiu-se pela produção de material de apoio versando sobre temas relacionados às finanças públicas, que seriam abordados pelo Programa.

Elaborada pelo Auditor Fiscal da Receita Estadual Francisco Ricieri Fontanella, a Apostila denominada "FINANÇAS PÚBLICAS: Lições Introdutórias destinadas aos Docentes do Programa de Educação Fiscal" passou a ser utilizada como fonte de consulta e esclarecimento de dúvidas sobre a Administração Pública.

Durante o ano de 2000 foram realizados quatro eventos visando à capacitação de docentes e à produção de atividades de aprendizagem para compor os cadernos pedagógicos. A capacitação envolveu 640 educadores e 90 técnicos fazendários.

Como resultado do trabalho desenvolvido entre as Secretarias de Estado da Educação e da Fazenda foram produzidos quatro cadernos pedagógicos, a saber: Séries Iniciais, Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série, Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série e Ensino Médio, cujas atividades devem ser utilizadas pelos demais professores em sala de aula.

Os cadernos pedagógicos foram impressos e distribuídos durante o exercício de 2001, em boa parte da rede pública estadual de ensino, algumas prefeituras municipais e, quando houve solicitação, foram enviados a outras Unidades da Federação.

De acordo com o planejamento efetuado no ano de 1999, nos meses de abril e maio de 2001, foram realizados dezenove seminários por meio dos quais procedeu-se o trabalho de sensibilização de 4.500 educadores. É importante salientar que todas as escolas da rede estadual enviaram seus representantes.

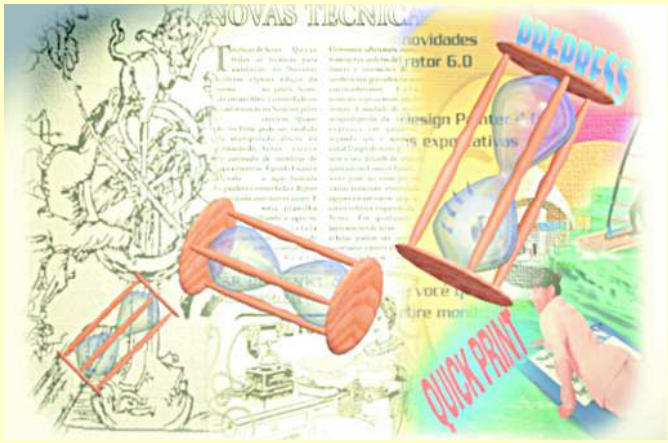


Fig 3

A descentralização dos trabalhos possibilitou que, a partir do segundo semestre de 2001, fossem realizados encontros, palestras e seminários, em diversas regiões do Estado visando à sensibilização de educadores. De acordo com dados divulgados em 2003, aproximadamente 20.000 educadores tiveram, de alguma forma, contato com os propósitos do Programa de Educação Fiscal.

Por solicitação dos educadores, novas atividades foram produzidas, contendo, inclusive, atividades desenvolvidas em sala de aula, comprovando a excelência dos profissionais da rede estadual de ensino. O resultado desta produção está sistematizado e organizado neste caderno.

http://www.esaf.fazenda.gov.br/parcerias/educacao-fiscal/programa.pdf

Fig 1: Disponível em: <http://www.knhg.nl/images/historia.jpg>. Acesso em: 27 maio 2004.

Fig 2: Disponível em: VEJA, A AVENTURA DO DESCOBRIMENTO, P. 32.

Fig 3: Disponível em: <http://www.tci.art.br/BcoImgs/images/Ilcd2.jpg>. Acesso em: 27 maio 2004.

SUMÁRIO

I– A Interferência do alcoolismo no processo de aprendizagem e na construção da cidadania 15

II– Indústria automobilística no Brasil 33

III– A crise energética no Brasil 47

IV– A indústria têxtil em Santa Catarina e a Educação Fiscal 61

V– Conceitos 74

VI– Sugestões de livros de literatura para o ensino médio 87

VII–Bibliografia geral 89

I– ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM - A INTERFERÊNCIA DO ALCOOLISMO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Produção: Equipe técnica, pedagógica, administrativa e alunos da escola de Educação Básica José Marcolino Eckert - Pinhalzinho – SC

Fig 1. *Bacco* - Caravaggio

O VINHO PERDIDO
Paul Valéry

Eu tenho, algum dia, no oceano,
(Mas eu não sei mais se debaixo de que céus),
Lançado, como não me oferecendo ao nada,
Todo um pequeno precioso vinho...
Quem quis esta perda, oh licor?
Eu obedeço, talvez ao vidente?
Talvez para a preocupação de meu coração,
Pensando em sangue, vertendo-me vinho?
Em transparência habitual
Depois da fumaça rosa
Recupera-me como o mais puro mar...
Perdido o vinho, misturado entre as ondas!...
Eu cuidei de saltar meu ar amargo
Das faces mais profundas...

(tradução livre de Eric Ponty)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOSÉ MARCOLINO ECKERT
PINHALZINHO – SC

A Escola de Educação Básica José Marcolino Eckert de Pinhalzinho – SC, pertence à Rede Pública Estadual de Ensino, tendo como entidade mantenedora a Secretaria de Estado da Educação, vinculada Coordenadoria Regional de Educação de Maravilha.

A atividade a seguir relatada foi desenvolvida na escola que possui em torno de 50 professores e aproximadamente 1.100 alunos. O município de Pinhalzinho, por sua vez, tem aproximadamente 13.000 habitantes e sua população sobrevive da agroindústria, principalmente a agricultura.

O processo de globalização da economia, a informatização, as novas tecnologias e a comunicação exercem um papel fundamental na vida das pessoas e na transformação da sociedade. Estes fatores contribuem para acelerar o processo de enriquecimento de alguns países e empobrecimento de outros, através de uma brutal concentração de renda.

A exploração internacional, dominação, recessão, privatização, concorrência desleal, especulação financeira e aumento de impostos tornam os países pobres, cada vez mais dependentes e escravos do sistema, desencadeando uma série de problemas, tais como: desemprego, aumento da pobreza e da miséria, violência, prostituição, drogas, alcoolismo, desestruturação e enfraquecimento da organização social e política, bem como a economia dos países pobres.

O município de Pinhalzinho, situado na região Oeste do Estado de Santa Catarina, é constituído por várias etnias, destacando-se a cabocla, alemã e italiana. Seu povoamento inicial ocorreu na década de 30 do século XX, sendo que a colonização se efetivou somente a partir da década seguinte.

As famílias que aqui se estabeleceram, a princípio, dedicaram-se à exploração da madeira e posteriormente à atividade agrícola, em pequenas propriedades. A partir dos anos 60, a mecanização provocou mudanças no meio rural, ocasionando o êxodo rural e influenciando a formação de núcleos urbanos e industriais.

Nos últimos anos, em função da expansão industrial e do próprio aspecto geográfico, este município tem sido alvo de migração de famílias de outros municípios, atraídas por expectativas de trabalho. Este processo contribuiu para o aumento da população urbana, pois diminuiu sensivelmente a população rural, trazendo, como conseqüência, problemas de emprego, principalmente da mão-de-obra não-qualificada.

A escola constantemente se defronta com o problema da inversão de valores praticados na sociedade, como: a injustiça, a concorrência desleal, o desrespeito, a falta de ética, a desonestidade e a exploração, dentre outros.

Como sujeitos produzidos por este meio, alunos e professores da escola não poderiam esperar uma realidade diferente a ser trabalhada. Entendemos, porém, que a abordagem de alguns valores fundamentais fazem-se necessários, como: a cidadania, a vida, a família, a ética, o respeito, a responsabilidade, a honestidade, a justiça, o senso crítico, a valorização da “coisa pública”.

Em função de problemas relacionados com a aprendizagem, como por exemplo o baixo rendimento escolar, e partindo da suposição de que tais problemas poderiam ter relação com o alcoolismo, é que a escola buscou trabalhar com este tema.

TEXTO INTRODUTÓRIO TRABALHADO NAS DIFERENTES DISCIPLINAS

ALCOOLISMO

Cotidianamente, usa-se a palavra “droga”, ou “tóxico”, para falar de substâncias que atuam sobre o sistema nervoso, alterando a forma de pensar, de sentir e de perceber as coisas. Neste sentido, o álcool, a maconha, a cocaína e até os solventes, como aqueles que existem na cola de sapateiro, são considerados drogas. Além dos efeitos que essas substâncias têm sobre o indivíduo que as consome, são extremamente graves as conseqüências que elas causam às famílias e à sociedade.

Pode-se dizer que a droga mais consumida no Brasil (no sentido de substância modificadora do comportamento) é, sem dúvida, o álcool.Os efeitos do álcool sobre o organismo humano já são bem conhecidos. O consumo de altas doses, de uma só vez, pode levar à morte. Também conhecemos os males causados pelo consumo regular de doses menores. O álcool provoca nítidas mudanças no comportamento de quem o consome, causando a embriaguez.

O indivíduo sob o estado de embriaguez sente inicialmente uma sensação de euforia e desinibição; mais tarde, esse estado é seguido de um abatimento conhecido como depressão. Com o tempo o sistema nervoso sofre danos permanentes. O alcoolista acaba tendo enfraquecimento da memória e diminuição da atenção e dos reflexos. Também já foram bem estudados os efeitos nocivos do álcool sobre o fígado, que muitas vezes terminam por causar a cirrose hepática e, eventualmente, a morte do indivíduo.

As drogas podem ser classificadas, conforme sua ação, em depressoras, euforizantes e alucinógenas. As depressoras, entre as quais se incluem o álcool, a cola de sapateiro, a benzina, o ópio e alguns remédios para dormir, inicialmente causam sensação de tontura, confusão mental e desibinição. Mais tarde, ocorre uma sensação de sonolência. Algumas dessas substâncias são de uso médico, como certas soluções usadas para controlar distúrbios intestinais, ou ainda certos xaropes calmantes da tosse. Das drogas euforizantes, a mais conhecida é a cocaína. São também euforizantes certos remédios moderadores do apetite usados em regime de emagrecimento. Essas substâncias causam euforia e sensação de maior eficiência e poder. Dão à pessoa a impressão de que ela pensa melhor e de forma mais ágil. Por último, as alucinógenas causam alucinações. Em outras palavras, a pessoa passa a ouvir vozes, sentir cheiros e ver objetos que não existem. A mais comum dessas drogas é a maconha. Também são alucinógenos o LSD e as substâncias presentes em certos cogumelos.

Fig 2

As drogas apresentam alguns efeitos comuns, independentemente da ação particular decorrente do uso de cada uma. Uma das conseqüências mais graves decorrente do uso de drogas é a dependência. Uma pessoa dependente é

aquela que não consegue abandonar o uso da droga, mesmo que tenha consciência de todos os tipos de problemas que esta lhe causa, quais sejam: familiares, escolares, físicos, psíquicos ou até profissionais. Muitas vezes, essas pessoas tentam abandonar o uso, mas a privação da droga lhes traz sensações de mal-estar tão grandes que elas voltam a drogar-se para se sentirem melhor.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O consumo de bebida alcoólica no município causa problemas dos tipos: desajustes familiares e comportamentais, consumo precoce, influência no trabalho e na escola e/ou estudo, infrações e riscos no trânsito e prejuízos evidentes à saúde. Nestas circunstâncias há uma perda para a sociedade uma vez que os serviços públicos são acionados em caso de acidente e problemas de saúde. Diante desse contexto é imperiosa a indagação: Qual a relação entre o consumo de bebidas e a Educação Fiscal?

OBJETIVO

Proporcionar uma reflexão sobre o consumo de bebida alcoólica e sobre as conseqüências produzidas nos níveis individual, familiar e social, oportunizando um estudo sobre o problema para que os educandos entendam que os problemas sociais poderiam ser amenizados se as drogas fossem evitadas.

CONCEITOS DISCIPLINARES

Relações sociais, tempo e espaço, cultura, lugar, sociedade, temporalidade, corporeidade, movimento, relações de produção, meio biótico e abiótico, saúde, fenômenos físicos e químicos da matéria, discurso, texto, leitura, dialogia, oralidade e textualidade, números naturais e racionais, proporcionalidade, juros e porcentagem, sistema de medidas, estatística, ser humano, tradição religiosa, símbolos religiosos, forma, som, artes visuais, matrizes e determinantes, progressão geométrica e progressão aritmética.

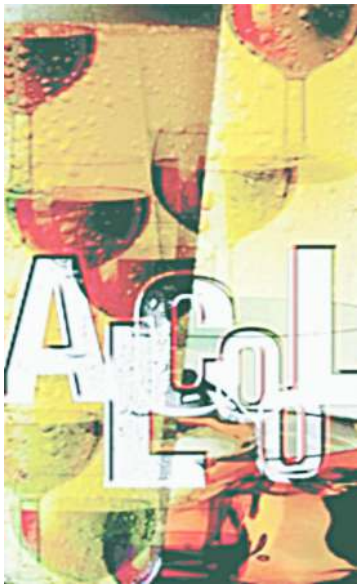


Fig 3

TEMAS MULTIDISCIPLINARES

Ética e Cidadania, Educação Fiscal (Orçamento Municipal, Despesas Públicas, SUS, Prestação de Contas, Previdência e Seguridade Social, Assistência Social, Patrimônio Público, Evasão Fiscal, Pirataria, Contrabando, Documentos Fiscais, Evasão de Divisas, ICMS, IPI, Movimento Econômico, Índice de Participação do Município e Repartição de Receitas Tributárias), Educação e Saúde, Pluralidade Cultural.

DESCRIÇÃO DA ABORDAGEM DOS CONCEITOS DISCIPLINARES

HISTÓRIA - A constituição da família, a história da família, as tradições e costumes; as primeiras bebidas, a descoberta das bebidas fermentadas, o surgimento das bebidas destiladas, a herança cultural européia e indígena; as relações sociais ao longo da história; a história dos tributos nas sociedades antigas, os impostos e contribuições feudais, as revoluções comercial e industrial, a sustentação das monarquias, as revoluções sociais; a Revolução Francesa e os tributos, os tributos na atualidade.

GEOGRAFIA – O estudo do homem e suas relações com o meio, os modos de produção, infra-estrutura urbana e social, o Brasil e os grandes mercados mundiais (blocos econômicos), economia, sociedade, território, relações de poder, desenvolvimento sustentável, recursos renováveis.

CIÊNCIAS - Composição química da célula, fisiologia dos sistemas (nervoso, circulatório, digestório, respiratório, excretor, reprodutor); respiração celular X saldo energético; fermentação e destilação; reações químicas; mudanças de estados físicos da matéria.

MATEMÁTICA – Números Racionais (decimais e fracionários); porcentagem; regra de três; gráficos e tabelas; medidas de capacidade, área e volume; proporcionalidade; funções; geometria espacial (sólidos geométricos: formas dos recipientes em que se armazenam e se consomem bebidas alcoólicas); equação do segundo grau; matrizes e determinantes; progressão geométrica e progressão aritmética.

PORTUGUÊS E INGLÊS – Leitura e interpretação de textos, produção de textos (coletivos e individuais), reestruturação de textos, análise lingüística, intertextualidade, textualidade: coerência e coesão; interdiscursividade, polissemia (multiplicidade significativa da língua), polifonia (as vozes de que se constitui a língua).

ARTES – Som (agudo, grave, ritmo, timbre, andamentos rítmicos, intensidade, fontes sonoras), música, forma, texturas, cores (luz, sombra, linha, ponto, planos), gestos, artes cênicas (teatro), releitura de obras de arte, desenho, pintura, simetria e assimetria, representação de imagem (outdoor, história em quadrinhos, cartazes).

EDUCAÇÃO FÍSICA – Tipos de jogos (tradicionais, faz de conta, de construção, pré-esportivos e dramatização), dança (brinquedos cantados, cantigas de roda, atividades rítmicas, linguagem gestual, expressão corporal, danças folclóricas, danças populares, modernas e clássicas, danças de salão), a história dos esportes e o exame antidoping, esteróides e anabolizantes.

ENSINO RELIGIOSO – A história das religiões, a relação da bebida com as celebrações, ritos, crenças, doutrinas, a fundamentação dos limites éticos e morais conforme as tradições religiosas.

Fig 4

Embriaga-te
Charles Baudelaire

Deve-se estar sempre bêbado. É a única questão.
A fim de não se sentir o fardo horrível do tempo,
que parte tuas espáduas e te dobra sobre a terra.
É preciso te embriagares sem trégua.
Mas de quê? De vinho, de poesia ou de virtude?
A teu gosto, mas embriaga-te.
E se alguma vez sobre os degraus de um palácio,
sobre a verde relva de uma vala,
na sombria solidão de teu quarto, tu te encontrares
com a embriaguez já minorada ou finda,
peça ao vento, à vaga, à estrela, ao pássaro, ao
relógio, a tudo aquilo que gira, a tudo aquilo que
voa, a tudo aquilo que canta, a tudo aquilo que
fala, a tudo aquilo que geme.
Pergunte que horas são. E o vento, a vaga,
a estrela, o pássaro, o relógio, te responderão.
É hora de se embriagar!!!
Para não ser como os escravos martirizados
pelo tempo, embriaga-te
Embriaga-te sem cessar. De vinho, de poesia ou
de virtude

Pense: vamos nos embriagar de: Virtude, Conhecimento, Solidariedade, Afetividade, Dignidade, Compreensão, enfim, de Cidadania e Liberdade

AÇÕES E OPERAÇÕES

- Organização de equipes para fazer coletas de dados (pesquisa de campo) sobre o consumo de bebidas alcoólicas, nos estabelecimentos locais (distribuidores ou revendedores de bebidas);
- Estudo sobre a História da Tributação, bem como os conceitos dos tributos que incidem sobre a comercialização de bebidas alcoólicas. A necessidade dos tributos, sua finalidade. O que a população ganha ao pagar impostos;
- Pesquisa sobre os seguintes conceitos: arrecadação tributária; arrecadação municipal; orçamento municipal; IPI, ICMS; tributo; recursos públicos; serviços públicos; prestação de contas; evasão fiscal.
- Estudo de textos sobre sonegação fiscal e contrabando no ramo de bebidas e cigarros, enfocando a ambigüidade do setor: os danos à saúde e a fonte de recursos para o Estado;
- Estudo sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas prevista no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Art. 81;
- Discussão, debate e elaboração de um painel sobre os problemas ocasionados pelo consumo de bebida alcoólica, enfatizando aspectos de saúde, familiares e sociais;
- Interpretação de letras de músicas que abordam o tema (Diversão – Titãs entre outras);

- Pesquisa com os alunos do Ensino Fundamental sobre o consumo de bebida alcoólica na família e entre os próprios alunos;
- Envolvimento da comunidade no estudo do problema, realizando palestras com profissionais da área de saúde, assistência social, Alcoólicos Anônimos, Ministério Público e/ou Polícia Civil e Militar, com coleta e quantificação de dados;
- Realização de seminários ou fóruns com autoridades competentes;
- Análise da influência cultural no consumo de bebida alcoólica (etnias e meios de comunicação);
- Avaliação das conseqüências biológicas dos componentes químicos das bebidas alcoólicas, bem como diferenciações entre bebidas fermentadas e destiladas;
- Pesquisa sobre despesas do Estado com programas de saúde e com situações decorrentes do consumo excessivo de bebidas alcoólicas;
- Confecção de cartazes, desenhos, frases dos alunos e exposição de painéis;
- Educação do aluno sobre a necessidade de exigir nota e cupom fiscais para o incremento do movimento econômico e retorno do ICMS ao município;
- Produção de textos referentes ao estudo realizado;
- Organização de um levantamento de dados junto à Prefeitura Municipal sobre os gastos que a mesma tem com a saúde, ou seja, os valores destinados ao tratamento de moléstias decorrentes do consumo de cigarros e de bebidas alcoólicas.

SOCIALIZAÇÃO

- Confecção de folders informativos, contemplando os dados coletados e analisados, com posterior divulgação e distribuição à sociedade.

AVALIAÇÃO

- O processo de avaliação ocorreu em todos os momentos da atividade desenvolvida.

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE (EXEMPLO)

Pesquisa realizada pelos alunos da 8ª série da EEB José Marcolino Eckert relata a venda mensal das principais bebidas alcoólicas em seis distribuidoras do município, bem como o percentual de ICMS recolhido sobre a venda das mesmas, conforme tabelas 1 e 2.

TABELA 1. BEBIDAS VENDIDAS (GARRAFAS).

DISTRIBUIDORAS

	A	B	C	D	E	F
Cerveja	12.000	24.000	12.000	4.560	96.000	16.800
Vinho	375	2.250	3.750	750	7.500	1.500
Cachaça	600	-	2.000	300	4.000	-
Outras	333	-	-	200	6.667	16

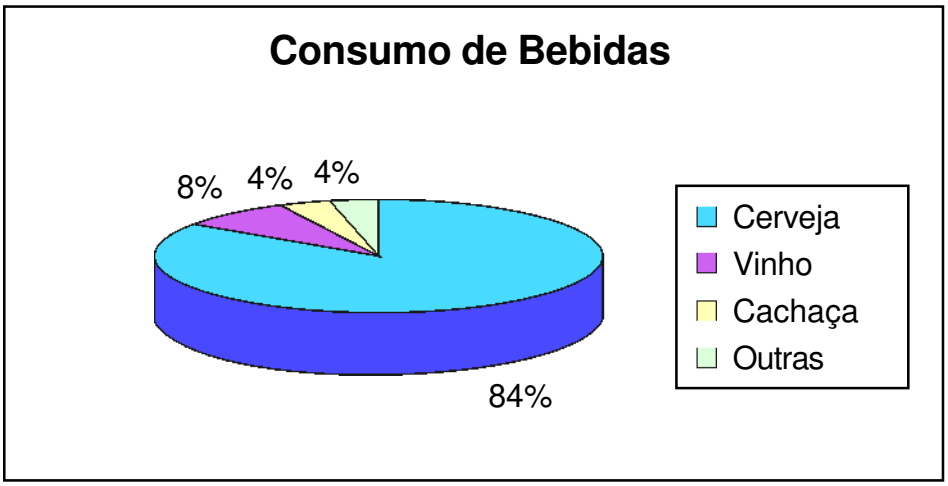
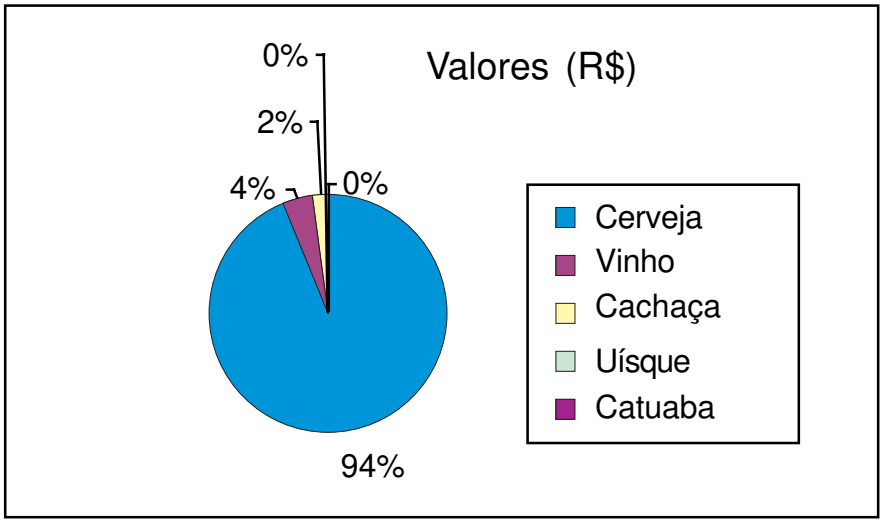


TABELA 2. OS VALORES DAS BEBIDAS SÃO OS APURADOS EM JUNHO DE 2002.

Bebidas	Valores(R$)	Alíquota ICMS(%)	Imposto(R$)
Cerveja	182.496,00	25	45.624,00
Vinho	8.512,50	25	2.128,12
Conhaque	3.952,00	25	987,90
Uísque	144,00	25	36,00
Catuaba	168,00	25	42,00

Obs.: o valor do ICMS constante da tabela é o gerado em todas as fases da circulação da mercadoria

GRÁFICO REFERENTE À TABELA 2



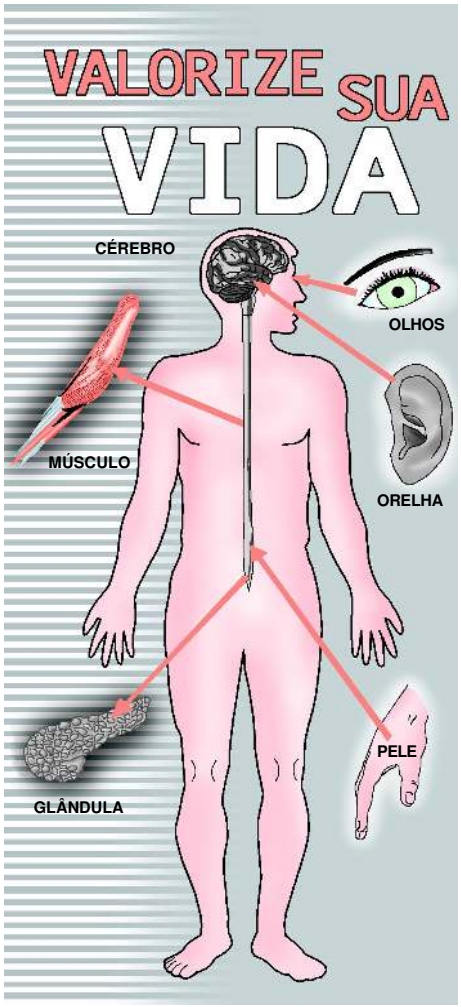
Consumo anual de bebidas alcoólicas no Estado de Santa Catarina.

Volumes em milhões de litro/ano

Ano	Cerveja	Aguardente	Destilados	Vinhos	Conhaque	Vermute	Sidra	Rum	Outros
1998	8160	1010	248	217	108	46	15	17	171
1999	7880	1056	238	309	102	44	14	20	166
2000	8230	978	237	370	108	39	18	19	166
2001	8450	986	238	304	109	40	18	20	169
2002	8400								

Fonte: SINDICERV

FOLDER PRODUZIDO PELOS ALUNOS DA E.E.B. JOSÉ MARCOLINO ECKERT



O consumo de álcool é socialmente aceito e até mesmo incentivado pela sociedade, mas é o responsável **"número um"** dos problemas de saúde pública no Brasil.

E. E. B. José Marcolino Eckert tem uma preocupação com o alto consumo de bebidas alcoólicas em Pinhalzinho, principalmente entre os jovens.

EFEITOS DO ÁLCOOL NO ORGANISMO

- Com 0,6 ml de álcool no sangue (+/- duas doses de uísque) a pessoa se livra das inibições.
- Com 0,7 ml a 1,5 ml de álcool no sangue a pessoa tem dificuldade para andar, a fala enrola e o raciocínio é comprometido.
- Com 1,6 ml a 3,0 ml no sangue, não consegue parar em pé e pode chorar e ficar raivoso.
- Com 3,1 ml a 4,0 ml de álcool no sangue, tem consciência, mas não compreende nada do que vê ou escuta.
- Com 4,1 ml a 5,5 ml de álcool no sangue, entra em coma.
- Com 6,6 miou mais de álcool no sangue, há parada respiratória e cardíaca.

SINAIS DE DEPENDÊNCIA DO ALCOOLISMO

É quando o indivíduo:

* Tem intenção de diminuir o consumo, mas não consegue;

* Planeja sua vida em função da bebida;

* Apresenta variação constante de comportamento;

* Evita conversar sobre a bebiba.

* Procura companheiros e situações para beber.

* Necessita beber em quantidade cada vez maior.

* Desenvolve o sentimento de auto- piedade, perseguição e culpa.

* Distância-se da famflia e dos amigos. * Apresenta problemas no trabalho. * Bebe escondido.

* Apresenta desequilíbrio pessoal, fa- miliar, financeiro e profissional.

ATITUDES MAIS UTILIZADAS PELO ALCOOLISTA

NEGAÇÃO: O indivíduo nega sua con- dição de alcoolista, tentando encobrir a rea- lidade que é desagradável. Ex.: "Eu não sou alcoolista".

PROJEÇÃO: O alcoolista atribui a responsabilidade de seus próprios erros e falhas a outra pessoa ou coisa. Ex.: "Eu bebo porque meu pai sempre me rejeitou".

• Acidentes industriais, afogamentos, queimaduras.
• Agressões físicas, estupros, espancamentos e abandono dos filhos, agressões sexuais à criança e a violências contra a família em geral.

REDUÇÃO DO USO DO ÁLCOOL

É possível reduzir o uso das bebidas alcoólicas através de um processo educativo que contenha alguns pontos fundamentais:

1 - Não beba se você não tem idade para isso (18). É ilícito e perigoso.
2 - Não beba se você tem problemas com bebidas, ou qualquer outro tipo de dependência.
3 - Não beba se você está grávida ou amamentando.
4 - Não beba se está fazendo uso de alguma medicação.
5 - Não beba diariamente. É perigoso e deve ser evitado.
6 - Não beba se irá dirigir veículos motorizados ou ir para o trabalho.

Você pode reduzir simultaneamente o consumo e os problemas provocados pelo álcool.

Procure ajuda. Ajude-se.

Valorize sua vida e seja feliz.

RACIONALIZAÇÃO: Ele tenta explicar porque bebe, não aceitando o fato de que é impotente perante a bebida, procurando se justificar como forma de esconder o seu próprio desapontamento. Ex.: "Eu bebo porque meu time perdeu".
"Eu bebo porque meu time ganhou".

PROBLEMAS RELACIONADOS COM O ÁLCOOL

→ Na Saúde, afeta:
• O Fígado: hepatite alcoólica, cirrose hepática;
• O Coração: insuficiência cardíaca, alteração cardíaca, angina, hipertensão arterial, fibrose.
• O Sistema Nervoso Central: destruição dos neurônios, desestruturação mental, descoordenação motora, visão dupla, derrame (AVC).
• No Estômago: gastrite, úlcera, câncer.
• Causa câncer de boca, esôfago, estômago, fígado e bexiga.
• Causa impotência, esterilidade, alteração no ciclo menstrual, em mulheres grávidas aborto espontâneo, Síndrome alcoólica fetal (retardo mental, pouco desenvolvimento motor, deficiência de crescimento, dificuldade de aprendiza- gem, comprometimento da inteligência).

→ Do ponto de vista social e humano:
• Um terço de todos os acidentes automobilísticos fatais tem relação com bebidas alcoólicas

VOCÊ SABIA...

Aproximadamente, vendem-se 165.360 garrafas de cerveja de 600ml por mês em Pinhalzinho. Além disso, não estão computados O grande consumo de bebidas alcoólicas em latas e outras bebidas como: vinho, cachaça, conhaque entre outros.

FILMOGRAFIA SUGERIDA PELOS CONSULTORES

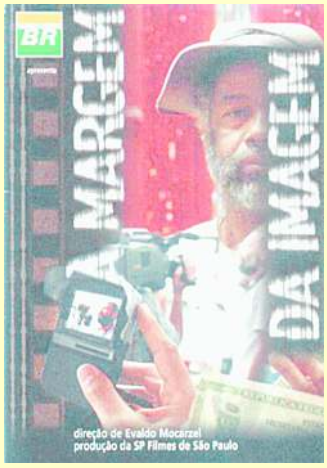


Fig 5

1. ***28 Dias.*** *EUA, 2000. Dir: Betty Thomas. 103 min.*
2. ***À Margem da Imagem****. BRA, 2002 - Dir: Evaldo Mocarzel - curta-metragem, 30 min.*
3. ***Adeus Minha Filha****. AUSTRALIA, 1998. Dir: Richard Flanagan, 93 min.*
4. ***Alcoolismo, Como Sair Dessa****. BRA. Dir: Lais Bodanzki, 30 min.*
5. ***Alguém Esperará Por Ti.*** *EUA, 1997, Dir: Martin Donovan, 90 min.*
6. ***Bicho de Sete Cabeças****. BRA, 2000. Dir: Lais Bodanski, 88 min.*
7. ***Fábrica de Ilusões.*** *EUA, 1979. Dir: Burt Brinckerhoff.*
8. ***Farrapo Humano****. EUA, 1945 - Dir: Billy Wilder, 100 min.*
9. ***Geórgia.*** *EUA, 1995. Dir: Ulu Grosbard, 115 min.*
10. ***Grugstore Cowboy.*** *EUA, 1989. Dir: Gus Van Sant, 100 min.*
11. ***In vino veritas.*** *BRA, 1981, documentário. Dir: Ítala Nandi.*
12. ***O Alcoolismo e a Fábrica.*** *POR, 1975. Documentário. 30 min.*
13. ***O Sorgo Vermelho.*** *CHI, 1987. Dir: Zhang Yimou, 91 min.*
14. ***Olhar da Inocência.*** *FRA, 1999. Dir: Jean Becker, 115 min.*
15. ***Pollock.*** *EUA, 2000. Dir. Ed Harris, 122 min.*
16. ***Quando Um Homem Ama Uma Mulher.*** *EUA, 1994. Dir: Luis Mandoki, 126 min.*
17. ***Segunda-feira ao sol.*** *ESP, 2002, Dir: Fernando León de Aranoa, 113 min.*
18. ***Táxi Blues*** *– FRA, 1989. Dir: Pavel Lounguine, 110 min.*
19. ***Três Garrafas de Vinho Tokai****. ALE,1989, Dir: Udo Witte, 80 min.*

PINTURAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

1. ***As Garrafas Especiais*** *– Carlos Scliar – 2000*
2. ***Auto-Retrato com Garrafa de Vinho*** *- Edvard Munch - 1906*
3. ***Café das Artes*** *- Jorge Salles*
4. ***Calvados*** *- Natasha Ilicheva - 2003*
5. ***Cerveja e Batatas*** *- Ivan Kolisnik - 2001*
6. ***Cigarros e Conhaques no Bar*** *– Juarez Machado – 1997*
7. ***Clément Pichon*** *– Juarez Machado – 1989*
8. ***Cotidiano com Garrafas*** *- Katerina Badianova – 2003*
9. ***Embriagados*** *- Diego Velazquez – 1629*
10. ***Garrafa de Vinho*** *– Juan Miro, 1924*
11. ***No Bar*** *- Natasha Ilicheva - 2003*
12. ***O Café à Noite*** *- Vincent Van Gogh - 1888*
13. ***O Soldado que Bebe*** *– Marc Chagall – 1912*
14. ***Senhor Boileau em um Café - Toulouse Lautrec - 1893***
15. ***Um Aperitivo no Estúdio*** *– Juarez Machado*
16. ***Vinhedos*** *– Anna Cherednichenko, 1956*

Fig 6

MÚSICA TRABALHADA

Em certas horas isso é o que nos resta

Não se esquece o preço que ela cobra
Em certas horas isso é o que nos sobra
Ficar frágil feito uma criança

Só por medo ou insegurança
Ficar bem ou mal acompanhado
Não importa se der tudo errado
Às vezes qualquer um faz qualquer coisa
Por sexo, drogas e diversão
Tudo isso às vezes só aumenta
A angústia e a insatisfação
Às vezes qualquer um enche a cabeça de álcool
Atrás de distração
Nada disso às vezes diminui

Fig 7

A dor e a solidão
Tudo isso, às vezes tudo é fútil
Ficar ébrio atrás de diversão
Nada disso, às vezes nada importa
Ficar sóbrio não é solução
Diversão é solução sim
Diversão é solução pra mim

MÚSICAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

1. ***Água Perrier*** *– Adriana Calcanhotto*

Fig 8

2. ***3º Whisky*** *– Blues Etílicos*
3. ***Beber até Morrer*** *– Ratos de Porão*
4. ***Cálice*** *– Chico Buarque/Milton Nascimento*
5. ***De Bar em Bar*** *- Didi, Um Poeta – Escola de Samba União da Ilha – RJ*
6. ***Diversão*** *- Titãs*
7. ***Eduardo e Mônica*** *– Legião Urbana*
8. ***Festa Profana*** *– Escola de Samba União da Ilha – RJ*
9. ***Grand' Hotel*** *– Kid Abelha*
10. ***Ideologia*** *– Cazuza*
11. ***+ Uma Dose – Gabriel****, o Pensador*
12. ***O Bêbado e a Equilibrista*** *– João Bosco*
13. ***Pelo Vinho e Pelo Pão*** *– Zé Ramalho*
14. ***Por Que a Gente é Assim*** *– Cazuza*

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NA ATIVIDADE E RECOMENDADA PELOS CONSULTORES

- ARANTES, Valéria Amorim. **Afetividade na escola**. São Paulo: Summus, 2003.
- BAUDELAIRE, Charles. Poesia: Embriaga-te. Disponível em: <http://www.nossacasa.net/literatura/> Acesso em: 22 abril 2004.
- CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Universidade Federal de São Paulo. Depto. de Psicobiologia.

Fig 9

- Coleção Clássicos Universais. São Paulo: Rideel, 2002.
- Coleção Construindo Nossa Memória. São Paulo: FTD, 1997-2000.
- Coleção Mestres das Artes no Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.
- Coleção O Sabor da História. São Paulo: FTD, 2000.
- DIMENSTEIN, Gilberto; GIANSANTI, Álvaro César. **Quebra-cabeça Brasil.** São Paulo: Ática, 2003.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do Futuro: Cidadania hoje e amanhã.** São Paulo: Ática, 1997.
- LARANJEIRA, R; PINSKI, J. **O alcoolismo**. São Paulo: Contexto, 1994.
- SAYÃO, Rosely. **Em defesa da escola**. São Paulo, Campinas: Papirus, 2004.
- Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1997-2000.
- Série Discussão Aberta. São Paulo: Ática, 1998-2000.
- Série mídia e mobilização social. São Paulo: Cortez.
- Série Por Dentro da Arte. São Paulo: Ática, 2003.
- VALÉRY, Paul. Poesia: O Vinho Perdido. Disponível em: <http://www.blocosonline.com.br/literatura/poesia/pi/pi200261.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- www.alcoolismo.com.br/
- www.cinemateca.com.br
- www.pintoresfamosos.com.br
- www.siciliano.com.br
- www.skylight.com.br
- www.vidhya-virtual.com

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig 1: Disponível em: <http://www.abconsul.it/relax/caravaggio/01240380.jpg> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 2: Disponível em: <http://agorafobiadepressao.planetaclix.pt/Alcoolismo_3.jpg> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 3: Disponível em: <http://www.sfa-ispa.ch/Librairie/francais/flyers/FLYalcool.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 4: Disponível em: <http://matoine1.club.fr/l'alcool-tue-1.gif> Acesso em 18 junho 2005.

- Fig 5: Disponível em: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/a-margem-da-imagem/a-margem-da-imagem-poster02.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 6: Disponível em: <http://www.carlosscliar.com/garrafasespeciais.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 7: Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/teotonio/eca/images/est12.jpg> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 8: Disponível em: <http://mpbfm.ig.com.br/programas/acervo/cazuza.html> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 9: Disponível em: <http://www.gais.org.br/sug_leitura/anteriores/aprendiz_futuro/8508065299.gif> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 10: Disponível em: <http://www.guiabus.com.br/criar_t_vida/edicao_8/pag03.htm> Acesso em: 22 abril 2004.

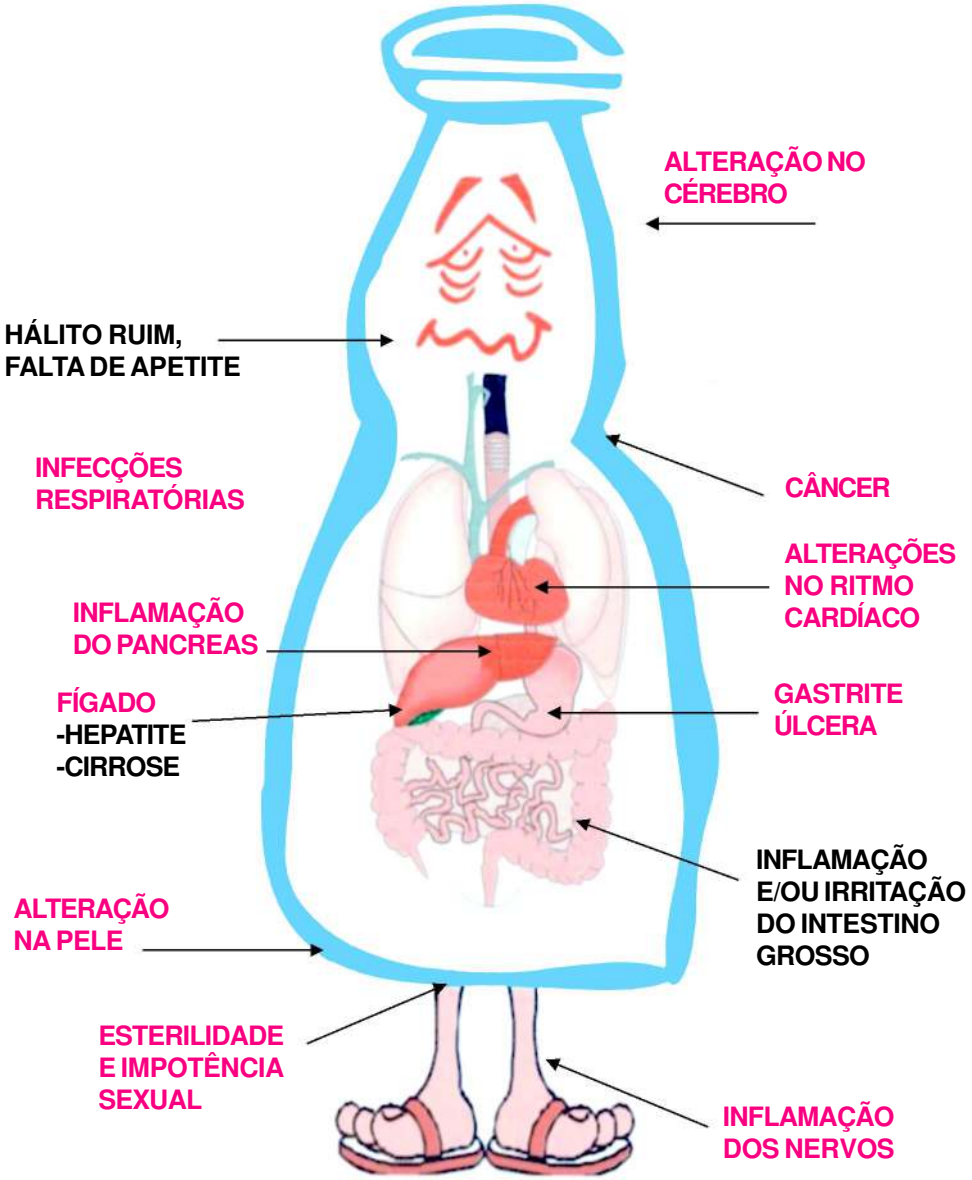


Fig 10

TEXTOS SUGERIDOS PELOS TÉCNICOS DA SEF

ABEAD - Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas

Posicionamento da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas, ABEAD, quanto às propagandas de bebidas alcoólicas veiculadas na mídia brasileira.

Hoje, as várias formas de fazer propaganda em nossa televisão têm sido muito comentadas e avaliadas pela maioria dos indivíduos em nossa sociedade. Parte deste questionamento tem sido dirigido às propagandas de cervejas, elaboradas para influenciar os jovens. A qualquer preço, entre eles o preço de muitas vidas, o investimento nesta área tem feito muito barulho. O barulho das vítimas do álcool é que ainda tem sido muito pouco escutado, quase mesmo que abafado, pelos "gingles" musicais ou por grandes carnavais.

De um lado, está o produtor que quer e precisa vender seu produto, "aquele produto que desce redondo", e que é também classificado pela Organização Mundial de Saúde, como um dos três responsáveis pelas mais altas taxas de mortalidade e morbidade no mundo (WHO, 2001; ONS, 1998).

Do outro lado estão adolescentes e crianças, "alvos" destas propagandas, que acabam por ficar sem opção. Escolher livremente o que beber, comer, ou fazer, é um direito individual, mas que, inexoravelmente, remete cada indivíduo ao seu grupo, com suas normas e leis. Além destes fatores de proteção, às evidências da ciência.

A percepção do dano e o comportamento de risco entre os jovens estão longe das estatísticas! Levantamentos internacionais classificam a mortalidade brasileira entre as dez mais altas do mundo para os jovens de 15 a 25 anos (World Health Statistics Annual, 1995). Em um estudo na região metropolitana de São Paulo, entre 5.690 vítimas jovens de mortes violentas, metade apresentou dosagem de álcool no sangue positiva (Carlini-Cotrim et al., 1998).

Adolescentes têm uma característica normal e saudável do seu desenvolvimento que á a fase de experimentação. Para eles não é preciso insistir para experimentar. Mas o exagero na propaganda pode ser mais um fator incentivador de um comportamento altamente preocupante entre os jovens encontrado nas pesquisas: a taxa de adolescentes que se intoxicam, abusam, ou usam o álcool de forma pesada tem aumentado significativamente (Room et al., 1995; WHO, 1999; Hibell et al., 2000). Este dado também foi encontrado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, o CEBRID em seu último levantamento (Carlini et al., 2001).

O jovem inicia o consumo de bebidas alcoólicas em casa e com amigos, antes mesmo de ter a permissão legal para consumir (Galduróz et al., 1997). Isto acontece em uma faixa etária precoce, antes que este jovem possa ter amadurecido sua capacidade de abstração para refletir, avaliar e optar (Rappaport et al., 1982). O jovem não tem a informação de que bastam duas doses de bebida alcoólica, como por exemplo, duas latas de cerveja; dois copos de chopp ou duas doses de destilados, whisky ou vodka sem "chorinho", ou dois copos de vinho, para que aumente consideravelmente os riscos e danos pessoais e coletivos (Mayo-Smith, 1998). Entre eles, o beber pesado e dirigir, tendo como conseqüência imediata o risco de acidentes fatais, ou a médio prazo, o desenvolvimento da dependência, que cuja prevalência encontra-se em torno de 11% no Brasil (Carlini et al., 2001).

Assim, a propaganda é um aspecto a ser considerado, pois as crianças e os jovens são influenciados por elas. Um estudo nacional sobre o impacto da mídia violenta no comportamento de crianças e jovens comprovou esta influência recentemente entre crianças brasileiras (Gomide, 2000; 2001; no prelo)

A responsabilidade social em encontrar soluções para todos estes problemas começa por considerar todas estas evidências.

Ana Cecilia Petta Roselli Marques
Presidente da ABEAD

MATERIAS RELACIONADAS:

Carlini, E.A.; Galduróz, J.C.F.; Noto, A.R.; Nappo, S.A. I Levantamento domiciliar domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil, 2001.
Carlini-Cotrim, B.; Galina, J.R.; Chasin, A.A.M. (1998) Ocorrências de suicídios sob efeito de álcool: um estudo na região metropolitana de São Paulo. Revista ABP-APAL, 4(20)146-149.
Galduróz, J.C.F.; Noto, A.R.; Carlini, E.A. - IV Levantamento sobre o uso de drogas entre Estudantes de 1o e 2o graus em 10 Capitais Brasileiras -CEBRID, 1997.
Gomide, P. C. (2000). Efeitos de filmes violentos em comportamento agressivo de crianças e adolescente. Revista: Psicologia Reflexão e Critica, 13 (1), pp. 127-141.
Gomide, P. C. (2001). Efeitos das Práticas Educativas no desenvolvimento do Comportamento Anti-social. Em M. L. Marinho e V. Caballo (org) Psicologia Clínica e da Saúde.Editora UEL-APICSA, filiada à ABEU, Londrina (Brasil) e Granada (Espanha).
Gomide, P. I. C. (no prelo). Crianças e Adolescentes em Frente à TV: O Que e Quanto Assistem de Televisão. Revista Argumento.
Hibell, B.; Andersson, B.; Ahlström, S.; et al (2000). The 1999 ESPAD report: alcohol and other drug use students in 30 European countries. Stockholm: Swedish Council for Information on Alcohol and Other Drugs (CAN).
Mayo-Smith, Michael F. (1999) Management of Alcohol Intoxication and Withdrawal in Principles on Addiction Medicine by AllanW.Grahan and Terry K. Schultz (eds.) 2nd edition, 431-40.
Office for National Statistics (1998) Mortality Statistics, Cause: England and Wales 1996 (London, The Stationery Office)
Psicologia do Desenvolvimento (1982) – Volume 4 - A idade escolar e a Adolescência; Rappaport, C.R.; Fiori, W.R; Davis, C. EPU - Editora Pedagógica e Universitária Ltda.
Room, R.; Bondy, S.; and Ferris, J. (1995). The risk of harm to oneself from drinking . Canada 1989. Addiction, 90:499-513.
World Health Organization (WHO). Global Status Report on Alcohol. Geneva: WHO, 1999. Available from: URL: http://www.who.int/substance_abuse/pubs_alcohol.htm
World Health Organization (WHO). (1988). IARC monographs on the evaluation of carcinogenic risks to humans, alcohol drinking Vol.44. Lyon: International Agency for Research on Cancer.
World Health Organization (WHO). International guide for monitoring alcohol consumption and related harm. Geneva: WHO, 2000. Available from: URL: http://www.who.int/substance_abuse/PDFfiles/guidemontr_alcohlconsum.pdf
World Health Statistics Annual (WHOSIS) (1995)
http://www3.who.int/whosis/menu.cfm

Fonte: http://www.abead.com.br/asp/opiniao_abead_viii.asp

MOBILIZAÇÃO

Começa a Semana Nacional Antidrogas

VIVIANE BEVILACQUA

Com o slogan "Gente dependente de gente", a Secretaria Nacional Antidrogas da Presidência da República realiza de hoje até o dia 26, em todo o Brasil, a 6ª Semana Nacional Antidrogas.

Criado em 1999, o evento visa a conscientização e mobilização da sociedade brasileira, no que diz respeito aos problemas e às atividades de redução da demanda e oferta das drogas.

Em Florianópolis, a Semana Nacional Antidrogas começa hoje com o curso de capacitação de agentes comunitários e técnicos no atendimento de adolescentes em situação de risco.

A promoção é da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Academia de Polícia Civil e Conselho Estadual de Entorpecentes, em parceria com a Comunidade Terapêutica Fazenda Novos Caminhos (Creta). O curso prossegue até 2 de outubro, na sede da Acadepol, em Casnavieiras.

Para o dia 21 estão previstos a apresentação, debate e troca de experiências através de teleconferência interativa transmitida de Brasília para todos os estados brasileiros. Em santa Catarina, os debatedores estarão reunidos no Plenarinho da Assembléia Legislativa.

No dia 25, a prefeitura de Florianópolis e os conselhos municipal e estadual de entorpecentes promovem uma mobilização em frente à Catedral Metropolitana. Haverá várias atividades: caminhada, apresentações culturais, distribuição de fôlderes e cartazes, orientações sobre prevenção e tratamento de drogas.

Fique atento

O uso de drogas e de álcool pode aumentar em cinco vezes o risco de acidentes de trabalho, além de ser responsável por 50% de absenteísmos no trabalho

O álcool é responsável por 95% dos casos de dependência química, 90% das urgências psiquiátricas, 50% das internações psiquiátricas, 50% das mortes por acidente de trânsito e por 65% dos crimes violentos no Brasil

10% dos estudantes brasileiros de 13 a 24 anos consomem regularmente bebidas álcoolicas

Dos 50 mil alunos de escolas de ensino fundamental e médio entrevistados, 45% disseram beber em eventos sociais, especialmente cerveja e vinho

11% consideram o uso de substâncias ilícitas uma doença, e menos 3%, algo normal. O levantamento abrange 4,6 milhões de alunos de 14 capitais brasileiras

A cerveja é a bebida preferida de 36% dos alunos. No ranking das cidades com maiores índices de jovens consumidores de bebidas aparecem Porto Alegre (14,4%), Salvador (13,5%), Florianópolis (13,1%), Cuiabá (12,7%), Recife (12,3%) e Rio (11%)

Porto Alegre (RS) ocupa o primeiro lugar no consumo diário de drogas ilícitas, com 6% dos entrevistados utilizando todos os dias essas drogas. Florianópolis (4,3%) e Vitória (3,7%) vêm em seguida

Fonte: Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas

Jornal Diário Catarinense de 18/06/2004 – Caderno Geral, p.20

II– ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM - INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL

Produção: Maria A. M. de Abreu e Francisco Maroneze de Abreu

Fig 1

INDÚSTRIA

Raul Pompéia

O homem bate-se contra o mundo. Cada força viva é um inimigo.
À parte a luta das paixões, trava-se na sociedade a batalha
perene das indústrias.
Combate-se contra o tempo que atrasa e contra a distância que
afasta.
A locomotiva atravessa as planícies como um turbilhão de ferro; a
rede nervosa da telegrafia cria a simultaneidade e a solidariedade
na face do globo; o steamer *suprime o oceano; o milagre de*
Guttemberg precipita em tempestade as idéias, reduzindo o esforço
cerebral; exacerbam-se os ímpetos produtores do solo, com a energia
vertiginosa das máquinas. Vibram as cidades ao rumor homérico das
caldeiras. Cada dia, o combate ganha uma nova feição e o ventre
fecundo, o ventre inexaurível das forjas, para as novas pugnas,
produz novas armas.
Bendita febre industrial!
Bendito o operário, mártir das indústrias!
Estenda-se por todo o firmamento o fumo que paira sobre as
cidades, vele aos nossos olhos os abismos da amplidão e os signos
impenetráveis das esferas.

TEXTO INTRODUTÓRIO: AS INDÚSTRIAS CHEGAM AO BRASIL

Fig 2

A implantação da indústria automobilística no Brasil data de 16 de junho de 1956, quando o então Presidente Juscelino Kubitschek assinou um decreto criando o GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística). Esta medida proporcionou a instalação e o desenvolvimento de outros setores como as indústrias de autopeças, metalúrgicas, siderúrgicas e a comercialização de veículos. A nova situação promoveu ainda um acúmulo de capitais, maiores salários e crescimento no número de ofertas de emprego.

As primeiras linhas de montagem de veículos importados surgiram no Brasil após a Iª Guerra Mundial. Em 1919, a Ford inaugurou em São Paulo sua linha de montagem de automóveis Ford modelo T; em 1925 a General Motors iniciou a montagem dos modelos Chevrolet; em 1926 a Internacional Harvester iniciou a montagem de caminhões; em 1928 a Fiat iniciou sua própria produção. Nessa época, as peças eram importadas e apenas a montagem dos veículos era efetuada no país.

A crise de 1929 retardou a expansão do setor, que foi retomada somente após a II Guerra Mundial. Em 1945 foi instalada a Studebaker, mais tarde transformada em Vemag do Brasil, que viria a representar posteriormente a Masey Harris, a Kenworth (1946), a Scania Vabis (1951) e a Ferguson (1954). Durante a II Guerra Mundial foi construída a FNM - Fábrica Nacional de Motores, originalmente para a produção de motores para aviação, que a partir de 1949 iniciou a fabricação de caminhões de origem italiana.

O ano de 1951 foi marcante pela importação de veículos e peças, que alcançaram 15% do total das importações - US$ 1,1 bilhão - superando as compras externas de trigo e de petróleo. O então Presidente Getúlio Vargas restringiu as importações e instituiu uma comissão de estudos para promover uma gradativa nacionalização dos veículos utilizados no Brasil. Instalaram-se no país a Willys (1952), a Volkswagen, a Mercedes (1953), e a Simca (1954). Em 1956 as indústrias Romi lançavam a Romi-Isetta. E em 15 de maio de 1956 era fundada a Anfavea, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. O governo Kubitschek possibilitou os incentivos para a implantação do setor automobilístico no Brasil.

A indústria brasileira começou a firmar o pé através da Vemag, que lançou, em novembro de 1956, a caminhonete DKW Universal (um projeto alemão). No ano da estréia, apenas 68 unidades foram feitas. O modelo só durou dois anos até ser substituído por uma caminhonete maior: era a Vemaguet, que se tornaria um sucesso,

Com a crise do petróleo na década de 70, foi iniciada a pesquisa de novos combustíveis, resultando no Pró-álcool e no lançamento do primeiro carro elétrico pela Gurgel (1981), veículo não poluente e silencioso. Muitas outras mudanças ocorreram nas últimas décadas: novas empresas se instalaram no país, outras foram absorvidas ou deixaram de operar, mas o setor, como um todo, vem crescendo continuamente.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A indústria automobilística no Brasil é um dos fortes setores da economia, gerando empregos, e também uma significativa parcela da arrecadação de tributos. Sendo o tema **Indústria** um dos componentes do currículo de História, na escola, indaga-se como é possível educar os alunos para a compreensão e a apropriação de conceitos sobre este assunto, possibilitando-lhes um engajamento na luta por uma vida digna para todos os brasileiros.

Fig 3 - 512M at Daytona – Alfredo de la Maria

OBJETIVO

Estudar a história da instalação da indústria automobilística no Brasil, vantagens e desvantagens, estabelecer a sua relação com a geração de tributos, benefícios fiscais (postergação do recolhimento do ICMS), trabalhando os conceitos de todas as disciplinas do currículo.

CONCEITOS DISCIPLINARES

Relações sociais; Tempo; Relações de produção; Política econômica; Espaço; Industrialização; Região industrial; Tecnologia; Trabalho; Campos numéricos; Funções; Matrizes e determinantes; Proporcionalidade; Geometria métrica; Geometria espacial; Texto; Textualidade; Análise lingüística; Intertextualidade; Corporeidade; Esporte; Poluição; Desenvolvimento sustentável; Transformação Química; Metalurgia; Artes Visuais; Música; Teatro; Literatura.

TEMAS MULTIDISCIPLINARES

Educação Ambiental (água, desenvolvimento sustentável, desequilíbrio ambiental, reciclagem e reaproveitamento de materiais); Educação Fiscal (benefícios fiscais, incentivos fiscais, isenção tributária, PIB, movimento econômico, repartição das receitas tributárias, evasão fiscal, IPVA, ICMS, IPI, previdência social); Ética (legitimação de valores, ética e convivência, dignidade da vida humana, solidariedade, direitos humanos); Educação Sexual (relações e gênero, preconceito, doenças sexualmente transmissíveis).

AÇÕES E OPERAÇÕES

- Pesquisa sobre a história da indústria automobilística no Brasil e no mundo, com posterior produção de resenha crítica dos textos estudados;
- Estudo sobre a instalação desta modalidade de indústria no país e no estado: aspectos positivos e negativos;
- Pesquisa sobre as marcas e modelos de automóveis produzidos no país, com a construção de tabelas, gráficos, matrizes e determinantes;
- Debate sobre a situação da indústria automobilística no país (geração de empregos, de tributos, destino destes tributos);
- Pesquisa sobre o automobilismo como modalidade esportiva (eventos, brasileiros que se destacaram e se destacam na prática deste esporte);
- Produção de textos individuais ou coletivos sobre benefícios fiscais:
- Estudo, análise e debate sobre as propagandas veiculadas na mídia, referentes ao tema;
- Pesquisa sobre os impactos ambientais causados pela indústria automobilística no Brasil e no Estado de Santa Catarina;
- Leitura de imagens sobre a temática (filmes, pinturas, propagandas);
- Pesquisa sobre músicas nacionais que falam sobre automóvel, velocidade, dentre outros;

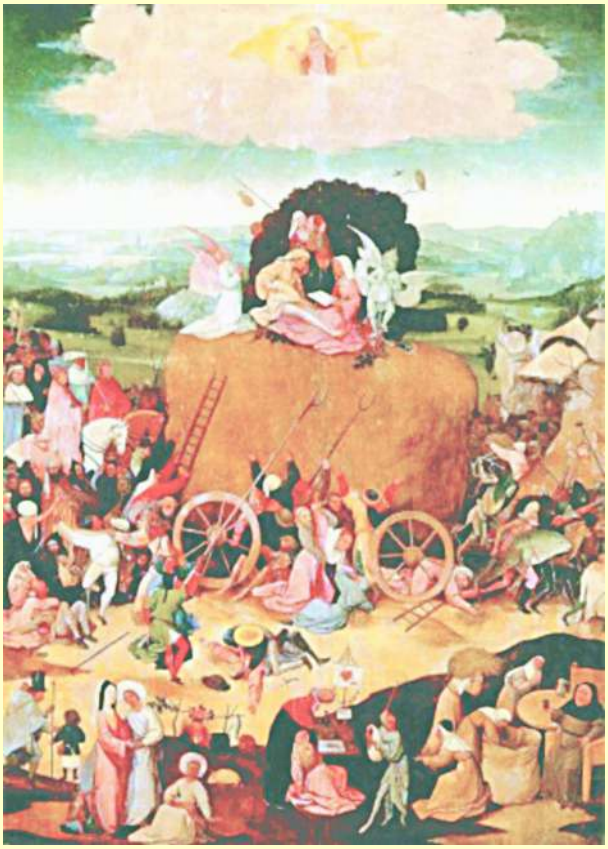


Fig 4 - O carro de Heno - Bosh

- Educação sobre as leis de trânsito, prevenção de acidentes;
- Pesquisa sobre os recursos públicos utilizados na construção e manutenção de rodovias e no tratamento das vítimas de acidentes de trânsito;
- Realização de um concurso, entre os alunos, para a criação de modelos de automóveis;
- Debate sobre as condições das rodovias estaduais e nacionais;
- Pesquisa sobre os diferentes meios de transporte, vantagens e desvantagens: qual a melhor alternativa para o transporte no país?
- Pesquisa sobre carros adaptados para portadores de necessidades especiais;
- Estudo dobre os tributos gerados sobre a produção de um automóvel, sua comercialização e sua utilização pelo contribuinte.

SOCIALIZAÇÃO

- Os resultados desta atividade de aprendizagem devem ser divulgados para a comunidade na forma de folder, palestras, apresentações teatrais e mostras educativas.

AVALIAÇÃO

- Da atividade: será realizada por professores e alunos envolvidos no processo.
- Do conhecimento apropriado: auto-avaliação do aluno e avaliação do aluno feita pelo professor.

Texto e imagens retirados de: <www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_industria.htm

A indústria automobilística brasileira começou anonimamente nas pequenas oficinas, nas garagens, nos galpões de fundo de quintal. Quem poderá, em sã consciência, dizer quem, quando e como foi montado o primeiro carro brasileiro, no Brasil?

Deve ter havido dezenas, centenas de casos que se perderam no anonimato das iniciativas privadas e no pioneirismo dos montadores improvisados.
Sem poder citar todos os nomes, declinamos como homenagem a todos, dois fatos, duas histórias.

Por volta de 1925 a 1928 (a tradição oral não precisa a data), uma conhecida fábrica em São Cristóvão, construiu um carro nacional. Fizeram tudo: chassis, carroceria, caixa de mudanças, etc. Só o motor não era nacional.

A segunda história foi contada por Sérgio Ferreira, que, quando meninote, fascinado pela vertigem da velocidade, ganhara um pequeno carro de "O Globo" para disputar corridas na Praça Paris. Um acidente com um garoto interrompeu essas corridas, mas Sérgio, ajudado por seu irmão e até pelo seu pai, fez a martelo e

forja, um pequeno carro de corrida a que chamaram "Sucata". E "Sucata", verde e amarelo, fez sucesso pelos idos de 1937.

A iniciativa privada, mais precisamente a indústria de auto peças, deu início à indústria automobilística do Brasil. Antes havia apenas montagens de peças e acessórios importados.

A Ford foi uma das pioneiras, quando demonstrava, na Esplanada do Castelo, ao público numeroso e curioso, a montagem de algumas importantes peças de seus carros. Isso aconteceu durante a I Exposição de Automobilismo do Rio de Janeiro, de 1 a 15 de agosto de 1925. A general Motors também começou a importar carros e peças para montar aqui no Brasil.

Às vésperas da 2ª Grande Guerra nossa indústria de auto peças não passava da feitura de pneus, mangueiras, molas planas, baterias e carrocerias rudimentares de caminhões.

Quando começou a guerra o Brasil possuía, entre carros, caminhões e utilitários de toda espécie, cerca de 200 mil veículos. Duzentos mil veículos de todas as marcas e de todos os países do mundo, pois naquela época a importação era franca. Veículos que, de uma hora para outra, ficaram sem peças de reposição com a interrupção do mercado europeu, primeiro; e com o parque industrial norte-americano todo voltado para o esforço e a prioridade da guerra, depois.

De 1939 a 1945 pequenas oficinas que iam se transformando em fábricas começaram a fazer coisas verdadeiramente incríveis, sem ferramentas, sem máquinas apropriadas, sem matéria-prima adequada. Realizaram verdadeiros milagres para manter em tráfego a frota rodoviária brasileira.

Quando o próprio combustível começou a se tornar escasso, surgiu até uma nova indústria: a dos gasogênios. Uns monstrengos, no início; e no final, até sofrivelmente práticos. Mas a verdade é que no fim da guerra, em 1945, e com todas as deficiências do apuro técnico, o Brasil já possuía modesto parque industrial de autopeças. D a í por diante começa, lentamente, a volta da importação e umas poucas máquinas e matrizes vêm melhorar o nosso incipiente parque industrial.

Mas quando a importação normalizou (1951) os responsáveis pelo destino do país ficaram alarmados com um novo perigo: a queima de divisas na fome de veículos que o país atravessava. Para se ter idéia da gravidade do problema, basta dizer que somente em dois anos, de 1951 a 1952, o Brasil importou em números redondos 200 mil veículos que, aproximadamente, consumiram 540,9 milhões de dólares! Exatamente a mesma quantidade de veículos que existiam antes da guerra.

Foi aí que se pensou, em termos de planejamento, em montar um parque industrial automobilístico brasileiro.

MÚSICAS SUGERIDAS

1. ***A Estrada*** *– Cidade Negra*
2. ***ABC*** *– Zé Geraldo*
3. ***Andança*** *– Beth Carvalho*
4. ***BR3*** *- Tony Tornado.*
5. ***Capitão da Indústria*** *- Paralamas*
6. ***Carro Velho*** *– Ivete Sangalo*
7. ***Carros*** *– Nenhum de Nós*
8. ***Chamando Todos os Carros*** *– Capital Inicial*
9. ***Expresso 2222*** *– Gilberto Gil*
10. ***Mustangue Cor de Sangue*** *– Wilson Simonal*
11. ***O Pó da Estrada*** *– Sá e Guarabira*
12. ***Papai me Empresta o Carro*** *- Rita Lee*
13. ***Paralelas*** *- Belchior*
14. ***Retrovisor*** *- Fagner*

Fig 5

15. ***Sinal Fechado*** *– Paulinho da Viola*
16. ***Terral*** *- Fagner*
17. ***Trem das Sete*** *- Raul Seixas*
18. ***Trem do Pantanal*** *– Almir Sater*
19. ***Último Pau de Arara*** *- Luiz Gonzaga. (Int. Zé Ramalho)*
20. ***Um Ponto Oito*** *- Pato Fu*

FILMOGRAFIA SUGERIDA

1. ***Alta Velocidade****. EUA, 2001. Dir: Renny Harlin, 117 min.*

Fig 6

2. ***Baladas, Rachas e um Louco de Kilt****. EUA, 2003. Ronny Yu.*
3. ***Car Wash.*** *EUA,1976. Dir:Micharl Schultz.107 min.*
4. ***Conduzindo Miss Daisy.*** *EUA,1989. Dir: Bruce Beresford. 99 min.*
5. ***Corrida Rumo ao Sol.*** *EUA,1995, Dir: Charles Kanganis, 99 min.*
6. ***Crash - Estranhos Prazeres.*** *CAN, 1996. Dir: David Cronemberg. 100 min.*
7. ***Fábrica de Loucuras.*** *EUA, 1986. Dir: Ron Howard, 108 min.*
8. ***Ferrari - A Paixão de Um Homem****. ITA, 2002. Dir: Carlo Carlei. 146 min.*
9. ***Ford – O Homem e a Máquina****. EUA, 1995. Dir: Alan Eastman, 150 min.*
10. ***Grand Prix.*** *EUA, 1966. Dir. John Frankenheimer. 179 min.*
11. ***Juventude Transviada****. EUA,1955. Dir: Nicholas Ray. 111 min.*
12. ***Michel Vaillant****. FRA, 2003. Dir: Luc Besson, 117 min.*
13. ***Os Anos JK****. Documentário. BRA, 1980. Dir. Silvio Tendler; 110 min.*
14. ***Se Meu Fusca Falasse****. EUA, 1969. Dir: Robert Stevenson, 107 min.*
15. ***Segurança no Trabalho****: Trabalhando com Máquinas. 17 min.*
16. ***Tucker – Um Homem e Seu Sonho****. EUA, 1988. Dir: Francis Ford Coppola. 130 min.*
17. ***Velozes e Furiosos****. EUA, 2001. Dir. Rolo Cohen, 107 min.*
18. ***Videopédia*** *– A Revolução Industrial, 48 min.*

PINTURAS SUGERIDAS

1. ***A Indústria*** *– Goya, 1802*
2. ***BMW645*** *- Natasha Ilicheva - 2003*
3. ***Carros Usados*** *-Ron Blumberg - 1935*
4. ***Carros! Carros! Carros! -*** *Molanda Chiang – 1999*
5. ***Chrysler Crossfire*** *- Natasha Ilicheva – 2004*
6. ***Construção de Rodovia*** *– Cândido Portinari, 1936*
7. ***Corrida de Carros*** *– Mimisol, 2003*
8. ***Estrada no Inverno*** *- Eugene Kovalenko - 2000*
9. ***Greve*** *- Lasar Segall – 1956*
10. ***Land Cruiser 100*** *- Natasha Ilicheva - 2003*
11. ***Lexus GX 470*** *- Natasha Ilicheva - 2003*
12. ***Melhor que o Vento*** *– Adriano, 2003*
13. ***O Carro de Heno*** *- El Bosco – 1514*
14. ***O Carro Voador*** *- Marc Chagall – 1913*
15. ***O Poder e a Máquina*** *– Benjamim Silva, 1987*
16. ***Operários*** *- Tarsila do Amaral – 1933*
17. ***Sonhos Azuis*** *– Tara, 2003*
18. ***Strength Ocean*** *– Natasha Ilisheva, 2002*
19. ***Surf na Cidade*** *- Yuan Yuan Shaw - 2003*
20. ***Uma Palavra*** *- Alexander Shmelev - 1993*

Fig 7 - Operários - Tarsila do Amaral

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- A importância da qualidade. Disponível em: <http://www.gesventure.pt/qualidade/imp_qual.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- A restauração de carros antigos. Disponível em: <http://www.joinet.com.br/joel/antigomobilismo.html> Acesso em: 22 abril 2004.
- ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro. **De JK a FHC, a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scrita, 1997.
- As Indústrias Chegam ao Brasil. Disponível em: <http://www.sincodiv-rj.com.br/10anos/10.htm> Acesso em: 23 abril 2004.
- CASTRO, Antônio Barros de (et al.) **O futuro da indústria no Brasil e no mundo:** os desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

- Código Nacional de Trânsito
- Coleção Clássicos Universais. São Paulo: Rideel, 2002
- Coleção Construindo Nossa Memória. São Paulo: FTD, 1997-2000.
- Coleção Meio Ambiente. São Paulo: Atual, 2000.
- Coleção Mestres das Artes no Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.
- Coleção O Sabor da História. São Paulo: FTD, 2000.
- Coleção Sinal Aberto. São Paulo: Ática, 2004.
- Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense.
- Economia na Segunda República. Disponível em: <http:// www.conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/economia-na-segunda-republica.html> Acesso em: 22 abril 2004.
- Educação para o Trânsito, Disponível em: <www.pr.gov.br/detran/educa/curiosidades> Acesso em: 22 abril 2004.
- Evolução das rodas. Disponível em: <http://www.carroantigo.com/> Acesso em: 22 abril 2004.

Fig 8

•GLEISER, Marcelo. **O fim da terra e do céu -** o apocalipse na ciência e na religião. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
•História do Automóvel no Mundo. Disponível em: <http:// geocities.yahoo.com.br/jfassi2000/histria.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
•História do Automóvel no Mundo. Disponível em: <http:// www.direttaveiculos.com.br/historia.asp> Acesso em: 22 abril 2004.
•IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
•Inspeção técnica veicular no Brasil. Disponível em: <http:// www.detrans.com.br/insptec.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
•LEONARD, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

- O Brasil sobre quatro rodas - A questão da Falta de Mercado. Disponível em: <http:// www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/209-pag11.pdf> Acesso em: 22 abril 2004.
- O motor a água. Disponível em: <http://www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_agua.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- Os primeiros motoristas cariocas. Disponível em: <http://www.sincodiv-rj.com.br/10anos/10.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- Os primórdios do automóvel no Brasil. Disponível em: <www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_industria.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- POMPÉIA, Raul. Poesia: Indústria. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/poesia/index.cfm?> Acesso em: 22 abril 2004.
- ROOS, Daniel. **A máquina que mudou o mundo**. São Paulo: Elsevier, 1992.

- Série Atlas Visual. São Paulo: Ática, 1996.
- Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1997-2000.
- Série Discussão Aberta. São Paulo: Ática, 1998-2000.
- Série História em Movimento. São Paulo: Ática, 1999.
- Série Por Dentro da Arte. São Paulo: Ática, 2003.
- SILVA, Eduardo Roberto. **Álcool** e Gasolina Comb. Brasil. São Paulo: Scipione, 1999. (Coleção Universo da Ciência)
- SINGER, Paul. **Brasil na crise**: perigos e oportunidades. São Paulo: Contexto, 2002.
- Tecnologia e Desenvolvimento na Indústria Automobilística. Disponível em: <http://www.cadware.com.br/emanuel.pdf> Acesso em: 22 abril 2004.
- Trabalhadores e indústria automobilística. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15994.pdf> Acesso em: 22 abril 2004.
- www.cafemusic.com.br
- www.pintoresfamosos.com.br
- www.siciliano.com.br
- www.skylight.com.br

Fig 9

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig 1: Disponível em: <http://www.astropa.unipa.it/EVENTS/XRAY2000/PRESS/press000830.htm> Acesso em: 22 abril; 2004.
- Fig. 2: Disponível em: EXAME, 12 FEV. 1997, P. 32.
- Fig 3: Disponível em: <http://www.cstudio.net/artsportscars.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 4: Disponível em: <http://personal.telefonica.terra.es/web/jack/bosco/carro.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 5: Disponível em: <http://www.agenciapopular.com.br/upload/35472-festival_02.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 6: Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/wagner_cinema/w_velozes.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 7: Disponível em: <http://personales.ciudad.com.ar/pintoresdomundoepoemas/OPERARIOS%20TARSILA.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 8: Disponível em: <http://www.ucb.br/fisica/webfisica/livrosvideos.htm> Acesso em: 22 abril 2004.
- Fig 9: Disponível em: RICHTER; FIEGL, Rio de Janeiro, 110 colorfotos, p. 42.

TEXTO SUGERIDO PELOS TÉCNICOS DA SEF

INCENTIVAR O QUÊ?

Diana Farrell*

Matéria extraída da Revista Época – Edição 285 – 03/11/2003

Pesquisadora revela que os países podem não ganhar nada ao atrair as multinacionais com incentivos fiscais

Estela Caparelli

Um estudo sobre o comportamento das multinacionais em países em desenvolvimento desmonta os argumentos dos defensores dos incentivos fiscais. A pesquisa, feita pelo insuspeito McKinsey Global Institute (ligado à consultoria americana McKinsey), mostra que a política de atração de multinacionais por meio de redução de impostos e de subsídios financeiros é um tiro n'água. Os países não têm nenhum benefício com a guerra fiscal entre os Estados. Os casos analisados revelam que a renúncia fiscal, além de esvaziar os cofres públicos, provocou distorções nos mercados. Pior: os próprios empresários, teoricamente ávidos por esse tipo de vantagem, não consideram o incentivo fiscal como fator primordial nas decisões de investimentos.

O trabalho foi coordenado por Diana Farrell, diretora do McKinsey Global. Ela e seu time de 20 pesquisadores estudaram durante um ano a vida das múltis no Brasil, no México, na China e na Índia. Durante 1995 e 2000, empresas transnacionais investiram US$ 405 bilhões nessas economias. Para levantar as informações, foram entrevistados executivos e especialistas e colhidos dados sobre os setores automotivo, financeiro, eletroeletrônico e varejista.

Diana diz que um dos maiores exemplos da ineficiência de políticas de incentivo fiscal é o setor automobilístico brasileiro. Cada emprego criado nas novas três fábricas de automóveis no Brasil custou a enormidade de US$ 182 mil em incentivos. Já o setor bancário foi, para ela, um típico caso de inócua entrada de capital estrangeiro. A pesquisadora tenta mostrar que os governos só conseguem chamar a atenção dos estrangeiros oferecendo estabilidade econômica, infra-estrutura adequada e barata e legislação confiável. Ela também critica as empresas. Segundo Diana, muitos empresários ainda não conseguiram se adaptar à realidade de países como o Brasil.

ÉPOCA - Muitos analistas e organizações não-governamentais criticam o fortalecimento das empresas globais. Esse bicho-papão existe?

Diana Farrell - Não. As multinacionais ajudaram a melhorar a qualidade de vida dos países. Elas provocaram aumento de produtividade porque difundiram tecnologia e práticas modernas de gestão. A pesquisa mostra que os recursos, a tecnologia e as práticas avançadas de gestão das multinacionais estimularam a competição nos setores estudados, o que fez com que as próprias multinacionais e as empresas nacionais se tornassem mais produtivas.

ÉPOCA - O que comprova essa conclusão?

Diana - Dos 14 casos estudados nos países, 13 tiveram impactos positivos ou muito positivos em relação à presença de multinacionais. Ou seja, houve aumento de produtividade e melhora na vida dos consumidores, com redução de preços e oferta de melhores produtos.

ÉPOCA - A atração de multinacionais não provocou desemprego nos países em desenvolvimento?

Diana - Ao contrário do que dizem os críticos, o impacto no emprego foi neutro ou positivo em dois terços dos casos. Na China, por exemplo, a chegada das multinacionais provocou uma queda de 31% no preço dos carros. A produtividade dos trabalhadores cresceu 30% e o emprego aumentou de forma moderada no mesmo período. Houve impactos negativos em relação a fornecedores locais que não eram tão produtivos antes da competição.

ÉPOCA - Qual setor foi a ovelha negra do estudo?

Diana - O varejo bancário no Brasil. O setor foi capitalizado com a entrada de estrangeiros. Mas o fato é que os bancos locais já eram produtivos e, portanto, a chegada dos novos competidores não provocou grande impacto. A explicação para esse comportamento é a natureza do setor de varejo bancário brasileiro, menos sensível à competição. A concorrência existente nos serviços bancários da Europa e dos Estados Unidos é provocada pela participação de empresas não-financeiras.

ÉPOCA - Qual é a relação entre o Brasil e as multinacionais?

Diana - O Brasil abriu as portas para o investimento direto estrangeiro, o que atraiu muitos negócios para o país. Mas algumas políticas públicas de atração de capital não foram tão inteligentes. Um exemplo é o setor automotivo. O governo gastou muito dinheiro na tentativa de criar mais empregos, o que provocou capacidade ociosa e, conseqüentemente, minou a produtividade do setor. Cada emprego criado nas três fábricas de automóveis instaladas no Brasil entre 1995 e 1996 custou o equivalente a US$ 182 mil em incentivos. O valor representa mais de 20 vezes a renda per capita do país. Nos Estados Unidos, onde a situação também não foi boa, cada emprego custou US$ 28 mil em incentivos nas sete indústrias automobilísticas instaladas nos anos 1980, o que representa 90% do PIB per capita. Na área de eletroeletrônicos, as políticas da Zona Franca de Manaus colocaram o Brasil numa posição desvantajosa em relação a outros países. Essas políticas limitaram a capacidade do Brasil de se fortalecer nessas áreas.

ÉPOCA - Os incentivos fiscais não foram um bom negócio para o Brasil?

Diana - Os incentivos fiscais ou financiamentos subsidiados podem provocar um excesso de investimentos e reduzir a capacidade de utilização, prejudicando a produtividade. É o caso do setor automotivo. O governo acaba gastando dinheiro com uma política que gera distorções na economia. Principalmente porque a política de incentivos fiscais e subsídios financeiros não é algo que motiva as empresas a investir em determinado país.

ÉPOCA - Observando o que aconteceu nos últimos anos, quais são os cuidados que o governo do presidente Lula deveria tomar?

Diana - Muitos países como o Brasil estão tentando oferecer subsídios para atrair as empresas, mas essas não são políticas inteligentes. O Brasil está conseguindo manter a estabilidade econômica. O governo deveria continuar nesse caminho, combater a informalidade e oferecer

melhores condições de infra-estrutura. Essa é a maneira mais inteligente de atrair o dinheiro das multinacionais.

ÉPOCA - O que faz com que as multinacionais apostem em um país?

Diana - Políticas que incentivem a estabilidade macroeconômica, a competição e a redução da informalidade. Há uma tentação por parte dos governos de oferecer benefícios diretos na forma de incentivos fiscais e financiamentos subsidiados, que não promovem a produtividade da indústria. O governo deve se preocupar em manter um ambiente competitivo, oferecendo condições legais e de infra-estrutura para que as empresas produzam e cresçam.

ÉPOCA - O que assusta as multinacionais?

Diana - Um ambiente de instabilidade macroeconômica. O que atrapalha é a volatilidade provocada por políticas que causam insegurança no mercado, como a má gestão da dívida pública. A entrada de recursos estrangeiros no Brasil e no México aconteceu em momento de estabilidade econômica.

ÉPOCA - Qual foi o impacto da entrada dos estrangeiros na área de alimentos?

Diana - Nos anos 90, os varejistas internacionais se expandiram rapidamente nas economias emergentes para tentar aumentar suas receitas. Nenhum deles, no entanto, conseguiu uma vitória consistente. O sucesso nesses casos depende da capacidade de moldar essas qualidades globais às condições locais.

ÉPOCA - E no Brasil?

Diana - Os setores de alimentos do Brasil e do México têm praticamente o mesmo tamanho, mas os impactos das ações das multinacionais foram diferentes. Nos dois países, os consumidores saíram ganhando com o aumento de competição e as práticas trazidas pelas empresas estrangeiras. O problema é que, no Brasil, essas inovações foram prejudicadas pelo sistema tributário. No México, ao contrário, as práticas de fornecedores trazidas pelas multinacionais provocaram melhorias até mesmo na indústria local de alimentos.

ÉPOCA - Como a questão tributária prejudicou as multinacionais na área de alimentos?

Diana - A maior barreira para a expansão das empresas multinacionais são as práticas de varejistas do mercado informal, que conseguem manter suas margens altas ao esconder as verdadeiras receitas e os salários para burlar impostos. Aí está o problema. Quando as grandes multinacionais compram essas empresas para ganhar espaço no mercado, os lucros desses negócios evaporam-se com a alta carga tributária.

ÉPOCA - As empresas cometeram erros nas estratégias empregadas nos países estudados?

Diana - As multinacionais souberam transferir para os países seus produtos e processos. O problema é que muitas delas não conseguiram adaptar suas capacidades e qualidades globais para o mercado local. Também não conseguiram entender a informalidade no Brasil ou o relacionamento com o governo na China. Um exemplo é o problema enfrentado pela cadeia de varejo americana Wal Mart. A companhia tinha uma grande capacidade global, mas não conseguiu adaptar essas qualidades aos mercados locais. Não basta ser uma potência global se a empresa não souber entender o funcionamento de cada um dos mercados em que atua. Essa situação fez com que empresas locais fortes mantivessem seu espaço no mercado por conhecer as características locais. Mas isso está mudando.

ÉPOCA - Como assim?

Diana - As empresas locais têm menos capital e tecnologias. Com o aumento da competição, a abertura dos mercados e as novas tecnologias, o jogo pode mudar. As multinacionais que souberem aproveitar essa situação terão grandes oportunidades.

ÉPOCA - Qual é o próximo passo das multinacionais em economias emergentes como o Brasil?

Diana - Elas ainda estão começando a aproveitar os ganhos de escala e as possibilidades de aumento de receitas nesses mercados. As barreiras regulatórias e os custos de transporte, comunicação e infra-estrutura estão caindo. Há uma estrada de oportunidades para mais investimentos, com exceção do setor automotivo brasileiro. Basta ver a relação entre investimento direto estrangeiro e o porcentual do Produto Interno Bruto dos países. Essa relação é de 3,5% no Brasil, 3,8% na China, 2% no México e apenas 0,6% na Índia. Os países também podem se beneficiar desse novo momento se focarem seus esforço na manutenção de um ambiente competitivo e estável e deixarem de promover políticas distorcidas de incentivos.

* Economista pela Wesleyan University e especialista em administração de empresas pela Harvard Business School. É diretora do McKinsey Global Institute. Foi sócia da consultoria McKinsey e trabalhou como executiva da Goldman Sachs em Nova York. Durante um ano coordenou 20 pessoas em vários países para concluir esse trabalho

III– ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM - A CRISE ENERGÉTICA NO BRASIL

Produção: Equipe técnica, pedagógica, administrativa e alunos da Escola Estadual Profª Semíramis Bosco – Witmarsum (SC)

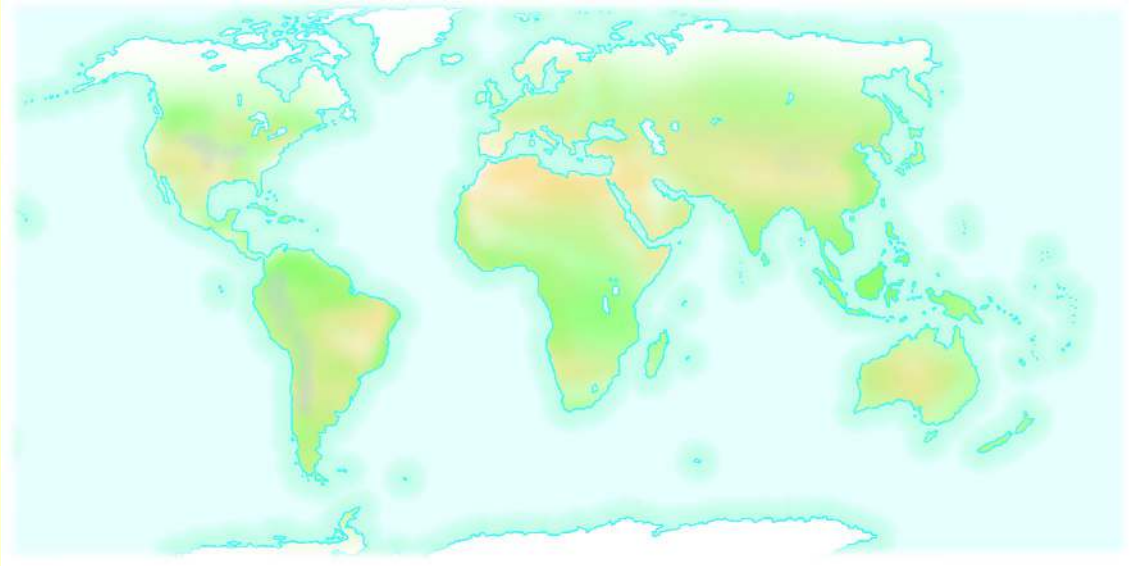


Fig 1

ESTUDO QUASE PATÉTICO
Murilo Mendes

O vento em ré maior
Prepara o temporal,
Desfolha as estátuas,
Parte as hélices dos anjos.

Ah! quem é que namora
As filhas dos açougueiros?
Sempre que passo
Diante de um açougue

Vejo a filha do açougueiro
De olhos baixos, tão triste.

O temporal arranca os postes do lugar,
Os peixes pulam na atmosfera,
A luz elétrica protesta no caos.
As ondas com trabalho

Avançam contra o farol,
Os quatro elementos em itálico
Anunciam a vinda do Anticristo

– Um som de piano
Se mantém na desordem –,
Em vez do reclamo KODAK
Se lê JUÍZO FINAL,
Mas eu não posso esquecer
As filhas dos açougueiros.

ESCOLA ESTADUAL PROFª SEMÍRAMIS BOSCO – WITMARSUM (SC)

INTRODUÇÃO

A primeira usina elétrica brasileira foi instalada em 1883, no Rio de Janeiro. Após a 1ª Guerra Mundial, na década de 20, do século XX, houve maiores investimentos na indústria energética. Após a 2ª Guerra Mundial (1945), a eletricidade começou a ser utilizada em larga escala no país.

A energia elétrica por si só não é uma forma de energia. Ela é fruto da transformação de outras formas de energia.

O homem utilizou e continua utilizando os recursos naturais de forma irracional e quando sente a necessidade de "mudanças" percebe os erros cometidos no passado. Hoje buscam-se novas formas de energia que sejam eficientes e, ao mesmo tempo, não prejudiquem o meio ambiente. Uma das formas encontradas é a produção de eletricidade através da biomassa.

Situando a Escola onde a atividade foi desenvolvida

O município de Witmarsum está localizado no Vale Norte do Itajaí, com uma extensão territorial de 175 Km² e população aproximada de 3.400 habitantes. A economia é baseada na agricultura, principalmente em pequenas propriedades, e em indústrias de pequeno e médio portes. Por ser rico em belezas naturais vem procurando desenvolver também seu potencial turístico. Witmarsum possui apenas uma escola estadual denominada Escola Estadual Profª Semíramis Bosco, que atende alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Recentemente o Brasil passou por uma crise de energia elétrica, que foi sanada em função do volume de chuvas. O problema, entretanto, poderá ocorrer novamente, não somente em razão da estiagem mas pela falta de investimentos no setor. Será que a eminente falta de energia elétrica no Brasil é resultado da má- administração dos recursos públicos; ou da falta de conscientização do cidadão brasileiro quanto ao uso racional de energia; ou decorrente da falta de investimentos no setor energético?

Fig 2

OBJETIVO GERAL

Oportunizar a apropriação de conceitos sobre a política energética brasileira, os recursos públicos destinados à modernização do setor e os impactos ambientais como resultado da degradação dos espaços reservados a produção de energia elétrica e, sobretudo, valorizar a participação do aluno no processo de desenvolvimento econômico, mostrando-lhe sua real importância como indivíduo na formação de um coletivo social mais igualitário.

ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM DESENVOLVIDA

Ao longo do ano a escola desenvolveu algumas atividades de aprendizagem envolvendo o tema multidisciplinar Educação Fiscal. Dos trabalhos apresentados destacamos um na área de Física, realizado pelo professor Marcos Leandro. A idéia inicial era preparar uma aula de Física de modo a despertar o interesse do aluno para o tema abordado. O professor buscava estabelecer relações e a apropriação dos seguintes conceitos científicos:

- crise energética no Brasil;
- fontes alternativas de energia;
- consumo de energia elétrica;
- economia de eletricidade;
- ICMS nas notas fiscais/contas de energia elétrica;
- recursos públicos;
- direitos e deveres do consumidor de energia elétrica;
- influência no meio ambiente durante o processo de construção das usinas produtoras de eletricidade;

SUGESTÃO
O professor de Física ou de Matemática pode solicitar aos alunos que calculem o consumo de energia elétrica em sua residência, no período de um mês. Fazer a comparação com a fatura da empresa de energia.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho percebeu-se a dificuldade e necessidade que os alunos tinham para compreender os aspectos fiscais da atividade. Assim, novos objetivos foram estabelecidos e a atividade tomou uma formatação mais ampla e com caráter econômico e social. Vários setores da sociedade foram envolvidos e outros professores da escola engajaram-se no processo de construção desse conhecimento.

Fig 3

CONCEITOS DISCIPLINARES

Relações sociais; Tempo; Espaço; Proporcionalidade; Estatística; Estado; Cultura; Porcentagem; Textualidade; Eletricidade; Ecologia; Oralidade, Geometria Analítica; Trigonometria; Literatura.

Sugestão:
Pesquisar os conceitos referentes a ICMS e TAXAS
Fonte: http://www.sef.sc.gov.br

TEMAS MULTIDISCIPLINARES

- Educação Ambiental; Ética e Cidadania; Pluralidade Cultural; Educação e Tecnologia; Educação Fiscal (Arrecadação tributária, orçamento municipal, impostos federais, estaduais e municipais, tributos, serviços públicos, despesas públicas, bens públicos, receitas públicas, repartição tributária, evasão tributária ou fiscal, direitos relativos à saúde, lei orgânica municipal, ministério público, tributos diretos e indiretos, tributação regressiva e progressiva, código de defesa do consumidor, COFINS, ICMS, IPI, PIS, PASEP, PIB, CIDE, ISS, IOF, CPMF, INSS, FGTS, IPTU e ITR).

Em março/2003 o setor de energia elétrica contribuiu com 14,17% do montante do ICMS arrecadado em Santa Catarina
Fonte: http://www.sef.sc.gov.br

Fig 4

AÇÕES E OPERAÇÕES

A - Diante da situação-problema, os alunos foram divididos em grupos. Cada grupo ficou responsável pela pesquisa de um dos seguintes temas:

1. crise energética brasileira;
2. modos de produção existentes e fontes alternativas de energia elétrica;
3. modernização tecnológica das empresas produtoras de energia;
4. identificação dos aparelhos que mais consomem eletricidade nas residências;
5. gerenciamento racional do consumo de energia no âmbito residencial;
6. arrecadação tributária no setor de energia (ICMS);
7. critérios para o retorno do ICMS aos municípios;
8. pesquisa sobre a legislação que rege a aplicação dos recursos públicos e os direitos e deveres dos consumidores;
9. impactos ambientais dos diversos modos de produção de eletricidade;
10. leitura de mapas para entender a localização geográfica das usinas;
11. relação do meio biótico e abiótico;
12. fenômenos físicos e químicos envolvidos no processo de produção da energia.

B - pesquisa bibliográfica (livros, revistas, jornais, Internet etc).
C - utilização de equações matemáticas para calcular o consumo de energia elétrica, os valores do ICMS e multas, se houver.
D - socialização da produção dos alunos na comunidade escolar (murais, slides, maquetes, questionários, teatros, *baners* etc).

E - pesquisa de campo em estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais, a fim de verificar a quantidade de energia elétrica consumida e o ICMS cobrado.
F – levantamento junto a Prefeitura, das despesas com energia elétrica nos diversos órgãos municipais e ICMS destacado nas notas fiscais.

COMO CALCULAR

Para calcular qual é o consumo mensal de cada aparelho, basta multiplicar a potência (em watts) pela quantidade de horas que ele fica ligado no mês. O resultado será em watt-hora por mês

Ferro de passar		Usado 12 horas por mês		**Consumo mensal**
1.000 W	X	12	=	12.000 Wh

Consumo mensal		Dividido por 1.000		**Consumo em kWh**
12.000 Wh	X	1.000	=	12 kWh

SOCIALIZAÇÃO

- Após as pesquisas os alunos realizaram um seminário para discutir as informações obtidas. O último passo foi estabelecer uma síntese que expressasse a realidade energética do Brasil.

AVALIAÇÃO

- A avaliação ocorreu em todo o processo da atividade e foi realizada por professores e alunos.

TEXTO SUGERIDO PELOS CONSULTORES

OS TRIBUTOS E O CIDADÃO

Roberto Fendt

Em comum, mesmo, as famílias de Dona Sebastiana e do Dr. Rogério só têm o viverem no mesmo bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro. Dona Sebastiana batalha a semana toda como ambulante para completar a pensão magra deixada pelo marido. O filho mais novo está empregado, mas o seguro-desemprego do mais velho não dá nem para cobrir as despesas com a filha pequena, e os parcos recursos que recebe dos diversos programas do governo mal cobrem as despesas com o barraco, de onde avista, ao longe, o apartamento do Dr. Rogério.

Tudo somado, em 1999 a família de Dona Sebastiana recebeu R$ 1.018,00 de proventos de toda espécie que, acrescidos dos diversos benefícios recebidos do governo, geraram uma renda bruta de R$ 1.409,00. O único imposto direto que a família de Dona Sebastiana paga é a contribuição à Previdência do filho mais novo, acrescida da contribuição do empregador – já que ele estaria disposto a pagar de qualquer maneira, como já está pagando. A família de Dona Sebastiana, ao contrário do que possa parecer, contudo, paga muito imposto. Só de ICMS são quase 14% da receita bruta total da família, embora os gastos estejam quase que limitados às poucas compras no supermercado do bairro; de IPI vão outros 3%; pior é a Cofins, que leva outros 6%; barato mesmo, só PIS/PASEP, que subtrai somente 1,3% da renda bruta da família.

Fig 5

Computando lucros e perdas, nada mal: a família recebeu de transferências R$ 391,00 e devolveu sob a forma de impostos e contribuições R$ 353,00. Para uma família abaixo da linha da pobreza, como a de Dona Sebastiana, os programas de ação social do governo aportaram, liquidamente, exatos R$ 38,00 aos parcos rendimentos – cerca de 3,7% do rendimento original.

Da cozinha do apartamento do Dr. Rogério dá para ver o barraco de Dona Sebastiana, embora seja difícil distingui-lo de tantos outros pendurados na encosta do morro distante. Dr. Rogério, um engenheiro formado no Mackenzie, mudou-se para o Rio de Janeiro na década de 1970, durante o Milagre Econômico, e pôde "surfar" as oportunidades de um país generoso que crescia e dava empregos (bons) para (quase) todos.

Se a família é pequena, o rendimento não é. Dona Marli está aposentada, e recebeu R$ 8.177,00. Dr. Rogério tem uma empresa de engenharia, de onde percebeu rendimentos de R$ 38.543,00. Somados à aposentadoria de Dona Marli e outros penduricalhos, a família recebeu rendimentos totais de R$ 46.720,00 em 1999.

É claro que, diferentemente da família de Dona Sebastiana, o Leão mordeu uma parte dos rendimentos. Só de tributos diretos (imposto de renda e as contribuições sociais do empregado e do empregador) ficaram R$ 8.457,00 – quase 22% do rendimento do Dr. Rogério, ou, se quisermos ser mais abrangentes, 18% da renda bruta total da família.

A parte dos tributos indiretos foi também expressiva: outros R$ 5.186,00. Exceto pelos impostos indiretos, a família do Dr. Rogério não ficou mal. O que pagou de tributos diretos recebeu de volta sob a forma de proventos de aposentadoria. Excluindo, para facilitar as contas, o

pagamentos dos tributos diretos e o rendimento da aposentadoria, os tributos indiretos custaram à família do Dr. Rogério cerca de 13,5% de seu rendimento bruto.

História da carochinha? Pode ser, mas os números não são. Foram retirados de importante estudo da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.1 Os domicílios são agrupados por grupos de rendimento, cada um deles correspondendo a um decil do total. O primeiro decil, portanto, corresponde ao grupo de menor rendimento, e o último, ao de maior rendimento. Dizer exatamente onde fica a classe média não é tarefa tão fácil como parece, embora estejamos habituados a nos referir a ela como se o fosse. É claro que não está no primeiro decil, onde estão os cidadãos abaixo da linha da pobreza. Dependendo do propósito, pode estar no último decil, já que aí estão concentrados 45% da renda. Ou nos três decis imediatamente anteriores.

A despeito de toda a atividade de coleta de tributos e sua transferência aos segmentos de menor renda,2 o efeito final sobre a distribuição de renda é pífio. Isso se dá porque as despesas com aposentadorias e pensões – particularmente as do setor público – têm efeito extremamente regressivo, transferindo renda das classes de menor renda para as classes de maior renda. No Brasil, como já disse alguém, o xerife de Nottingham venceu Robin Hood.

Os Tributos e a Classe Média

Como já nos advertia o antigo dito inglês, só há duas coisas certas na vida: a morte e os tributos. A evidência dos efeitos da política fiscal sobre a distribuição de renda no Brasil, analisados com profundidade no documento do Ministério da Fazenda, mostra que os 10% mais ricos da população pagam, liquidamente, da transferência de aposentadorias e pensões, muito pouco de tributos. Sobre os demais, especialmente os mais pobres, recai a incidência dos tributos indiretos.

Portanto, qualquer proposta que sugira aumentar a carga tributária quase certamente implicará piorar a distribuição de renda, já que os mais pobres não têm como escapar dos tributos indiretos e os mais ricos não são afetados, liquidamente, pela tributação.

Essa percepção coloca dois problemas. Primeiro, por que a preocupação com a classe média, se quase toda a população brasileira vem vagarosa e lentamente sofrendo um aumento progressivo da tributação nas últimas duas décadas?3 E, talvez com exceção daqueles abaixo da linha da pobreza, o que dizer dos mais pobres? Não serão eles ainda mais penalizados pelo incessante aumento da carga tributária – e incapazes de se defender, como os mais ricos e afortunados da sociedade?

Há duas razões para a preocupação com os efeitos dos tributos sobre a classe média, qualquer que seja a forma de defini-la. A primeira é a incapacidade da classe média de fugir da incidência de praticamente qualquer tributo, sejam eles impostos diretos ou indiretos, sejam as diversas contribuições criadas pelos três níveis de governo. Esse cerco é menos apertado no caso dos pobres e dos ricos. A segunda razão decorre da tendência, que se agravou a partir de 1988, à maior progressividade de muitos dos tributos, atingindo com isso mais a classe média que os extremos "pobre" e "rico" da sociedade. Essa tendência assume agora novas conotações, diante da necessidade de manter um elevado saldo primário nas contas do setor público e da visão míope de que é sempre possível aumentar a arrecadação aumentando as alíquotas dos tributos.

Uma Rápida Olhada nos Números

Não é segredo para ninguém que a carga tributária brasileira vem crescendo de forma sistemática, ano após ano, depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa taxa de crescimento em muito ultrapassa a taxa de crescimento do PIB, o que, na prática, implica que o Estado brasileiro vem, desde a nova Constituição, comandando parcela crescente de tudo o que se produz no país e redistribuindo entre grupos sociais o produto dessa carga tributária.

Outro aspecto importante, geralmente ressaltado pelos analistas das finanças públicas brasileiras, é o peso da tributação sobre bens e serviços no total da carga tributária. Juntos, o ICMS, o IPI, o PIS, a Cofins, a CPMF, o IOF, o ISS e a CIDE responderam por 48,32% do total da arrecadação de tributos em 2002. Esse grupo de tributos, medidos como porcentagem do PIB, transferiu do contribuinte para os cofres públicos 17,61% do PIB naquele ano.4

A tributação sobre os salários, incluindo o imposto de renda sobre salários, as contribuições para o INSS e o FGTS e as contribuições dos servidores públicos para a Previdência Social totalizaram 27,42% da arrecadação e 9,99% do PIB.

A tributação sobre o capital e demais rendas tem menor expressão. O imposto de renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro líquido e o IOF, juntos, arrecadaram 16,48% da carga tributária e 6,01% do PIB. Menor expressão ainda tem a tributação sobre o patrimônio. Nesse conjunto estão o IPVA, o IPTU, o ITBI, o ITCD e o ITR. O conjunto arrecadou 3,41% da carga tributária e 1,24% do PIB.

Finalmente, a tributação sobre o comércio exterior – supostamente com fins meramente regulatórios – arrecadou 1,67% do total da arrecadação e 0,61% do PIB.

Apenas para fins de completar, os demais tributos arrecadam 2,70% da carga tributária (0,98% do PIB). O que está por detrás de todos esses números? Analisemos o caso dos impostos sobre o consumo. Desde o final do século XIX, a descoberta pela teoria econômica do conceito de elasticidade da demanda abriu um novo campo para a tributação "científica". Trata-se do seguinte: por definição, se a demanda por um bem ou serviço é inelástica, um aumento no preço final ao consumidor, provocado por um aumento de tributação, causa uma redução na quantidade demandada em percentual menor que o do aumento do preço. Moral da história: para esses bens e serviços, o aumento da alíquota aumenta a arrecadação tributária. Diante disso, há uma tentação irresistível de aumentar as alíquotas dos tributos incidentes sobre esse tipo de bens e serviços.

Fig 6

Alguns exemplos? Cigarros têm alíquota de 86%; bebidas destiladas, 80%; cerveja – consumida indistintamente por todas as classes sociais no país – é tributada com alíquota de 70%. E por aí vai, já que o ICMS tem uma enorme variedade de alíquotas derivadas da aplicação do princípio do que chamei tributação "científica", no parágrafo anterior. Voltamos à questão original: o que tem a classe média a ver com tudo isso? Estudo da Price Waterhouse Coopers, calcado nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, mostra que os principais itens na cesta de consumo da classe média correspondem à classificação "despesas diversas" da POF, onde predominam bens com demanda inelástica. De acordo com o estudo, mais da metade dos gastos da classe média corresponde a tributos.

Se o leitor imagina que somente cigarros e bebidas têm demanda inelástica, aí vão outros produtos com a mesma característica e de alto peso no consumo da classe média: analgésicos e antitérmicos (28% do preço final desses produtos corresponde a tributos). Material de limpeza, como o detergente, tem 35% de tributos imbutidos no preço.

Conclusão

As propostas de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional ou visam explicitamente aumentar as alíquotas de alguns tributos, como no caso da alíquota marginal do imposto de renda, ou podem levar a um aumento da carga tributária, como o aumento da alíquota do ICMS para 25% (cobrado "por dentro"). Essas medidas, a menos que estejam em vigor as mudanças nas aposentadorias e pensões do setor público, provavelmente agravarão a distribuição de renda e tornarão ainda mais difícil a situação econômica da classe média brasileira. Os riscos que o País corre são os de aumentar a concentração de renda, tornar residual a classe média não estatal, aumentar o nível de atividade informal e a taxa de sonegação.

NOTAS

1 Ministério da Fazenda. Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002. Brasília: novembro de 2003, disponível no site www.fazenda.gov.br

2 O gasto social é o principal item nas despesas não-financeiras do governo central, correspondendo a 77% dessas despesas em 2002. Ver Gasto social…, op. Cit.

3 Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário mostra que entre 1986 e 1999 a carga tributária brasileira cresceu 295%, e continuou a crescer nos anos subseqüentes.

4 Dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

5 É digna de nota a intenção do projeto de reforma tributária de reduzir a cinco o número de alíquotas do ICMS

MÚSICAS TRABALHADAS

ELETRICIDADE

Capital Inicial

Eletricidade
Ligação direta
Com certas partes
Do meu corpo
Eletricidade
Correntes alternadas
Bocas e quadris
Em alta velocidade
É só olhar
Que eu sinto a terra tremer
É só tocar que voam fagulhas
Entre eu e você
Eu ouço sinos tocando
Eu vejo cidades queimando
Eu dou a volta ao mundo
Em menos...em menos de um segundo

Eletricidade...
Eletricidade
Fios descobertos
Cinco mil megawatts
Entre os meus braços
Eletricidade
Tensão e sobrecarga
Pólos opostos
Em eletroatividade
É só olhar
Que eu sinto a terra tremer
É só tocar
Que voam fagulhas
Entre eu e você
Eu ouço sinos tocando
Eu vejo cidades queimando
Eu dou a volta ao mundo
Em menos...em menos de um segundo
Eletricidade

ANGRA DOS REIS
Legião Urbana

Deixa, se fosse sempre assim quente
Deita aqui perto de mim
Tem dias em que tudo está em paz
E agora todos os dias são iguais
Se fosse só sentir saudade
Mas tem sempre algo mais
Seja como for
É uma dor que dói no peito
Pode rir agora que estou sozinho
Mas não venha me roubar
Vamos brincar perto da usina
Deixa pra lá, a angra é dos reis
Por que se explicar se não existe perigo?
Senti seu coração perfeito batendo à toa
E isso dói
Seja como for
É uma dor que dói no peito
Pode rir agora que estou sozinho
mas não venha me roubar
Vai ver que não é nada disso
Vai ver que já não sei quem sou
Vai ver que nunca fui o mesmo

Fig 8

A culpa é toda sua e nunca foi
Mesmo se as estrelas começassem a cair
E a luz queimasse tudo ao redor
E fosse o fim chegando cedo
E você visse nosso corpo em chamas
Deixa pra lá.
Quando as estrelas começarem a cair
Me diz, me diz pra onde a gente vai fugir?

A ENERGIA DA NATUREZA (Texto estudado pelos alunos)

Fig 9

Sabe o que o puraquê, a maior enguia elétrica do Amazonas, faz para conquistar a fêmea? Ele dá um choque nela, de até 600 volts. É como se a fêmea tivesse colocado o dedo na tomada umas cinco vezes. O puraquê faz isso para demonstrar interesse. Do jeito dele. A fêmea gosta, tanto que logo em seguida desova, para que os ovos sejam fertilizados pelo macho.

Esquisitices dos bichos à parte, o interessante é que a energia elétrica está na natureza, sem que ninguém tenha que ligar o interruptor. Assim como o puraquê existe mais de uma centena de outros peixes elétricos. Na maioria dos casos, não são tão perigosos quanto ele, que bota medo em todos que moram na beira dos rios da Amazônia.

Um tipo de arraia, por exemplo, que é um parente do tubarão, também dá choque. Ela costuma se defender dos inimigos com descargas elétricas, de até 200 volts. Os choques saem de dois músculos que ela tem no corpo. Ao contrário do puraquê, que dá choque por amor é assim que as arraias se defendem dos inimigos. Outra forma de perceber a energia ao seu redor, sem ter que enfiar a mão num rio cheio de enguias ou arraias é penteando cabelos compridos. Ao passar a escova entre os fios, eles se agitam. Também é um tipo de eletricidade, fraquinha, que acontece entre os cabelos e a escova. Passa logo, basta achatar os cabelos com a mão. A manifestação mais impressionante da eletricidade na natureza são os raios. No meio de tempestades, a nuvem solta uma descarga de energia entre ela e o solo.

Normalmente, isso vem acompanhado de relâmpagos, que são aqueles clarões no céu, e trovões, que são os estrondos. Em algumas situações, o raio pode queimar pastagens ou até matar animais e pessoas. Os raios serviram de matéria-prima para Benjamin Franklin descobrir como aproveitar melhor a eletricidade.

PINTURAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

1. ***3 Lâmpadas*** *– Guto Lacaz*
2. ***A Grande Cidade Iluminada*** *– Antônio Bandera, 1953*
3. ***A Grande Intriga*** *– Jack Vettriano*
4. ***Acendedor de Lâmpadas*** *– Sándor Bortnyic, 1921*
5. ***Alleyway*** *– Alexander Khrapachev, 2003*
6. ***Andreevsky Spusk*** *– Natasha Ilicheva, 2003*
7. ***Chuva em uma Rua de Paris*** *– Gustave Cailebotte, 1877*
8. ***E o Símbolo de Boas Vindas é a Luz*** *– Norman Rockwell, 2001*
9. ***Lâmpada de Rua*** *– Eleonora Turovsky*
10. ***Luz*** *– Gregory J. Goud, 1998*
11. ***Natureza Morta com Lampião*** *– Manabu Mabe, década de 50*
12. ***O império das Luzes*** *– René Magritte, 1954*
13. ***Philadelphia*** *– Hugh Henry Breckenridge, 1916*
14. ***Poste Telefônico com Luz*** *– Bruce Mitchel, 2001*
15. ***Visão Noturna da Cidade*** *– Floria Isabella, 2003*

Fig 10

MÚSICAS SUGERIDAS PELOS CONSULTORES

Fig 11

1. **A Cidade da Luz Amarela** – 14 Bis
2. **A Marcha do Povo Doido** – Gonzaguinha
3. **Água e Luz** - Joyce
4. **Angra dos Reis** – Legião Urbana
5. **Dança das Luzes** – Zé Ramalho
6. **Eletricidade** – Capital Inicial
7. **Eletricidade** – Fernanda Porto
8. **Eletricidade** – Kid Abelha
9. **Idade da Luz** – 14 Bis
10. **Louco de Luz** – Kleyton e Kledyr
11. **Luz da Fé** – Almir Sater
12. **Luz da Light** – Demônios da Garoa
13. **O Segredo da Luz** – Raul Seixas
14. **Quebra-Cabeças Sem Luz** – Oswaldo Montenegro

FILMOGRAFIA SUGERIDA PELOS CONSULTORES

1. ***A Ciência é um Barato*** *– 1985, 58 min.*
2. ***A Ostra e o Vento****. BRA, 1998. Dir: Walter Lima Jr. 112 min.*
3. ***De Volta Para o Futuro I, II e III****. EUA, 1985, 1988 e 1989. Dir: Robert Zemeckis.*
4. ***Deus é Brasileiro****. BRA, 2002. Carlos Diegues, 110 min.*
5. ***Edison, o Mago da Luz****. 1940. Dir. Clarence Brown.*
6. ***Energia Pura.*** *1995, EUA – Dir: Victor Salva, 111 min.*
7. ***Erin Brockovich, Uma Mulher de Talento.*** *EUA, 2000. Dir: Steven Soderbergh, 145 min.*
8. ***Fenômeno.*** *EUA, 1996. Dir: Jon Turteltaub, 88 min.*
9. ***Frankenstein de Mary Shelley.*** *1994, EUA/ING – Dir: Kenneth Branagh, 125 min.*
10. ***Inteligência Artificial.*** *EUA, 2001. Dir: Steven Spielberg, 145 min.*
11. ***Narradores de Javé.*** *BRA, 2003. Eliane Caffé. 100 min.*
12. ***Monstros S/A****. EUA, 2001. Dir: Peter Docter e David Silveman, 92 min.*
13. ***O Acendedor de lampiões.*** *Dir: Luiz Carlos Lacerda, Curta-metragem*
14. ***O Jarro****. IRA, 1992. Dir: Ebrahim Foruzesh. 83 min.*
15. ***O Jovem Einstein****. AUSTRALIA, 1988. Dir: Yahoo Serious, 92 min.*
16. ***Pavilhão de Mulheres****. EUA, 2000. Dir: Ho Yim, 116 min*
17. ***Silkwood – Retrato de uma coragem.*** *1983, EUA – Dir: Mike Nichols, 131 min.*
18. ***Síndrome da China.*** *EUA, 1979. Dir: James Bridges, 123 min.*
19. ***Um Duende em Nova York****. EUA, 2003. John Favreau, 97 min.*
20. ***Coleção Videopédia - Energia Nuclear*** *– 24 min.*
21. ***Coleção Videopédia - Energia Nuclear, Magnetismo e Raio Laser*** *– 26 min.*

Fig 12

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NA ATIVIDADE E BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA PELOS CONSULTORES

- A Energia da Natureza. Disponível em <http://www.canalkids.com.br> Acesso em: 27 abril 2004.
- ALDABO, Ricardo. **Qualidade na energia elétrica**. São Paulo: Artliber, 2001.
- BRANCO, Samuel. **Energia e meio ambiente.** São Paulo: Moderna, 1991. (Coleção Polêmica).
- BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. Atlas da Energia Elétrica do Brasil – Organização ANEEL. Profissional Responsável Maria Alice Dalledone Machado.
- BRITO, Marilza Elizardo. (Coord.) **A Vida Cotidiana no Brasil Nacional**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.
- CENBIO Notícias, ano 3, nº 10.
- Coleção Clássicos Universais. São Paulo: Rideel, 2002.
- Coleção Grandes Exploradores. São Paulo: Melhoramentos, 1999.
- Coleção Mestres das Artes no Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.
- Coleção O Sabor da História. São Paulo: FTD, 2000.
- Enciclopédia Delta V. 5p. 1112 a 1115.

- FENDT, Roberto. Os tributos e o cidadão. Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/publicacoes/thinktank/Os%20tributos%20e%20o%20cidadao.doc> Acesso em: 09 abril 2004.
- GLEISER, Marcelo. **O fim da terra e do céu** - o apocalipse na ciência e na religião. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MENDES, Murilo. Poesia: Estudo quase patético. In: O Visionário, 1941. Disponível em: <http://www.memorial.org.br/paginas/cbeal/murilo_mendes/Sonho.htm#Patético (poema)> Acesso em: 27 ABRIL 2004.
- MIRANDA, L; SCHMIDT, Carlos; CORAZZA, Gentil. **Energia elétrica em debate**. Porto Alegre: FAURGS, 2003.

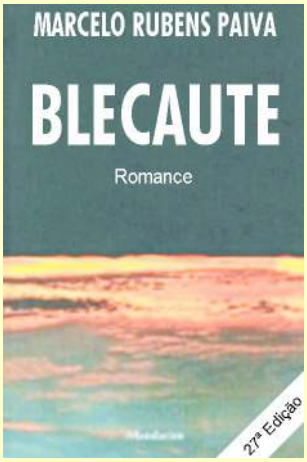


Fig 13

- NOVAES, Washington. **A década do impasse** – da Rio 92 à Rio + 10. São Paulo: Expressão Liberdade, 2002.
- PAIVA, Marcelo Rubens. **Blecaute**. ARX, 2003.
- Publicações IDEC: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.
- REIS, Lineu Bélico dos; SILVEIRA, Semida. **Energia elétrica para o desenvolvimento sustentável**: introdução de uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUSP, 2001. (Coleção Acadêmica).
- Série Bom Livro. São Paulo: Ática, 1997-2000.
- Série Por Dentro da Arte. São Paulo: Ática, 2003.
- VASCONCELLOS. Gilberto Felisberto; VIDAL, J. W. Bautista. **Poder dos Trópicos**. São Paulo: Casa Amarela, 1998.
- www.arte.hpg.com.br
- www.cinemateca.com.br
- www.criseenergetica.com.br
- www.letrasdemusicas.com.br
- www.pintoresfamosos.com.br
- www.submarino.com.br

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig 1: Adaptado de: <http://www.onewayviajes.com/Mapamundi.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 2: Disponível em: <http://tudoparana.globo.com/fotografia/wallpapers/800x600/luzes_jorgewoll_p.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 3: BRASIL, O LIVRO DOS 500 ANOS, P. 108.
- Fig 4: Ponte Hercílio Luz. Florianópolis. Disponível em: <http://i1.trekearth.com/photos/4013/hercilio.jpg > Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 5: Disponível em: <http://i1.trekearth.com/photos/15851/lampa.jpg > Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 6: Mercado Público de Florianópolis. Disponível em: <http://pessoal.portoweb.com.br/projetoseletricos/servicos.html> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 7: Disponível em: <http://www.dansdata.com/images/neon/globerun320.jpg> Acesso em: 23 abril 2004.
- Fig 8: Usina Nuclear de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Brasil. BARSA, v. 10, p. 373.
- Fig 9: Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/educacao/physike/> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 10: Disponível em: <http://perso.wanadoo.fr/minerva/Citations Citations_cadre.htm> Acesso em: 18 junho 2005.

- Fig 11: Disponível em: <http://www.kidabelha.com.br/images/index1_01.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 12: Disponível em: <http://www.caratulas.info/peliculas/A/A-I-Inteligencia-Artificial-Frontal-DVD.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 13: Disponível em: <http://www.submarino.com.br/images/books/cover/9536.jpg> Acesso em: 23 abril 2004.
- Fig 14: Disponível em: <http://www.soet.com.br/arquivos_download/paper/paisagem/paisagem-02.jpg> Acesso em: 23 abril 2004.

Fig 14

IV– ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM - A INDÚSTRIA TÊXTIL EM SANTA CATARINA E A EDUCAÇÃO FISCAL

Produção: Maria A. M. de Abreu e Francisco Maroneze de Abreu

Fig 1

A Rendeira
Bento Prado

Rendeira, boa rendeira
não deixarás de tecer,
que o tecido é trabalheira,
que a gente, queira ou não queira,
há de ter a vida inteira,
como castigo e prazer...

Desde que o dia amanhece,
rendeira tece que tece,
não pára de tecer...
E o branco urdume entretece,
com o alvor da sua prece
roubado do amanhecer!
Tem na renda o seu cuidado,
tece-a para o seu noivado...
Mais alva não pode ser!

Mas por arte do malvado,
não tinha o lavor findado,
fere a sua nívea mão...

E o sangue corre encarnado
mancha-lhe todo o rendado...
Quanta dor no coração!

E a rendeira se entristece,
pois na renda que ela tece,
a imagem da vida tem,
cujo tecido oferece
manchas de sangue também...

Rendeira boa rendeira,
não deixarás de tecer,
que o tecido é trabalheira,
que a gente, queira ou não queira,
há de ter a vida inteira,
como castigo e prazer...

"... Calça nova de riscado, paletó de linho branco que até o mês passado lá no campo ainda era flor..." Fagner e Antonio Carlos Belchior.

TEXTO INTRODUTÓRIO: A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL

Talvez poucos saibam que o processo de industrialização no Brasil teve seu início com a indústria têxtil. Suas raízes precedem a chegada e a ocupação do País pelos portugueses porquanto os índios que aqui habitavam já exerciam atividades artesanais, utilizando-se de técnicas primitivas de entrelaçamento manual de fibras vegetais e produzindo telas grosseiras para várias finalidades, inclusive para proteção corporal.

Todavia, partindo-se do princípio de que tudo teria começado com a efetiva ocupação do território brasileiro, ocorrida em 1500, podem ser identificadas quatro etapas importantes para a definição da evolução histórica da indústria têxtil no país: a fase colonial, a fase de implantação, a fase da consolidação e a fase atual que passaremos a analisar na seqüência.

Fase Colonial

No período colonial, que se estende de 1500 até 1844, a característica fundamental é a incipiência da indústria têxtil, além de sua descontinuidade. As diretrizes da política econômica para as colônias eram ditadas pela Metrópole. Assim, era comum a adoção de políticas de estímulo ou restrição, segundo seus interesses ou necessidade de cumprimento de acordos comerciais com outros países.

Instrumentos restritivos:

Em 1785, por Alvará de d. Maria I, mandou-se fechar todas as fábricas de tecidos de algodão, lã e outras fibras, com exceção daquelas que fabricavam tecidos grosseiros destinados à vestimenta de escravos e para enfardamento ou embalagens. A determinação da extinção das fiações e tecelagens existentes no Brasil tinha como objetivo evitar que um número maior de trabalhadores agrícolas e extrativistas minerais fosse desviado para a indústria manufatureira.

Essa restrição foi posteriormente reforçada em instruções de outros membros do governo da Metrópole, tais como a do ministro dos Negócios Ultramarinos, que determinava ser absolutamente necessário 'abolir do Brasil ditas fabricas', advertindo ao vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, no sentido de ter "grande cuidado em que debaixo do pretexto dos sobreditos panos grosseiros se não manufaturarem por modo algum os que ficam proibidos".

Em síntese, o famoso Alvará é extremamente representativo do poder coercitivo que exercia a autoridade central colonizadora sobre qualquer esforço de desenvolver-se uma atividade manufatureira, quer por parte dos nativos, quer pelos

Fig 2

próprios colonos portugueses. Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, o Alvará de d. Maria I foi revogado, mas o surto industrialista que poderia ter-se verificado não ocorreu. Ao contrário, foi aniquilado em razão de medidas econômicas de interesse da Metrópole que assinara em 1810 um tratado de aliança e comércio com a Inglaterra, instituindo privilégios para os produtos ingleses, reduzindo-se os direitos alfandegários para 15%, taxa essa inferior até mesmo à aplicada para os produtos portugueses que entrassem no Brasil. Com isso, nossa incipiente indústria têxtil não tinha como competir com os tecidos ingleses, perdurando essa situação até 1844, quando novo sistema tarifário veio comandar o processo evolutivo da industrialização brasileira.

Fase de Implantação

Instrumentos de Estímulo:

Em 1844, esboçou-se a primeira política industrial brasileira, quando foram elevadas as tarifas alfandegárias para a média de 30%, fato que provocou protestos de várias nações européias. A medida propiciou realmente um estímulo à industrialização, especialmente para o ramo têxtil, que foi o pioneiro desse processo.

Contudo, o processo da industrialização não se deu de imediato; ele foi lento, podendo ser considerado o período de 1844 até 1913 como fase de implantação da indústria no Brasil. Em 1864, o Brasil já tinha uma razoável cultura algodoeira, matéria-prima básica da indústria têxtil, mão-de-obra abundante e um mercado consumidor em crescimento. Outros fatores não-econômicos também influenciaram a evolução da indústria têxtil, dentre os quais citam-se: a guerra civil americana, a guerra do Paraguai e a abolição do tráfico de escravos, fato este que resultou na maior disponibilidade de capitais, antes empregados nessa atividade.

Assim, em 1864 estariam funcionando no Brasil 20 fábricas, com cerca de 15.000 fusos e 385 teares. Menos de 20 anos depois, ou seja, em 1881, aquele total cresceria para 44 fábricas e 60.000 fusos, gerando cerca de 5.000 empregos. Nas décadas seguintes, houve uma aceleração do processo de industrialização e, às vésperas da I Guerra Mundial, contávamos com 200 fábricas, que empregavam 78.000 pessoas.

Fase de Consolidação

Como vimos anteriormente, no início da I Guerra Mundial o Brasil já dispunha de um importante parque têxtil. A guerra pode ser considerada como fator decisivo na consolidação da indústria têxtil brasileira. A limitação da capacidade do País de importar propiciou a oportunidade de crescimento da produção interna no vácuo deixado pelo não-suprimento externo de tecidos. Assim, a interrupção do fluxo de entrada de artigos oriundos do exterior, pela concentração dos Países europeus e Estados Unidos no esforço da guerra, funcionou como elemento de estímulo para o crescimento da indústria brasileira. Segundo dados do IBGE, em 1919, a indústria têxtil contava com 105.116 trabalhadores, o que representava 38,1% do contingente empregado nas indústrias de transformação.

Com o fim do conflito na década de 20, novamente arrefeceu a atividade têxtil pela retomada das importações de tecidos diante da dificuldade de competição com os similares estrangeiros que eram vendidos no Brasil a preços inferiores aos que eram cobrados em seus países de origem.

Em 1929, a grande crise que se abateu sobre a economia mundial propiciou nova oportunidade de crescimento da indústria brasileira, a exemplo do que havia ocorrido durante a I Guerra. A capacidade de importação foi drasticamente reduzida, levando praticamente todos os países a adotarem políticas de substituição dos importados pela produção interna das mercadorias necessárias a seu abastecimento

Esse processo foi aprofundado pela eclosão da II Guerra Mundial, período em que ocorreram realmente excepcionais alterações na estrutura industrial brasileira. Como os fornecedores tradicionais do Brasil estavam envolvidos no conflito, abriu-se a possibilidade de o mercado ser suprido por meio do incremento da produção interna, com o surgimento de muitas fábricas em praticamente todos os setores da atividade manufatureira. No ramo têxtil, as fábricas se ampliaram, passando a operar com mais de um turno de trabalho e produzindo mais para atender o mercado interno e, ainda, exportando para mercados importantes, principalmente da Europa e dos Estados Unidos.

O número de operários ocupados no ramo têxtil triplicou no período de 1920 a 1940. A participação do setor no Produto Industrial atingiu 23,1%, o que bem demonstra o nível de pujança alcançado no período.

Todavia, terminado o conflito mundial, novamente o setor retornou à situação anterior. Com a normalização paulatina do mercado internacional, perdemos nossos clientes externos e as exportações caíram a níveis insignificantes. De uma média anual de cerca de 24 mil toneladas de tecidos de algodão exportados no período de 1942 a 1947, caímos para 1.596 toneladas em 1951, que se reduziram a quase nada nos anos seguintes. Os investimentos foram travados e o obsoletismo do equipamento em uso ficou patente.

Fig 3

Fase Atual

A segunda metade dos anos 50 marca, todavia, o início da fase industrial brasileira em processo acelerado, com ênfase para os setores mais dinâmicos e não-tradicionais.

Nessa fase, o setor têxtil, por influência sistêmica do desenvolvimento industrial da época, também começou a passar por grandes transformações. É assim que, a partir de 1970, incentivos fiscais e financeiros administrados pelo CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial, órgão do Ministério da Indústria e Comércio, possibilitou um movimento de fortes investimentos em modernização e ampliação da indústria têxtil, com vista, principalmente, ao aumento das exportações brasileiras de produtos têxteis.

Em célebre reunião realizada na sede do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, o então Ministro da Fazenda, Antonio Delfim Netto, desafiou o setor a exportar 100 milhões de dólares por ano em manufaturados têxteis. Realmente, as exportações têxteis, que tinham alcançado apenas 42 milhões de dólares em 1970, deslancharam continuamente, atingindo US$ 535 milhões em 1975, US$ 916 milhões em 1980, US$ 1,0 bilhão em 1985, US$ 1,2 bilhões em 1990 e US$ 1,5 bilhão em 1992.

A partir de 1993, porém, nossas vendas externas novamente regrediram, agora por conta das novas e profundas transformações ocorridas na economia e na política brasileira, tais como a abertura do mercado interno aos fornecedores externos, iniciada em 1990, a eliminação de entraves burocráticos às importações, a redução das tarifas aduaneiras, etc., as quais ocasionaram o fechamento de muitas empresas e obrigaram o setor a investir fortemente na sua modernização para reduzir custos e poder competir com os produtos importados. Mas esta já é outra parte da história que pretendemos contar por meio dos números e comentários

alinhados no Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira, intitulado "Brasil Têxtil 2002", que, orgulhosamente, o IEMI oferece a todos os que labutam nestes setores.

(*) Parte deste histórico foi extraído do trabalho produzido pela SUDENE e publicado em 1970, sob o título 'A Indústria Têxtil no Nordeste'.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A Indústria têxtil é uma das atividades econômicas mais significativas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a geração de empregos e a exportação. É, conseqüentemente, uma das atividades responsáveis pela geração e circulação de tributos.

De que forma, no processo de educação formal, os educadores poderão contribuir para que os alunos estabeleçam a relação entre a história da indústria têxtil no Estado de Santa Catarina e a geração de tributos, vitais para a construção de uma sociedade mais equânime?

OBJETIVO

Educar para o conhecimento da história da Economia Catarinense e trabalhar os conceitos da Educação Fiscal e das disciplinas do currículo, como necessários à construção da cidadania.

Fig 4

CONCEITOS DISCIPLINARES

Tempo e Espaço; Relações sociais; Relações de produção; Estado; Sociedade; Campos numéricos (Naturais, Racionais, Inteiros); Geometria Plana; Geometria Espacial; Relações e Funções; Matrizes e sistemas lineares; Estatística; Meio biótico e abiótico; Ciclo de matéria e Energia; Preservação, degradação e recuperação ambiental; Oralidade; Leitura; Textualidade; Literatura; Artes Cênicas; Artes Plásticas; Música; Corporeidade.

TEMAS MULTIDISCIPLINARES

- Trabalho e Tecnologia; Educação Ambiental; Educação Sexual; Ética; Educação Fiscal (Documentos Fiscais, Movimento Econômico, PIB, Tributos, Evasão Fiscal, Prestação de Contas, Dívida Interna, Dívida Externa, Seguro Desemprego, Trabalho Informal, Fontes de Receita, COFINS, Contrabando, Crimes contra a ordem tributária, Gestão Fiscal, Ministério Público, Redução da Base de Cálculo, Impostos Federais, Economia Informal, Concorrência Desleal, Retorno do ICMS, Pirataria, Evasão de Divisas, Contrabando, IPI, PIS, IR, Índice de Participação do Município e Repartição das Receitas Tributárias).

AÇÕES E OPERAÇÕES

- Construção de uma linha do tempo, situando o aluno na história da sua vida e da organização da sociedade e enfatizando a Revolução Industrial, suas causas e conseqüências;
- Leitura e produção de textos referentes ao tema em estudo;
- Pesquisa bibliográfica sobre a criação e a evolução da indústria têxtil no Brasil e no Estado, e sua contribuição para a economia destes;
- Pesquisa sobre o movimento econômico e fiscal das indústrias têxteis do Estado de Santa Catarina, organizando os dados em tabelas e gráficos;
- Pesquisa sobre o material utilizado nas indústrias e a criação ou identificação de modelos matemáticos usados na sua produção;
- Estudo sobre o processo de produção e comercialização dos produtos, utilizando matrizes e sistemas lineares para realização de cálculo;
- Pesquisa sobre consumo de água e energia de uma indústria têxtil;
- Estudo e debate sobre a degradação ambiental, vinculada a este tipo de atividade;
- Estudo de textos sobre as condições do trabalhador deste setor;
- Produção de peça teatral sobre a história da Revolução Industrial e a imigração em Santa Catarina;
- Estudo e debate sobre filmes, pinturas, livros de literatura e músicas referentes à temática;
- Estudo de textos sobre economia informal e pirataria: prejuízos à economia do país e aos trabalhadores que vivem do comércio informal e da venda de produtos pirateados; a concorrência desleal em relação a empresas legalmente constituídas;
- Organização de um júri simulado representando patrões e empregados numa assembléia da empresa;
- Estudo dos conceitos de Educação Fiscal, buscando o desenvolvimento dos conceitos de solidariedade, cidadania, trabalho coletivo, Estado, público e privado.

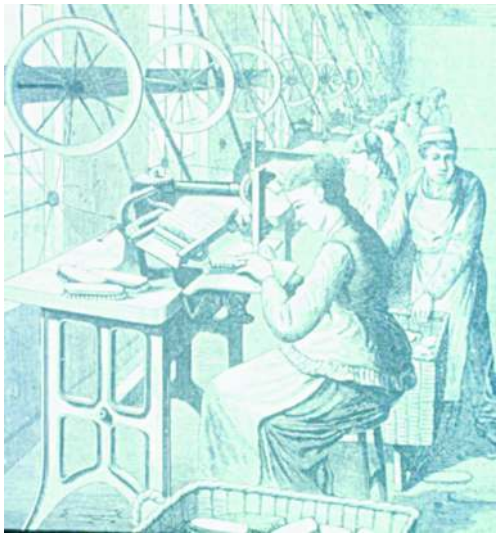


Fig 5

SOCIALIZAÇÃO

Produção de um texto coletivo pelos alunos, com a mediação do professor, para ser distribuído à comunidade, com o objetivo de divulgar a atividade de aprendizagem desenvolvida na escola.

AVALIAÇÃO

A avaliação da atividade deve ser realizada por professores e alunos, devendo ocorrer em dois momentos: auto-avaliação do aluno e avaliação da aprendizagem do aluno pelo professor.

Fig 6 – Costureiras – Susan Lyon

INDÚSTRIA TÊXTIL EM SANTA CATARINA

1- Breve histórico da Indústria Têxtil em Santa Catarina- FIESC

O ano de 1880 marcou um divisor de águas entre a indústria artesanal e a fabril em Santa Catarina. Em uma casa de madeira com telhado inclinado localizada na colônia de Blumenau, os irmãos Bruno e Hermann Hering abriram as portas da Tricotwarem Fabrik Gebrueder Hering, a primeira fábrica de tecidos de malha do Brasil. No ano seguinte, em Joinville, Carl Gottlieb Döhler construiu seu próprio tear, feito de madeira nativa, e produziu as primeiras peças de tecido. Logo a seguir, começaram a funcionar duas outras têxteis fundamentais na industrialização do Vale do Itajaí: a Karsten, às margens do rio Testo, em 1882, e a Garcia, em 1884, ambas nas cercanias de Blumenau. Em março de 1892, o comerciante Carlos Renaux empregando um grupo de tecelões emigrados de Lods, na Polônia russa, abriu a primeira tecelagem de Brusque. Oito anos depois, a obstinação de Renaux o levaria a montar a primeira fiação industrial de Santa Catarina, resolvendo o suprimento de fios de algodão e inaugurando o processo de integração vertical, que viria a se constituir em uma das principais características do setor até o final do século XX. Em 1898, Brusque recebeu a segunda indústria têxtil, a indústria Eduard von Büettner & Cia. Em 1920, já eram 53 os empreendimentos industriais do ramo têxtil e de vestuário em Santa Catarina.

Fora do eixo Blumenau-Joinville, havia poucas manifestações industriais. Na região de Nova Trento, Henrique Boiteux animou-se com a seda. Levado à exposição em Paris, em 1889, o produto foi premiado com medalha de bronze, recebendo quatro anos depois medalha de ouro na exposição de St. Louis, nos Estados Unidos. Em Lyon, na França, a seda de Henrique Boiteux foi classificada como melhor do que a da China, a mais famosa da época.

No término do século XIX, a vida econômica efervescia em Blumenau e Joinville as principais colônias. Em 1898 foi fundada a Associação Comercial de Blumenau, para incentivar a produção, exportação e importação. No ano de 1908 Blumenau já possuía 568

estabelecimentos, sendo 96 fábricas e 472 engenhos de açúcar, mandioca, milho, arroz e serrarias. Em 1895, Joinville já possuía 29 estabelecimentos industriais, sendo 10 têxteis.No início do século XX, estavam assentadas as primeiras bases da indústria catarinense.

De forma geral, o desenvolvimento industrial de Santa Catarina, entre 1880 e 1945 foi profundamente marcado pela habilidade de diversos empreendedores em aproveitar os espaços e as oportunidades do mercado. Assim ao final da Segunda Guerra Mundial, Santa Catarina emergiria para os novos tempos que se instalavam em todo mundo com um parque industrial consolidado e bastante diversificado, com empresas preparadas para enfrentar o mercado e exercer forte influência na modelagem da política e da economia catarinense nas décadas seguintes.

***2- Alguns dados relevantes sobre o complexo têxtil** (vestuário, calçados e artefatos de tecido):*

- Maior concentração geográfica: Blumenau e Brusque
- Número de empresas: 6057
- Número de trabalhadores: 114.000
- Principais empresas: Karsten, Hering, Teka, Sulfabril e Cremer
- Exportação (em US$ FOB) em 2002:

- *Vestuário e seus acessórios de malha: 12.443.844*
- *Vestuário e seus acessórios, exceto malha: 1.747.838*

- Número de empresas exportadoras em 2002: 62
- Arrecadação de ICMS (em R$) em 2002: 86.449.549
- Número de trabalhadores (em 2002): 50.194
- Salário líquido médio da mão-de-obra (em 2002): R$ 628,19
- Faturamento médio mensal (em R$ mil) em 2002: 194.252,63
Fonte: SC em dados, FIESC, 2003

Fig 8

A MOÇA TECELÃ

Marina Colasanti

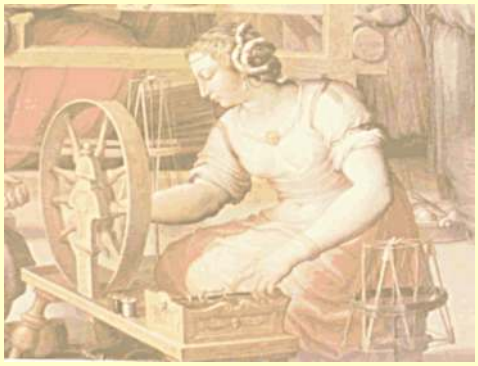


Fig 7 - Penélope Tecendo - detalhe - Stradono

Acordava ainda no escuro, como se ouvisse o sol chegando atrás das beiradas da noite. E logo sentava-se ao tear. Linha clara, para começar o dia. Delicado traço cor da luz, que ela ia passando entre os fios estendidos, enquanto lá fora a claridade da manhã desenhava o horizonte. Depois lãs mais vivas, quentes lãs iam tecendo hora a hora, em longo tapete que nunca acabava. Se era forte demais o sol, e no jardim pendiam as pétalas, a moça colocava na lançadeira grossos fios cinzentos do algodão mais felpudo. Em breve, na penumbra trazida pelas nuvens, escolhia um fio de prata, que em pontos longos rebordava sobre o tecido. Leve, a chuva vinha cumprimentá-la à janela. Mas se durante muitos dias o vento e o frio brigavam com as folhas e espantavam os pássaros, bastava a moça tecer com seus belos fios dourados, para que o sol voltasse a acalmar a natureza. Assim, jogando a lançadeira de um lado para outro e batendo os grandes pentes do tear para frente e para trás, a moça passava os seus dias. Nada lhe faltava. Na hora da fome tecia um lindo peixe, com cuidado de escamas. E eis que o peixe estava na mesa, pronto para ser comido. Se sede vinha, suave era a lã cor de leite que entremeava o tapete. E à noite, depois de lançar seu fio de escuridão, dormia tranqüila. Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer. Mas tecendo e tecendo, ela própria trouxe o tempo em que se sentiu sozinha, e pela primeira vez pensou em como seria bom ter um marido ao lado. Não esperou o dia seguinte. Com capricho de quem tenta uma coisa nunca conhecida, começou a entremear no tapete as lãs e as cores que lhe dariam companhia. E aos poucos seu desejo foi aparecendo, chapéu emplumado, rosto barbado, corpo aprumado, sapato engraxado. Estava justamente acabando de entremear o último fio da ponto dos sapatos, quando bateram à porta. Nem precisou abrir. O moço meteu a mão na maçaneta, tirou o chapéu de pluma, e foi entrando em sua vida. Aquela noite, deitada no ombro dele, a moça pensou nos lindos filhos que teceria para aumentar ainda mais a sua felicidade. E feliz foi, durante algum tempo. Mas se o homem tinha pensado em filhos, logo os esqueceu. Porque tinha descoberto o poder do tear, em nada mais pensou a não ser nas coisas todas que ele poderia lhe dar. — Uma casa melhor é necessária — disse para a mulher. E parecia justo, agora que eram dois. Exigiu que escolhesse as mais belas lãs cor de tijolo, fios verdes para os batentes, e pressa para a casa acontecer. Mas pronta a casa, já não lhe pareceu suficiente. — Para que ter casa, se podemos ter palácio? — perguntou. Sem querer resposta imediatamente ordenou que fosse de pedra com arremates em prata. Dias e dias, semanas e meses trabalhou a moça tecendo tetos e portas, e pátios e escadas, e salas e poços. A neve caía lá fora, e ela não tinha tempo para chamar o sol. A noite chegava, e ela não tinha tempo para arrematar o dia. Tecia e entristecia, enquanto sem parar batiam os pentes acompanhando o ritmo da lançadeira. Afinal o palácio ficou pronto. E entre tantos cômodos, o marido escolheu para ela e seu tear o mais alto quarto da mais alta torre. — É para que ninguém saiba do tapete — ele disse. E antes de trancar a porta à chave, advertiu: — Faltam as estrebarias. E não se esqueça dos cavalos! Sem descanso tecia a mulher os caprichos do marido, enchendo o palácio de luxos, os cofres de moedas, as salas de criados. Tecer era tudo o que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer. E tecendo, ela própria trouxe o tempo em que sua tristeza lhe pareceu maior que o palácio com todos os seus tesouros. E pela primeira vez pensou em como seria bom estar sozinha de novo. Só esperou anoitecer. Levantou-se enquanto o marido dormia sonhando com novas exigências. E descalça, para não fazer barulho, subiu a longa escada da torre, sentou-se ao tear. Desta vez não precisou escolher linha nenhuma. Segurou a lançadeira ao contrário, e jogando-a veloz de um lado para o outro, começou a desfazer seu tecido. Desteceu os cavalos, as carruagens, as estrebarias, os jardins. Depois desteceu os criados e o palácio e todas as maravilhas que continha. E novamente se viu na sua casa pequena e sorriu para o jardim além da janela. A noite acabava quando o marido estranhando a cama dura, acordou, e, espantado, olhou em volta. Não teve tempo de se levantar. Ela já desfazia o desenho escuro dos sapatos, e ele viu seus pés desaparecendo, sumindo as pernas. Rápido, o nada subiu-lhe pelo corpo, tomou o peito aprumado, o emplumado chapéu. Então, como se ouvisse a chegada do sol, a moça escolheu uma linha clara. E foi passando-a devagar entre os fios, delicado traço de luz, que a manhã repetiu na linha do horizonte.

MÚSICAS SUGERIDAS

1. ***A Fábrica de Sonhos*** *- Gonzaguinha*
2. ***A linha e o linho*** *– Gilberto Gil*
3. ***Aquarela do Brasil*** *– Ary Barroso*
4. ***Beradêro*** *– Chico César*
5. ***Bicho Medo*** *– Fátima Guedes*
6. ***Com que roupa?*** *– Noel Rosa*
7. ***Fábrica*** *– Legião Urbana*
8. ***Índios*** *– Legião Urbana*
9. ***Mucuripe*** *– Raimundo Fagner*
10. ***Música de Trabalho*** *– Legião Urbana*
11. ***Parangolé Pamplona*** *– Adriana Calcanhotto*
12. ***Ponto sem Nó*** *– Itamar Assunção*
13. ***Profissão de Ladrão*** *– Tom Zé*
14. ***Roupa Nova*** *– Milton Nascimento*
15. ***Três apitos*** *- Noel Rosa*
16. ***Tribos e Tribunais*** *– Engenheiros do Havaii*
17. ***Velha Roupa Colorida*** *– Belchior*
18. ***Vestido Estampado*** *– Ana Carolina*

Vida de Operário *– Pato Fu*

Fig 9

FILMOGRAFIA SUGERIDA

1. ***Abrindo o Zíper.*** *EUA, 1994. Documentário. Dir: Douglas Keeve. 73 min.*
2. ***A Classe Operária Vai ao Paraíso, ITA, 1971.*** *Dir. Elio Petri, 115 min.*
3. ***A Fantástica Fábrica de Chocolates –*** *EUA, 1971. Dir: Mel Stuart, 98 min.*

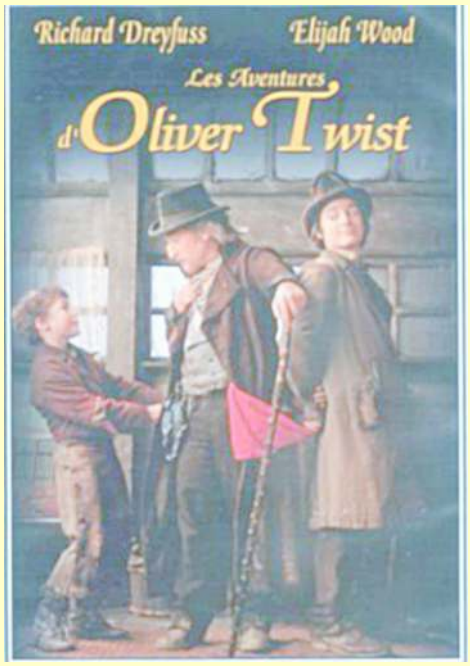


Fig 10

4. ***As Aventuras de Oliver Twist****. EUA, 1998. Dir: Tony Bill, 91 min.*
5. ***Colcha de Retalhos****. EUA, 1995. Dir: Jocelym Moorhouse. 116 min.*
6. ***Dançando no Escuro.*** *DIN/SUE/FRA, 2000. Dir: Lars Von Trier, 137 min.*
7. ***Fábrica de Loucuras.*** *EUA, 1986. Dir: Ron Howard, 108 min.*
8. ***Garotas do ABC –*** *BRA, 2002. Dir: Carlos Reichenbach, 124 min.*
9. ***Germinal.*** *FRA/ITA, 1993. Dir: Claude Berri. 155 min.*
10. ***Hoffa, Um Homem, Uma Lenda.*** *– EUA, 1992. Dir: Danny DeVito, 140 min.*
11. ***Metrópolis.*** *ALE, 1926 – Dir: Fritz Lang, 90 min.*
12. ***Norma Rae.*** *EUA, 1979. Dir: Martin Ritt, 117 min.*
13. ***O Judeu.*** *BRA, 1995. Dir: Jom Tobi Azulay, 91 min.*
14. ***O Que Eu Conto do Sertão é Isso –*** *BRA, 1979. Dir: Umbelino Brasil e Romero Azevedo.*
15. ***Oliver Twist****. ING, 1948 – Dir: David Lean, 110 min.*
16. ***Planeta Terra Pura Magia****. EUA, 1995. Dir. David Fortney, 115 min.*
17. ***Prêt-à-Porter****. EUA, 1994. Dir. Robert Altman, 113 min.*

Tempos Modernos*. EUA, 1936, Dir. Charles Chaplin. 87 min.*

PINTURAS SUGERIDAS

1. ***A Modista*** *– Boucher, 1746*
2. ***Bairro Fabril*** *– Arcangelo Ianelli, 1957*
3. ***Carretéis*** *– Iberê Camargo, 1993*
4. ***Colcha de Retalhos*** *– Cláudio Tozzi, 81*
5. ***Colheita de Algodão*** *- Amorelli*
6. ***Costureiras*** *– Tarsila do Amaral, 1950*
7. ***Estudo de Trajes Italianos*** *– Vitor Meirelles – 1856*
8. ***Fábrica*** *– V. Mecozzi, 1948*
9. ***Fábrica de Tecidos de Juiz de Fora*** *– Fani Bracher, 1982*
10. ***Fábrica Vermelha*** *– Ral Veroni – 94*
11. ***Fábricas em Asniéres*** *– Vincent Van Gogh – 1887*
12. ***Mercadores de Algodão*** *– Degas, 1873.*
13. ***Minha Irmã Costurando*** *– Alfredo Volpi, 1922*
14. ***Mulher Amish Costurando uma Colcha*** *– David Ellinger, 1913*
15. ***Mulher Idosa ao Tear*** *– V. Kalashnikov, 1959*
16. ***Na Fábrica de Tecelagem*** *– G. Maximov, 1974*
17. ***Operários*** *– Eugênio Proença Sigaud*
18. ***Parangolés*** *– Hélio Oiticica*
19. ***Tecedor*** *– Vincent Van Gogh, 1884*
20. ***Tecedor ao Tear*** *– Vincent Van Gogh, 1884*

Fig 11

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- A História da Indústria Têxtil no Brasil. Revista Textília. Disponível em: <www.textilia.net/index.asp> Acesso em: 21 abril 2004.
- ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação** – a paixão pelo impossível. São Paulo: UNESP, 2002.
- BRAGA, João. **História da Moda**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.
- BUARQUE, Cristovam. **Colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CASTELLANI, Regina Maria. **Moda Ilustrada de A a Z**. São Paulo: Manole. 2003.
- COLASANTI, Marina. **Doze Reis e a Moça no Labirinto do Vento**. Rio de Janeiro: Global, 1999.
- Coleção Clássicos Universais. São Paulo: Rideel, 2002
- Coleção Construindo Nossa Memória. São Paulo: FTD, 1997-2000.
- Coleção Mestres das Artes no Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.
- Coleção Sinal Aberto. São Paulo: Ática, 2004.
- DAVIS, Keith. **Comportamento humano no trabalho**, v.1. São Paulo: Thomsom Pioneira, 1997.

- FAGNER, Raimundo; BELCHIOR. **Mucuripe**. Warner Chappell. Grav. Philips. Disco: Manera fru fru manera, 1991, CD.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. FIESC 50 anos - Uma história voltada para a indústria Catarinense. Florianópolis: Expressão, 2000.
- GIMPEL. Jean. **A Revolução Industrial na Idade Média**. Jorge Zahar, 1977.
- IGLESIAS, F. **Revolução Industrial**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KÖHLER, Carl. **História do Vestuário.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.
- LOBO, Augusto. **O Melhor da Internet sobre Têxtil e Vestuário**. Edições Centro Atlântico: Portugal, 2001. (Coleção O Melhor da Internet).
- MACHADO, Ana Maria. **Texturas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- PRADO, Bento. Poesia: **A Rendeira**. Disponível em: <www.secrel.com.br/jpoesia/bprad4.html> Acesso em: 23 abril2004.
- Série Discussão Aberta. São Paulo: Ática, 1998-2000.
- Série História em: Movimento. São Paulo: Ática, 1999.
- Série Ponto de Apoio. São Paulo: Scipione, 1997-2000.
- Série Por Dentro da Arte. São Paulo: Ática, 2003.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOUZA, Gilda de Mello. **O Espírito das Roupas** - A Moda no Século Dezenove. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- VERGAS, Giovanni. **Os malavoglia**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- www.cinemateca.com.br
- www.pintoresfamosos.com.br
- www.siciliano.com.br
- www.skylight.com.br
- www.vidhya-virtual.com

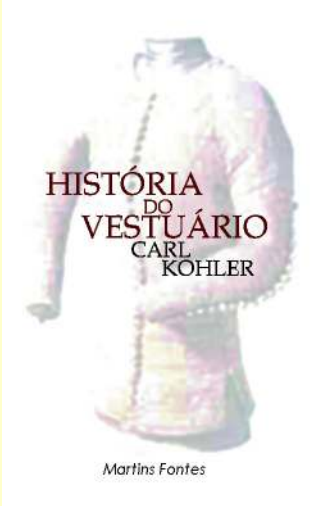


Fig 12

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig 1: Disponível em: <http://www.ibiblio.org/wm/paint/auth/vermeer/i/lacemaker.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 2: Disponível em: <http://www.sitioduascachoeiras.com.br/educacao/tecelagem:.html> Acesso em: 23 abril 2004.
- Fig 3: Disponível em: <TEIXEIRA, REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, P. 29.> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 4: Disponível em: <http://www.coepbrasil.org.br/algodao/img_texto/inicial4.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 5: Disponível em: <http://academic.brooklyn.cuny.edu/history/core/pics/0253/img0056.htm> Acesso em: 23 abril 2004.
- Fig 6: Disponível em: <http://www.burdicklyon.com/2000susan24.htm> Acesso em: 23 abril 2004.

- Fig 7: Disponível em: <http://www.asgard.hpg.ig.com.br/mitologi/grega/fotos/penelope.htm> Acesso em: 23 abril 2004.
- Fig 8: Disponível em: <http://www.singer.com.br/arquivos/aprenda/tecidos.jpg > Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 9: Disponível em: <http://www.revistaparadoxo.com/fotos/Ana%2001.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 10: Disponível em: <http://www.filmeemcasa.com.br/portal/conteudo/detalhesfilme.cfm?fcod=2273> Acesso em: 20 abril2004.
- Fig 11: Disponível em: <http://www.pitoresco.com.br/brasil/oiticica/011.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
- Fig 12: Disponível em: <http://www.martinsfontes.com.br/detalhes.asp?ID=92119> Acesso em: 18 abril 2004.
- Fig 13: Disponível em: <http://www.mac.usp.br/exposicoes/01/acolecao/galeria5/tarsiladoamaral/grandes/631243.JPG> Acesso em: 18 junho 2005.

Fig 13 – Costureiras – Tarsila do Amaral

V – EDUCAÇÃO FISCAL - CONCEITOS

Fig 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - É um conjunto de órgãos especificamente instituídos para atingir as metas e os objetivos do governo. Também pode ser entendida como o conjunto das funções necessárias à realização dos serviços públicos.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - É a atividade da Administração Pública voltada para o gerenciamento da área tributária (tributação, fiscalização e arrecadação), realizada pelas Secretarias de Fazenda ou Finanças nos estados e municípios e, no âmbito da União, pela Secretaria da Receita Federal e pelo INSS.

ALÍQUOTAS DO ICMS – São percentuais que incidem sobre o valor de comercialização de mercadorias, bens ou serviços. Variam de 25%, para produtos considerados supérfluos como cigarros e outros, até zero (isenção ou imunidade).

ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS/ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA - É a atividade estatal, privativa da União, dos estados e municípios, visando à entrada de recursos de origem tributária para os cofres públicos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL – Direitos estabelecidos na Constituição Federal que devem ser atendidos mediante ações governamentais para proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, assim como a reabilitação e habilitação de pessoas portadoras de deficiência e outras. A assistência social deve ser prestada a quem dela precisar.

AUTONOMIA - Os estados e municípios possuem, no âmbito de seus territórios, autonomias administrativa e financeira, determinadas pela Constituição Federal. A União possui soberania.

BALANÇA COMERCIAL – Relação entre importações e exportações do país. Se as exportações superam em valor as importações, há superávit comercial. Ao contrário, há déficit comercial.

BENEFÍCIOS FISCAIS – A legislação prevê formas legais de redução ou supressão do tributo a pagar ou a recolher. As principais formas são: isenção, redução da base de cálculo, diferimento e imunidade.

BENS PÚBLICOS - São as propriedades móveis e imóveis que integram o patrimônio público, como escolas, hospitais públicos, pontes, rios, praças, ruas, móveis das repartições públicas, veículos oficiais e outros.

BOLO DO ICMS – Da arrecadação do ICMS, 25% vai direto para uma conta em nome de todos os municípios do Estado. É o chamado “bolo do ICMS”. Cada município tem direito a uma parte da arrecadação.

CARGA TRIBUTÁRIA - É a relação existente entre o total de tributos arrecadados no país (impostos, taxas e contribuições) e o Produto Interno Bruto - PIB.

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

Contribuição de competência exclusiva da União. No período de forte intervenção estatal no Brasil, várias foram as contribuições compulsórias que beneficiavam determinadas atividades econômicas. Hoje, em especial, tem relevância uma contribuição denominada CIDE – combustíveis. Tal contribuição incide sobre a importação e comercialização de petróleo, seus derivados e álcool etílico combustível. A arrecadação destina-se ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo; financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás e financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. Do produto arrecadado, 29% (vinte e nove) é dividido entre os estados. Do valor destinado aos estados, 25% é dividido entre os municípios conforme critérios estabelecidos em lei. Tanto municípios quanto estados devem, obrigatoriamente, aplicar os recursos em programas de infra-estrutura de transportes (Lei nº 10.866, de 04 de maio de 2004 e Emenda Constitucional nº 44/2004).

COFINS – Tipo de contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, cobrada pela União. A COFINS incide sobre o faturamento das empresas e se destina ao financiamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social).

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - Espécie tributária cobrada pela União e destinada, conforme determina a lei, ao financiamento do sistema de seguridade social (previdência social, assistência à saúde e assistência social), ou seja, recursos destinados a garantir direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal. O produto da arrecadação é exclusivo da União, portanto, não havendo repartição com municípios e estados.

CONTRABANDO – É a importação ou exportação de mercadorias, cuja importação ou exportação seja proibida pela legislação. Não confundir com descaminho.

CONTRIBUINTE - É a pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento do tributo e pode ser:

Contribuinte de fato: é aquele que sofre efetivamente o ônus do tributo, ou seja, o consumidor final.
Contribuinte de direito: é aquele que, tendo cobrado o imposto do consumidor final, ao embuti-lo no preço da mercadoria ou serviço, tem a obrigação de repassá-lo ao ente tributante.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – É a lei maior no âmbito nacional. Os estados possuem a Constituição Estadual e os municípios a Lei Orgânica Municipal.

CONSUMIDOR FINAL: É a pessoa física ou jurídica que adquire mercadoria para seu consumo ou recebe os serviços prestados.

CONTROLE EXTERNO – Atividade de fiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, exercida pelo Poder Legislativo por meio do Tribunal de Contas. Objetiva verificar a probidade da Administração Pública, a guarda legal do dinheiro público e o cumprimento da lei do orçamento, dentre outros.

CONTROLE INTERNO - É toda a atividade desenvolvida dentro da Administração Pública, por um setor específico de cada órgão, que visa: avaliar o cumprimento das metas previstas pela Administração, comprovar a legalidade dos seus atos, avaliar resultados e sugerir procedimentos para a melhor gestão das finanças públicas.

CPMF - A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira é uma contribuição social, arrecadada pela União, com a finalidade exclusiva de financiar os serviços públicos de saúde. Sua maior fonte de arrecadação são as movimentações em contas correntes bancárias. Além de servir como fonte de arrecadação, é utilizada para confrontar com informações prestadas no imposto de renda, a fim de localizar fontes de sonegação de impostos.

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - São condutas ilícitas praticadas por: *contribuintes*, que resultam em supressão ou redução de tributo mediante a prática de fraude, falsificação ou omissão de ordem tributária, bem como pelo não fornecimento de documento fiscal quando obrigatória sua emissão, pela prestação de declaração falsa sobre rendas ou bens e outras; *servidores públicos*, no caso de extravio de documentos e processos, recebimento de vantagens indevidas, deixar de cobrar tributos, patrocinar interesse privado perante a Administração Pública e outros.

DESCAMINHO - Importar ou exportar mercadorias permitidas pela legislação, sem o pagamento dos tributos devidos.

DESPESA PÚBLICA - São os pagamentos efetuados pela Administração Pública relativos aos serviços prestados e obras realizadas, em benefício da sociedade. Sua realização depende de prévia autorização no orçamento público.

DIFERIMENTO – Benefício fiscal em que o pagamento ou recolhimento do tributo devido é adiado.

DIREITOS RELATIVOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - São ações governamentais tais como: proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, reabilitação e habilitação de pessoas portadoras de deficiência e outras, prestadas a quem dela precisar.

DIREITOS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - São benefícios como: proteção à maternidade, proteção ao desemprego involuntário, cobertura de eventos de doença, invalidez, morte, acidentes de trabalho, ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda, aposentadoria e outros, sob a responsabilidade dos poderes públicos.

DIREITOS RELATIVOS À SAÚDE - São ações e serviços de saúde obrigatórios por parte do Estado, visando à redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde, conforme estabelece a Constituição Federal.

DÍVIDA EXTERNA - Montante dos débitos das três esferas de governo, mais os débitos da iniciativa privada, com residentes no exterior.

DÍVIDA INTERNA - Montante dos débitos das três esferas de governo com residentes no país.

DOCUMENTOS FISCAIS - São documentos emitidos obrigatoriamente quando do fornecimento de mercadorias e bens, ou quando da prestação de serviços. São fundamentais no controle e arrecadação de tributos. Os principais documentos são: Cupom Fiscal, Nota Fiscal Modelo 1, Nota Fiscal de Venda ao Consumidor, Nota Fiscal de Serviços, Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, Nota Fiscal/Conta Telefônica, Bilhete de Passagem e outros.

Fig 2

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Valor constante no orçamento para fazer face a determinado serviço ou obra pública.

ECONOMIA INFORMAL - São os pequenos empreendimentos não registrados nos órgãos oficiais (fisco municipal, estadual e federal, junta comercial) e por isso não pagam tributos. Exemplos: sacoleiros, ambulantes, camelôs e outros.

ELISÃO FISCAL - Forma legal de reduzir o valor do tributo a pagar ou a recolher, quando a legislação tributária permite a redução ou supressão do tributo a pagar, por exemplo, por meio de concessão de benefícios fiscais (isenções ou imunidades).

EVASÃO DE DIVISAS - É a retirada ilegal de riqueza produzida no país e encaminhada ao exterior.

EVASÃO FISCAL E CONCENTRAÇÃO DE RENDA - A evasão fiscal provoca concentração de renda. Ocorre enriquecimento de quem provoca evasão fiscal (aumento dos lucros) e diminui o volume dos bens e serviços públicos por parte do Estado, em decorrência da diminuição dos valores arrecadados.

EVASÃO FISCAL OU TRIBUTÁRIA - A evasão fiscal se dá pelo não pagamento parcial ou total do tributo. Pode ser lícita (elisão fiscal) ou ilícita. A primeira, quando a legislação tributária permite a redução ou supressão do tributo a pagar, sem infringi-la, por exemplo, por meio da concessão de benefícios fiscais (isenções ou imunidades). Na evasão ilícita ou ilegal, a redução do montante a pagar se dá mediante infração da legislação tributária, sendo sinônimo de sonegação, geralmente combatida mediante ação de fiscalização formal, pelo fisco, e informal, por meio da conscientização da sociedade.

FINANÇAS PÚBLICAS - É o conjunto de ações e atividades que integram o processo de arrecadação e execução de despesas pela Administração Pública. É a gestão do patrimônio público. Abrange todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

FONTES DE RECEITA - São as fontes de ingresso de dinheiro aos cofres públicos. O ingresso se dá através da tributação, empréstimos, financiamentos, emissão de moeda, venda de patrimônio (privatização) e outras.

Fig 3

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério: Trata-se de um fundo constituído com parte da arrecadação de impostos, o qual deve ser aplicado exclusivamente no Ensino Fundamental. É obrigatório em todos os estados e municípios. Não se trata de novos recursos e sim, uma vinculação de recursos já existentes. É fiscalizado por um conselho de acompanhamento e controle social.

GASTOS PÚBLICOS - São todos os dispêndios de recursos efetuados pela Administração Pública.

GESTÃO FISCAL – Consiste em um conjunto de operações desenvolvidas pela Administração Pública para controlar receitas e gastos públicos, quais sejam: arrecadar, gerir e despender os recursos necessários à satisfação das necessidades públicas.

GESTÃO PÚBLICA - É o conjunto de operações desenvolvidas pela Administração Pública para controlar receitas e gastos públicos, ou seja: obter, criar, gerir e despender os recursos necessários à satisfação das necessidades públicas.

IMPOSTOS DIRETOS – O pagamento é feito diretamente pelo contribuinte: IPTU, IR (Pessoa Física), IPVA, ITR.

IMPOSTOS INDIRETOS - O valor do imposto está incluso no preço da mercadoria ou do serviço adquirido pelo consumidor final, sendo o comerciante e o industrial meros repassadores destes valores aos cofres públicos: ISS, ICMS, COFINS.

IMPOSTOS PRINCIPAIS DE COMPETÊNCIA DOS ESTADOS

IPVA – Imposto sobre a propriedade de veículos automotores

Imposto cobrado pelo estado e repartido em partes iguais com o município onde está registrado o veículo.

ICMS - Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e prestação serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
O ICMS é um imposto indireto uma vez que quem, em última análise, arca com o pagamento é o consumidor final. É a principal fonte de receita dos estados. O ICMS é responsável por quase 93% da arrecadação de Santa Catarina. Incide sobre as relações de consumo - circulação de mercadorias em geral, energia elétrica, comunicação (telefone por exemplo) e transporte interestadual e intermunicipal (transporte municipal está sujeito ao ISS, de competência municipal). Do total arrecadado, 25% são distribuídos entre os municípios, proporcionalmente ao movimento econômico, tornando-se uma das principais fontes de receita destes últimos.

ITCMD – Imposto sobre transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou direitos
Incide sobre o valor venal de heranças ou legados (causa mortis) e doações de quaisquer bens. É devido pelo herdeiro ou pelo legatário (no caso de transmissão *causa mortis*) ou pelo donatário (quem recebe em doação).

IMPOSTOS PRINCIPAIS DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS

IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
É um tributo muito antigo e existe desde 1808. Trata-se de um tributo muito mal administrado, na maioria dos municípios. Incide sobre a propriedade de bem imóvel situado na zona urbana dos municípios. A Constituição Federal admite a utilização de alíquotas progressivas com o objetivo de fazer com que a propriedade atenda a sua função social.

ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na área de incidência do ICMS
Incide sobre serviços não alcançados pelo ICMS (o ICMS incide sobre serviços de comunicação e transporte intermunicipal e interestadual). São contribuintes do ISS: médicos, advogados, clínicas, hospitais, dentistas, contadores, corretores, lavanderias, hotéis, transportes municipais e outros serviços.

ITBI - Imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Trata-se de outro tributo antigo. Desde o século XIX se tem notícia da cobrança de imposto sobre a transmissão de bens. Nos dias atuais a incidência maior deste imposto recai sobre a compra e venda de imóveis.

IMPOSTOS PRINCIPAIS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO

II – Imposto sobre importação de produtos estrangeiros
Incide sobre as transações comerciais com outros países. Não tem finalidade exclusivamente arrecadatória. Sua maior utilidade consiste em regular o comércio exterior. Assim, quando quer estimular a importação de determinado produto, a União reduz a alíquota desse produto. Se o objetivo é reduzir a importação, a alíquota é aumentada.

IE – Imposto sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados

Da mesma forma que o imposto sobre importação de produtos estrangeiros (II), trata-se de imposto com finalidade regulatória, utilizado quando o país tem interesse em desestimular a exportação de determinado produto nacional.

IOF – Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários
A função principal desse imposto é a de servir de instrumento de política econômica. Produz resultados nas políticas cambial e monetária, estimulando ou desestimulando o ingresso de moeda estrangeira no país, aumentando ou diminuindo o custo dos empréstimos e financiamentos, assim como em relação às operações com valores mobiliários negociados em bolsas de valores. Não confundir com a CPMF, que incide sobre a movimentação financeira, saque de dinheiro de conta corrente em banco, por exemplo.

IPI - Imposto sobre produtos industrializados
É um imposto sobre o consumo, pois, da mesma forma que o ICMS, quem suporta seu encargo é o consumidor final. Incide sobre os produtos industrializados e suas alíquotas variam muito em função da seletividade. Maiores alíquotas são colocadas sobre produtos supérfluos. Produtos como cigarro, whisky, vodka e outros, têm controle do pagamento do IPI através de selos de controle.

IR – Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza
O Imposto de Renda incide sobre a renda oriunda do produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos. Todas as pessoas físicas ou jurídicas que auferirem renda, estão submetidas à tributação do IR. Para pessoa física, há uma faixa de isenção e a

partir de determinado valor, alíquotas de 15% e 27,5%. Para pessoa jurídica, as alíquotas são variáveis

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
Imposto de competência da União, objetiva desestimular a manutenção de propriedades improdutivas. O imposto é cobrado pela União e repartido em partes iguais com o município onde se localiza o imóvel. Contudo, a partir da Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003, o município poderá, de acordo com a lei (Delegação das Atribuições de Arrecadação e Fiscalização aos Municípios), optar por fiscalizar e cobrar o referido imposto, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. Neste caso, todo o produto da arrecadação pertencerá ao município.

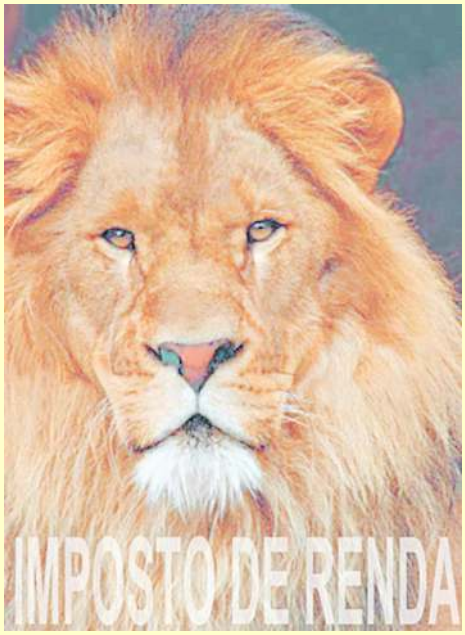


Fig 4

IMPOSTOS PROGRESSIVOS – É o imposto que incide proporcionalmente à capacidade contributiva da pessoa, ou seja, quem "ganha ou tem mais, paga mais" e "quem ganha ou tem menos, paga menos". O Imposto de Renda é caso típico, impondo alíquotas maiores para os maiores rendimentos.

IMPOSTOS REGRESSIVOS – Imposto que incide sobre o consumo (ICMS, por exemplo). Tem características regressivas, uma vez que incide igualmente, independentemente do poder aquisitivo do consumidor. Significa que ao comprar uma caixa de sabão em pó, tanto o motorista quanto o dono de uma empresa transportadora pagam o mesmo valor a título de imposto. Contudo, proporcionalmente ao poder aquisitivo de cada um, o motorista pagou muito mais.

IMPROBIDADE ADMINISTATIVA - É a conduta desvirtuada da Administração Pública, praticada por um dos seus agentes, em qualquer nível de governo ou hierarquia. É o designativo técnico para a corrupção administrativa mediante obtenção de vantagens, pelo exercício nocivo da função ou emprego público, tráfico de influência, favorecimento de poucos em detrimento da sociedade, atos praticados sem observar a legalidade, a moralidade, a publicidade (transparência) e outros princípios que devem ser observados na Administração Pública.

IMUNIDADE - É a vedação, prevista na Constituição Federal, de cobrar impostos sobre determinados produtos, bens ou atividades, dentre os quais livros, jornais e periódicos.

INCENTIVOS FISCAIS - São formas estabelecidas na legislação que visam à redução ou supressão do tributo a pagar ou a recolher, beneficiando determinados setores produtivos com o objetivo de gerar empregos, ampliar a produção, o comércio internacional e a prestação de serviços.

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. É uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Suas principais atribuições são as de promover a arrecadação, fiscalização e a cobrança das contribuições sociais devidas por trabalhadores e empresários sobre a folha de pagamento, gerenciar os recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social – FPAS e conceder os benefícios previdenciários.

Fig 5

ISENÇÃO - É a dispensa legal do pagamento ou recolhimento do tributo.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - É a lei maior, no âmbito municipal, que organiza e normatiza o funcionamento do município, somente se subordinando à Constituição do Estado e à Constituição Federal.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - É a norma legal que fixa os princípios que devem nortear as finanças públicas, visando eliminar o déficit público (despesa maior que a receita) nas três esferas de poder, através de uma gestão fiscal responsável, com ênfase no controle do gasto e do endividamento público. Nada mais é que um código de conduta do administrador público.

LICITAÇÃO – É um procedimento obrigatório que deve ser realizado sempre que a Administração Pública for adquirir bens, obras, mercadorias ou serviços. Visa encontrar a propostas mais vantajosa para aquisição ou contratação, se for o caso, pela Administração Pública.

MINISTÉRIO PÚBLICO - É uma instituição permanente, essencial à função do Estado, encarregado de velar ou zelar pela defesa do interesse público, ou seja, é o órgão a quem cabe a defesa do interesse geral ou público, mediante a observância das normas constitucionais e legais.

MOVIMENTO ECONÔMICO - Significa a soma dos valores gerados pelos contribuintes do ICMS com mercadorias ou serviços sujeitos ao imposto, ainda que não tenha ocorrido o pagamento ou o recolhimento do imposto. Sua apuração serve para determinar o valor do ICMS e outras receitas que retornam aos municípios (Repartição da Receitas Tributárias). A soma do movimento econômico das empresas de determinado município resulta no movimento econômico do município. O movimento econômico do Estado é a soma do movimento econômico dos Municípios.

MEIA NOTA – Ocorre quando a nota fiscal é emitida totalizando quantidade ou valor das mercadorias inferior ao valor ou quantidades reais comercializada ou transportada.

MULTA - É uma penalidade de natureza pecuniária (deve ser paga em dinheiro), aplicada por órgãos de fiscalização, sobre pessoas físicas e jurídicas que descumprem

normas administrativas. Multa não é tributo, pois representa uma sanção por ato ilícito, mas os recursos arrecadados são fonte de receita para os cofres públicos.

MULTA DE TRÂNSITO - É uma penalidade de natureza pecuniária (deve ser paga em dinheiro) aplicada pelos órgãos de fiscalização do trânsito sobre o condutor do veículo que descumprir regras estabelecidas na legislação de trânsito. A multa de trânsito não é tributo, pois representa uma sanção por ato ilícito, mas os recursos arrecadados são fonte de receita para os cofres públicos.

NÍVEL DE GOVERNO - São três os níveis ou esferas de governo: municipal, estadual e federal.

NOTA FISCAL AVULSA - Documento fiscal impresso por gráficas credenciadas e deve ser utilizada por pessoas não obrigadas à emissão de documentos fiscais, mas que dela necessitem, e por contribuintes varejistas que não possuam nota fiscal (Modelo 1), no caso de devolução de mercadoria.

NOTA FISCAL CALÇADA – Ocorre quando há divergência da 1ª via de uma nota fiscal (que fica em poder do comprador) e a via fixa do talão ou bloco. Na 1ª via estão registrados valores corretos e na via fixa do talão ou bloco, valores inferiores, visando reduzir o imposto a recolher. É um dos meios para a prática de sonegação fiscal.

NOTA FISCAL PARALELA – Ocorre quando uma nota fiscal é falsificada. As características impressas das notas fiscais são idênticas, inclusive a numeração. Contudo, registram quantidades e valores diferentes. A nota fiscal entregue ou enviada ao comprador contém dados reais sobre a comercialização. Já a nota fiscal utilizada para apurar o imposto devido, registra valores menores a fim de diminuir o imposto a recolher.

ORÇAMENTO - É um documento, sob a forma de lei, onde são estimadas as receitas e as despesas de um determinado ano (exercício financeiro). Cada nível de governo possui seu orçamento.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – Mecanismo de gestão das políticas públicas, mediante participação da comunidade, destinadas a decidir a melhor alocação dos recursos. A população participa da elaboração do orçamento decidindo quais as suas prioridades.

ORÇAMENTO PÚBLICO – Lei que contempla a previsão dos recursos que o Estado tem à sua disposição para administrar. Tais recursos são provenientes da arrecadação de tributos, obtenção de empréstimos e financiamentos, emissão de moeda, venda de patrimônio, rendimentos obtidos pelo patrimônio estatal e outras fontes. Indica onde os recursos arrecadados serão utilizados, ou seja, é um documento que prevê as receitas e as despesas do exercício. Cada nível de governo possui o seu orçamento.

PATRIMÔNIO PÚBLICO - É o conjunto de bens, direitos e obrigações do município, do estado ou da União, para a realização dos seus fins. São as propriedades móveis e imóveis, recursos a receber, dívidas a pagar e outros.

PIB - O Produto Interno Bruto é toda a riqueza produzida dentro das fronteiras do país, em um ano.

PIS/PASEP – Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. São contribuições para financiar o programa seguro-desemprego e o abono anual de um salário-mínimo pago aos trabalhadores que perceberem menos de dois salários-mínimos de remuneração. As empresas recolhem o PIS (0,65%) calculado sobre o valor das vendas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - É o procedimento pelo qual, nos prazos legais, quem quer que utilize ou administre dinheiro público, está obrigado a comprovar perante os órgãos competentes (Tribunais de Contas, Setor de Controle Interno) o uso dos bens e valores que lhes foram entregues.

PREVIDÊNCIA SOCIAL - Direitos previstos na Constituição Federal, que devem ser prestados por meio de ações governamentais. São benefícios como proteção à maternidade, proteção ao desemprego involuntário, cobertura de eventos de doença, invalidez, morte, acidentes de trabalho, ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda, aposentadoria e outros, sob a responsabilidade dos poderes públicos.

RECEITA TRIBUTÁRIA - Total de recursos carreados para os cofres públicos decorrentes da cobrança de tributos.

RECURSOS PÚBLICOS - Representam os recursos que os municípios, estados ou a União têm à sua disposição para administrar. Tais recursos são oriundos da arrecadação de tributos, obtenção de empréstimos e financiamentos, emissão de moeda, venda de patrimônio, rendimentos obtidos pelo patrimônio estatal e outras fontes.

REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO – É um benefício fiscal que prevê a supressão parcial do valor que serve de base para o cálculo do tributo.

REPARTIÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS - É uma forma de distribuição das receitas tributárias arrecadadas, permitindo que os estados e municípios participem da arrecadação dos tributos da União e os municípios participem do produto arrecadado pelos estados. Existem diferentes formas de repartição das receitas. Assim, em relação aos recursos do FUNDEF, a distribuição é feita de acordo com o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. No caso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), formado com parcelas da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, sua distribuição aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes e, em se tratando do ICMS, esta distribuição tem

relação direta com o movimento econômico, ou seja, com a riqueza produzida pelo município.

SEGURIDADE SOCIAL - É um conjunto de ações governamentais e da sociedade que visam assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A seguridade social é financiada com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios e de contribuições sociais, dentre as quais, as receitas provenientes de concursos de prognósticos.

SEGURO DESEMPREGO - É um benefício de assistência social de caráter temporário financiado por Contribuições Sociais (PIS/PASEP) e prestado ao trabalhador que tiver sido demitido sem justa causa e estiver desempregado, desde que preenchidas determinadas condições. É solicitado junto às agências da Caixa Econômica Federal ou Postos do SINE – Sistema Nacional de Emprego.

SELETIVIDADE – É um critério de tributação, principalmente com relação ao ICMS e ao IPI. Os produtos supérfluos ou que tenham efeitos nocivos à saúde têm alíquotas maiores, enquanto produtos essenciais têm alíquotas menores ou até mesmo isenção. As doenças decorrentes do cigarro e bebidas alcoólicas, posteriormente os gastos com assistência, são colocados sobre toda a sociedade.

SERVIÇOS PÚBLICOS - São aqueles prestados pela Administração Pública, nas três esferas de governo, visando à satisfação de necessidades públicas como: educação, segurança, justiça, saúde, habitação, transportes, saneamento e outras.

SOBERANIA - Poder supremo do Estado de governar e disciplinar juridicamente a vida de um povo, dentro do seu território, sem sofrer interferências de outro poder ou de outro Estado. É diferente de autonomia.

SONEGAÇÃO FISCAL - São atos praticados com a finalidade de fraudar a Fazenda Pública, mediante a utilização de meios ilícitos para reduzir, suprimir ou retardar o pagamento ou recolhimento do tributo devido.

Fig 6

SUS – Sistema Único de Saúde. É um conjunto de ações governamentais criado para organizar e fazer funcionar os serviços correspondentes à promoção, proteção e recuperação da saúde. Envolve órgãos e instituições públicas e a iniciativa privada, em caráter complementar.

TRABALHO INFORMAL - Trabalho desenvolvido por pequenos empreendimentos ou autônomos sem qualquer registro junto ao poder público competente para fins de controle. O trabalho informal implica prejuízos para a arrecadação tributária e para o próprio trabalhador informal.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - É o órgão auxiliar do Poder Legislativo encarregado da fiscalização das entidades ou órgãos públicos estaduais ou municipais.

TRIBUTOS - É a parcela que a sociedade entrega ao Estado, em dinheiro, de forma obrigatória, para financiamento dos gastos públicos. Tributo é gênero do qual são espécies: Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Empréstimos Compulsórios e Contribuições Especiais.

a) IMPOSTO: É o tributo cobrado sem que haja uma contraprestação específica para este ou aquele serviço ou para realizar esta ou aquela obra.

b) TAXA: É o tributo cobrado em relação ao qual há a obrigação de prestação de um serviço (por exemplo, nos alvarás de licenciamento para construção e confecção de Carteira de Identidade, dentre outros) e não se confunde com a remuneração de serviços públicos como: fornecimento de água, esgoto, luz ou telefone, os quais constituem tarifas ou preços públicos e não taxas.

c) CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: É o tributo cobrado em razão de obra pública que beneficie o contribuinte.

d) EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO: É o tributo cobrado exclusivamente pela União e é restituível. Destina-se a cobrir despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou guerra externa, ou ainda, em caso de investimento público urgente de relevante interesse nacional.

e) CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL: É o tributo cobrado com finalidade específica. Existem diversas espécies de contribuições especiais, sendo a mais importante delas a Contribuição Social, assim chamadas porque destinadas ao financiamento da seguridade social (saúde, previdência e assistência social).

VINCULAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS - São recursos de origem tributária e que devem ser aplicados em áreas específicas, sendo as mais importantes àquelas vinculadas às áreas de educação e saúde.

Lista de Ilustrações

Fig 1: Disponível em: <http://www.bethynha.com.br/imagens/jpg/dinheiro1.jpg e http://images.amazon.com/images/P/B00004TFL6.01.LZZZZZZZ.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
Fig 2: Disponível em: <http://www.brasil.indymedia.org/icon/2002/08/234901.jpg> Acesso em: 26 maio 2004.
Fig 3: Disponível em: <http://www.illustration.pp.se/bilder/people/malarprinsen.jpg> Acesso em: 26 maio 2004.
Fig 4: Disponível em: <http://pernambaiano.festim.net/archives/leao.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
Fig 5: Disponível em: <http://www.financasparaavida.com.br/imagens/cifrao2.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.
Fig 6: Disponível em: <http://www.spaequilibrio.com.br/medico.jpg> Acesso em: 18 junho 2005.

VI– SUGESTÕES DE LIVROS DE LITERATURA PARA O ENSINO MÉDIO

1. 200 Crônicas Escolhidas. Rubem Braga; Record
2. 21 Contos pelo Telefone. Lígia Fagundes Telles; Bookman Comércio de Livros. Ltda.
3. 234 Mini-histórias. Dalton Trevisan; Record
4. 99 Corruinas Nanicas. Dalton Trevisan; LPM
5. A Bela e a Fera. Clarice Lispector; Rocco
6. A colina dos suspiros. Moacir Scliar. São Paulo: Moderna.
7. A Guerra de Canudos. Francisco Martins. Ática. São Paulo.
8. A Infância Acabou. Renato Tapajós; Ática
9. A Primeira História do Brasil. Pero de Magalhães Gandavo; Zahar
10. A Semente da Vitória. Nuno Cobra; SENAC
11. Abusado. Caco Barcellos. Record
12. Agosto. Rubem Fonseca; Cia das Letras
13. Amor de Beduíno. Malba Tahan; Record
14. As Grandes Esperanças. Charles Dickens; Villa Rica
15. As três irmãs. Anton Tchekov. 1901
16. Astrícia. Cristovan Buarque; Geração
17. Através do Espelho. Josten Gaarder; Cia das Letras
18. Banquete com os Deuses. Luís Fernando Veríssimo; Objetiva
19. Bar Don Juan. Antonio Callado; Nova Fronteira
20. Blecaute. Marcelo Rubens Paiva; ARX
21. Brava Gente Brasileira. Márcio Moreira Alves; Nova Fronteira
22. Budapeste. Chico Buarque de Holanda; Cia das Letras
23. Buscando Seu Mindinho. Mario Prata; Objetiva
24. Calunga. Jorge de Lima; Ed; Record
25. Capão Pecado. Ferrez; Labortexto
26. Capitães de Areia. Jorge Amado; Record
27. Cara ou Coroa. Fernando Sabino; Ática
28. Chico Mendes Crime e Castigo. Zuenir Ventura; Cia das Letras
29. Cidade Partida. Zuenir Ventura; Cia. das Letras
30. Clube dos Anjos: a Gula. Luís Fernando Veríssimo; Objetiva
31. Contos Inacabados. J.R.R. Tolkien; Martins Fontes
32. Crônicas de Educação. Cecília Meireles. 1 a 5. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
33. Dançando no Ar Trilogia da Magia, Vol I. Nora Roberts. Bertrand
34. Diário de um Magro 2 a Volta ao SPA. Mario Prata; Objetiva
35. Ditadura Derrotada. Hélio Gaspari; Cia das Letras
36. Ditadura Envergonhada. Hélio Gaspari; Cia das Letras
37. Ditadura Escancarada. Hélio Gaspari; Cia das Letras
38. E agora? Odete de Barros Mott; Atual
39. Estação Carandiru. Dráuzio Varella; Cia das Letras
40. Euclides: a conquista do espaço. Carlos Tomei. Odysseus
41. Harry Potter e a Câmara Secreta. J. K. Rowling; Rocco
42. Harry Potter e a Ordem da Fênix. J. K. Rowling; Rocco
43. Harry Potter e a Pedra Filosofal. J. K. Rowling; Rocco
44. Harry Potter e o Cálice de Fogo. J. K. Rowling; Rocco
45. Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban. J. K. Rowling; Rocco
46. Memórias do Cárcere. Graciliano Ramos; Record
47. Menino de Engenho. José |Lins do Rego; José Olympio
48. Meninos sem Pátria. Luiz Puntel; Ática
49. O Centauro no Jardim. Moacir Scliar; Cia. das Letras

50. O Código Da Vinci. Dan Brown. Sextante
51. O Homem que matou Getúlio Vargas. Jô Soares; Cia das Letras
52. O mistério da Fábrica de Livros. Pedro Bandeira; Moderna
53. O Mundo de Sofia. Josten Gaarder; Cia das Letras
54. O Senhor dos Anéis, Trilogia. J. R. R. Tolkien; Martins Fontes
55. O velho e o mar, Ernest Hemingway. Bertrand Brasil.
56. O Xangô de Backerstreet. Jô Soares; Cia. das Letras
57. Os carbonários. Alfredo Sirkis. Record
58. Os Estatutos do Homem. Thiago de Mello; Inovação Distr. de Livros Ltda.
59. Pensar e Transgredir. Lya Luft; Record
60. Perdas e Ganhos. Lya Luft; Record
61. Um Assassinato, um Mistério e um Casamento. Mark Twain; Objetiva
62. Uólace e João Victor. Rosa Amanda Strausz. Salamandra, 2002.
63. Vidas Secas. Graciliano Ramos; Record
64. Viver para Contar. Gabriel Garcia Marquez; Record

VII– BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABREU, Maria Auxiliadora Maroneze de. et al. **Metodologia do Ensino da Matemática**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- _____; CABRAL, Juçara Teresinha. **Educação Fiscal**: educar para a cidadania. Florianópolis: Prelo, 2003.
- ANDERSON, Perry. **Afinidades seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- APPLE, Michael W. **Educando à direita**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARANA, Luis V. **Aqüicultura e Desenvolvimento Sustentável**: subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aqüicultura brasileira. Florianópolis: UFSC, 1999.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- _____. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ARNS, D. Paulo Evaristo et al. **Igreja, Classe Trabalhadora e Democracia**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BALTAZAR, Ubaldo César; PALMEIRA, Marcos Rogério. **Temas de Direito Tributário**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.
- BAQUERO, Ricardo. **Vygostky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. POLITZER: **Princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo: Hemus, 1985.
- BETTO, Frei; FREIRE, Paulo; KOTSCHO, Ricardo. **Essa escola chamada vida**. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- BOFF, Leonardo et al. **Direitos humanos**. Direito dos pobres. São Paulo: Vozes, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. São Paulo: Vozes, 2000.
- BOURDOUKAN, Georges.**O peregrino**. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. PNDH em Movimento. Ano 1, Numero 6 – Julho/ setembro de 1998.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Secretaria da Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Direitos Humanos no cotidiano: Manual. 2. Brasília: 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação à distância. TV Escola N 27 maio/junho 2002. Edição Era Editorial. Brasília – DF, 2002.
- BRASIL. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1999.
- CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papirus, 1995.
- CANDAU, Vera Maria. et al. **Tecendo a cidadania**: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. **Cultura e Democracia** – o discurso competente e outras falas. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1984.
- CHOMSKY, Noan. **A luta de classes**. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 2000.
- CLÉMENT, Catherine. **A viagem de Théo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- CODO, Wanderley. **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

- Coleção Construindo Nossa Memória. São Paulo: FTD, 1997-2000.
- Coleção O Sabor da História. São Paulo: FTD, 2000.
- Coleção Páginas da História. São Paulo: FTD, 1998.
- Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense.
- Como exercer sua cidadania. Coleção entenda e aprenda. São Paulo: Editora Bei
- COOK, Kathy. **O Poço de Ryan**. Seleções do Reader's Digest. Dezembro de 2001.
- COSTA, Carolina. O samba pede passagem. **Educação**. São Paulo, n.65, p.9, 7 setembro, 2002.
- DAVYDOV, V. V. La renovación de la Educación y el desarrollo mental de los alumnos. **Revista de Pedagogía**. Santiago: v.67, n. 403, p.197–199, junho, 1988.
- _____. **Tipos de generalización en la enseñanza**. Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1982.
- DAVYDOV; SHUARE (Orgs). **La psicologia evolutiva y pedagogica em la URSS** (Antologia). Moscou: Progresso, 1987.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.
- DIMENSTEIN, Gilberto; ALVES, Ruben. **Fomos maus alunos**. São Paulo, Campinas: Papirus, 2003.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para si**: Contribuição a uma teoria histórico-social de formação do indivíduo.Campinas: Autores Associados, 1993.
- _____. **Educação escolar**: teoria do cotidiano e a escola de VIGOTSKI. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- _____. **Vigotski e o aprender a aprender**. Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- ESCAMEZ, Joan. **Protagonismo na educação**. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 2003.
- FABICHAK, Irineu. **ABC do Pescador**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 1975.
- FERRÉZ. **Capão pecado**. São Paulo: Labortexto, 2000.
- FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- FONTANA, Roseli A. Cação. **Mediação pedagógica na sala de aula.** Campinas: Autores Associados, 1996.
- FONTANELLA, Francisco Ricieri. **Finanças públicas**: lições introdutórias destinadas aos docentes do programa de educação fiscal. SEF. Florianópolis, 2001.
- _____. **Tributação**: lições introdutórias e destinadas aos docentes do projeto de educação tributária. Versão 5. Florianópolis; maio, 1999.
- FREIRE, Gilberto. **Americanidade e latinidade**. Brasília: UNB, 2003.
- GALLO, Sílvio. (Coord). **Ética e cidadania**. Campinas: Papirus, 1997.
- GENTILE, Pablo. **Reinventar a escola pública**. São Paulo: Vozes, 2003.
- GERALDI, João Wanderlei. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GLEISER, Marcelo. **O fim da terra e do céu** - o apocalipse na ciência e na religião. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. **Exploração Capitalista**. São Paulo: Global, 1979.
- JR SILVA, Hedio. **Discriminação racial nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- KADARE, Ismail. **Abril despedaçado**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- KLIKSBERG, Bernardo. **América Latina**: uma região de risco-pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Brasília: UNESCO, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000.
- _____. **Por uma economia com face mais humana**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

- KOZULIN, Aléxis. **La psicologia de Vygotsky**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- LAGO, Paulo Fernando. **Comunidade Pesqueira de Santa Catarina**. Condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da atividade pesqueira em Santa Catarina. Rio de Janeiro: Sai, 1968.
- LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2000.
- LEDO, Blanca Sierra de. **O Mar e seus recursos ictícos**. Florianópolis: UFSC, 1983.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental** - sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes: 2001.
- LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. La Habana. Editoria Pueblo y Educación.1985.
- _____. El aprendizaje como Problema em la Psicologia. In: **Psicologia Soviética Contemporânea**. Habana, Cuba: Série Ciência e Técnica. Instituto do Livro, 1967.
- _____. La cultura del Hombre y Problemas. Tese sobre educación de los ricos. Grijalbo, 1968.
- _____. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- _____. et al. **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Centauro, 2003.
- LURIA, A. R. **Desarrollo Histórico de los Processos Cognitivos**. Madrid: Ediciones Akal, 1987.
- _____. **Pensamento e linguagem**: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artmed, 1987.
- _____. Speech and intellect of rural, urban and homeless children. **Selected Writings**. Nova York: Sharpe, 1978.
- LURIA; LEONTIEV. **Psicologia e Pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.
- MACLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário**. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 1999.
- MARTINI, George; PELIANO, José Carlos P. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Brasília: IPEA, 1978. Série Estudo para o Planejamento.
- MARX. Karl. **Elementos fundamentales para la critica de la economia política**. (Grundisse) 1857-58, v.II, México: Siglo XXI, 1972.
- MATOS, B.T.P; LOPES, C.Q., et al. **Considerando mais o lixo**. Florianópolis: Insular, 1999.
- MENDONÇA, Maria Luisa. **O direito à alimentação**. Caros Amigos, São Paulo. n. 61. p. 41, abril de 2002.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. **O uso dos conceitos**. Vozes. Rio de Janeiro, 1994.
- MISSÃO TERRA. **O resgate do planeta**. Agenda 21. São Paulo: Melhoramentos. 2000.
- MOONEY, Pat Roy. **O século 21**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **Analfabetismo funcional o mal nosso de cada dia**. São Paulo: Thonson Pioneira, 2003.
- **MORGA, Antônio. (Org).** História das mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporânea, 2004.**
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **X da questão**: o sujeito à flor da pele. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MORTHY, Lauro (Org). **Reforma tributária em questão**. Brasília: UNB, 2003.
- NOLETO, Marlova J; WERTHIN, Jorge (Orgs). **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

- PACHECO, Anelise. **Das estrelas móveis do pensamento**. São Paulo: Record, 2004.
- PELLEGRINI, Domingos. **No começo de tudo**. São Paulo: Nova Alexandria, 2003.
- PEREIRA, Reinaldo e Silva, (Org). **Direitos humanos como educação para a justiça**. São Paulo: LTR, 1998.
- PINSKI, Jaime; PINSKI, Carla Bassanezi (Orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- PINTO R. GERUSA; LIMA, Regina. **O dia-a-dia do professor**. V. 5. 3ª e 4ª série. Minas Gerais: FAPI LTDA. MG: 1998.
- PORTELA, Fernando; ANDRADE, Joaquim C. de. **Secas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____; RUA, João. **Estados Unidos**. Ática, São Paulo, 1995.
- _____; VESENTINI, José W. **Êxodo Rural e urbanização**. Ática. São Paulo, 1998.
- QUEVEDO, Júlio; ORDOÑEZ, Marlene; SALES, Geraldo. **Santa Catarina**. Scipione, 1997.
- REVISTA TV ESCOLA, n°27 maio/junho 2002.
- RITCHER, Ivone Mendes. **Interculturalidade e estética do cotidiano das artes visuais**. São Paulo, Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- ROSA, Alberto; MONTEIRO, Ignácio. O contexto histórico do trabalho de Vygotsky: uma abordagem sócio-histórica. In: MOL. Luis C. **Vygotsky e a Educação**: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- RUBINSTEIN, S. L. **El Ser y la Conciencia**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, [s.d.]
- SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares. Florianópolis: COGEN, 1998.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto; Secretaria de Estado da Fazenda Educação Fiscal: Ensino Médio caderno do professor – Florianópolis: Editora, 2001.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto; Secretaria do Estado da Fazenda. Educação Fiscal: Ensino Fundamental-caderno do professor 5ªa 8ª séries. Florianópolis: Editora, 2001.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto; Secretaria do Estado da Fazenda. Educação Fiscal: Ensino Fundamental-caderno do professor 1ªa 4ª séries. Florianópolis: Editora, 2001.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado, da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares – Florianópolis: COGEN, 1998.
- SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada em 05 de outubro de 1989.
- SANTA CATARINA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Secretaria de Estado Do Desenvolvimento Social e da Família. Florianópolis: 1999.
- SANTA CATARINA. Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis - FLORAN. Manual de legislação do meio ambiente.Florianópolis: 2000.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Caderno Tempo de Aprender 1. Florianópolis, 1999.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Diretrizes 3: organização da prática escolar na educação básica: conceitos científicos essenciais, competências e habilidades. Florianópolis: Diretoria de Ensino Fundamental/Diretoria de Ensino Médio, 2001.

- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto; Secretaria de Estado da Fazenda. Educação Fiscal: Santa Catarina Olhando para o Futuro. Ensino Fundamental – caderno do professor – 5ª a 8ª séries. Florianópolis: Editora, 2002.
- SANTIAGO, Theo (Org.). **Descolonização**. São Paulo: Francisco Alves, 1977.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Silvio Coelho dos (Org.) **Santa Catarina no século XX**. Florianópolis: UFSC Univale e FCC edições, 1999.
- Série Discussão Aberta. São Paulo: Ática, 1990-2000.
- Série História em Movimento. São Paulo: Ed Ática, 1999.
- Série Mídia e mobilização social. São Paulo: Cortez.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas em sala de aula**. São Paulo: Vozes, 1999.
- _____. **Teoria cultural e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SINGER, Paul. **A Formação da Classe Operária**. São Paulo. Atual, 1985
- _____. **Brasil na crise**: perigos e oportunidades. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. **Capitalismo** - sua evolução, sua lógica e sua dinâmica, São Paulo: Moderna, 1987.
- _____. **Globalização e desemprego**: diagnósticos. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **Repartição da renda** - ricos e pobres sob o regime militar**,** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SODRÉ, F; AZEVEDO, A. C. **A Pesca como Atividade Econômica**: Problemas e Soluções, 1976.
- SPECK, Bruno Wilhelm. **Caminhos da transparência**. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 2002.
- SPINK, Mary Jane. (Org). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.
- TELES, Maria Luiza Silveira. **Educação sem fronteiras**. São Paulo: Vozes, 2003.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TISHMAN, Shari; PERKINS, David N; TAY, Eileen. **A cultura do pensamento na sala de aula**. Porto Alegre: Artmed. 1999.
- TOPALOV, Christian. **Estruturas Agrárias Brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. **Sociedade e Trabalho na História**. Revista Brasileira de História . V. 6. São Paulo: Marco Zero, 1986.
- TRAUT, Emma Bruner. **Os fundadores das grandes religiões**. São Paulo: Vozes, 1999.
- TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- UNESCO. Um novo caminho para o Brasil no século XXI. Brasília, 2002.
- UNESCO. Declaração Universal sobre o Genoma Humanos e os Direitos Humanos: Da teoria à prática. Brasília: 2001.
- UNESCO INFORME MUNDIAL SOBRE A CULTURA, 2000: Diversidade cultural, conflito e pluralismo, Brasil: Moderna, 2003.
- VALENTE, Ana Lucia E.F. **Educação e diversidade cultural**. São Paulo: Moderna, 1999.
- VALÉRIO, Walter Paldes. **Programa de direito tributário**: parte geral. 15. ed. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- VIDAL, J.W. Batista; VASCONCELOS, Gilberto F. **Poder dos trópicos**. São Paulo: Casa Amarela, 1998.
- VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da civilização**: a sociedade civil na globalização: Rio de Janeiro: Record, 2001.

- VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Lisboa: Antídoto, 1979.
- _____. **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.
- VYGOTSKI, LÚRIA, LEONTIEV. El Desarrollo de los Processos Psicológicos Superiores. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- _____. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988.
- _____. **Obras Escogidas II** Incluye Pensamento y Lenguaje, Conferecias sobre Psicologia. Madrid: Visor Distribuiciones, 1993.
- _____. **Obras Escogidas III**: Incluye Problemas del Desarrollo de la Psique.Madrid: Visor Distribuiciones, 1995.
- _____. **Obras Escogidas IV**: Incluye Paidologia del Adolescente, Problemas de la Psicologia Infantil. Madrid: Visor Distribuiciones, 1996.
- _____. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. **A Formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WAISELFISZ, Beatriz et al. **Cultura científica**: um direito de todos. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- WATANABE, Marta. **Guia valor econômico de disputas tributárias**. São Paulo:Globo, 2004.
- ZUNINO, Delia Lener de. **O pensamento de Vygotsky e Baktin no Brasil**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

SÍTIOS NA INTERNET

- *www.sed.rct-sc.br* – Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – SC
- *www.sef.sc.gov.br* – Secretaria de Estado da Fazenda – SC
- Ministério da Educação: *www.mec.gov.br*
- Secretaria da Receita Federal: www.*receita.fazenda.gov.br/*
- *www.aprendiz.com.br*
- *www.scielo.br*

REVISTAS E CADERNOS

- Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação. Brasília:UNESCO Brasil, 2004.
- Revista Caros Amigos, Editora Casa Amarela.
- Revista Educação, Editora Projeto.
- Revista Escola, Editora Abril.

Anotações

Anotações